UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS DE MESTRADO ACADÊMICO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (UNESP/UNICAMP/PUC-SP)

A DEFESA DO PAN-AMERICANISMO NAS PÁGINAS DE *AMÉRICAS*

(1949-1968)

Mojana Vargas Correia da Silva

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS DE MESTRADO ACADÊMICO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (UNESP/UNICAMP/PUC-SP)

A DEFESA DO PAN-AMERICANISMO NAS PÁGINAS DE *AMÉRICAS* (1949-1968)

Mojana Vargas Correia da Silva

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, UNICAMP, PUC-SP, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Clodoaldo Bueno.

São Paulo
2009

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. CLODOALDO BUENO – ORIENTADOR

PROFª Drª CRISTINA SOREANU PECEQUILO - UNESP

PROF. DR. SHIGUENOLI MIYAMOTO – PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AGRADECIMENTOS

É sempre difícil escrever agradecimentos pois por mais que nos esforcemos, sempre acabamos por deixar alguém importante fora de nossa lista, mas vale a pena tentar.

Começo agradecendo ao Programa San Tiago Dantas, ao qual serei eternamente grata pela oportunidade. Também agradeço à CAPES pela bolsa que me foi concedida e que foi fundamental para a realização deste trabalho.

Ao Professor Clodoaldo Bueno, pela consideração e pela paciência durante sua orientação.

Aos professores Tullo Vigevani e Luiz Fernando Ayerbe que compuseram minha banca de qualificação pelas observações. O Professor Tullo não abriu mão de mim quando eu mesma já havia desistido, e por isso, eu lhe serei sempre agradecida.

Agradeço aos companheiros da minha turma de mestrado pela convivência e amizade. Se for verdade que os amigos nos moldam, eu me considero uma pessoa de muita sorte pela oportunidade de estar com pessoas que me moldaram tão bem.

Aos amigos de muito tempo que têm sido a bússola e o cajado que orientam e sustentam essa caminhada.

Ao meu pai e à minha irmã, família querida do presente.

À memória de minha mãe e meus queridos irmãos, família de sempre.

RESUMO

Neste trabalho analisamos a revista *Américas*, publicação de caráter cultural da Organização dos Estados Americanos (OEA). Lançada em 1949 e circulando até os dias atuais, passou por diversas reformulações em sua composição por força das variações ocorridas no sistema interamericano e na própria OEA. Em seus primeiros anos, *Américas* é marcadamente um veículo de caráter cultural, sendo pautada pela divulgação dos hábitos e costumes dos povos americanos. Entretanto, no decorrer dos anos 1950 começa a funcionar como uma pequena janela pela qual é possível vislumbrar o desenvolvimento dos debates sobre as questões econômicas, sociais e políticas do continente, e, após a Revolução Cubana, suas páginas abrem espaço definitivo para a política e o confronto da Guerra Fria.

Palavras-chave: Pan-americanismo; Relações EUA-América Latina; Cultura; Organização dos Estados Americanos; OEA.

ABSTRACT

This work is about the *Americas Magazine*, printed by the Organization of American States (OAS). Released in 1949, it has been through many rewords on its composition because of changes occurred at the interamerican system as well at OAS. In its first years, *Americas Magazine* was remarkably culturally oriented, working on publicize the customs of the peoples of America. However, by the 1950's, it looks like an open window which we could see both social and political problems of the continent, and, after the Cuban Revolution, their pages opened space to the politic and the Cold War confrontation.

Key-word: Pan-americanism; USA-Latin American Relations; Culture; Organization of American States; OAS..

SUMÁRIO

Agradecimentos....4
Resumo....5
Abstract....6
Introdução....9
Capítulo 1 *Américas*: Apresentando a América aos Americanos
1.1 *Américas* e o Pan-americanismo....14
1.2 *Américas?* Que revista é essa?....19
1.3 *Américas* e seus leitores....32
1.4 *Américas* e seus temas....33
Capítulo 2 Anos 1950 – A Década de Ouro
2.1 A abertura para o capital privado e a promoção do desenvolvimento....39
2.2 O debate econômico ganha espaço....43
2.3 A transição Truman-Eisenhower....54
2.4 A Operação Pan-americana e a criação do BID....63
Capítulo 3 Anos 1960 – Um espectro ronda a América
3.1 A viagem de Nixon e a Operação Pan-Americana....67
3.2 A Aliança para o Progresso....84
3.3 A Guerra Fria chega a *Américas*....96
4. Considerações Finais....118
Referências Documentais....123
Bibliografia....125

Introdução

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre a *Revista Américas*, periódico publicado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) a partir de 1949 e distribuído para os EUA e toda a América Latina.

Editada em três idiomas, a publicação cujo princípio era "apresentar a América aos americanos", foi um importante instrumento de propaganda para a OEA, funcionando como meio de divulgação dos feitos e conquistas da entidade e atuando no que seus editores pensavam ser o fortalecimento dos princípios e ideais subjacentes ao pan-americanismo.

O escopo deste trabalho abrange as duas primeiras décadas da publicação (1949-1968), a partir do qual pretende-se mostrar o surgimento e a evolução de um veículo de comunicação que é profundamente influenciado – ao mesmo tempo em que procura exercer alguma influência – pelo panorama das relações interamericanas.

Trata-se também de uma pesquisa feita a partir de uma fonte primária até agora ainda não estudada e sobre a qual o conhecimento ainda é bastante limitado. O foco deste trabalho é pousado quase que exclusivamente sobre o tratamento documental das fontes selecionadas, utilizando-se também bibliografia selecionada como material auxiliar para o esclarecimento de questões que as fontes por si sós não são capazes de responder, posto que estas nem sempre são produzidas com o objetivo de servir de base para os questionamentos propostos pelos pesquisadores. Nas palavras de Jacques Le Goff (2005, p.76):

> "O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado quanto para dizer *a verdade*". (grifo do autor)

A escolha do recorte temporal também foi motivada por razões externas às fontes. Embora *Américas* ainda esteja em circulação, a opção pelo período inicial – coincidente com

o contexto da Guerra Fria – mostrou-se como a mais adequada para ajudar a revelar as tensões que resultaram nas diversas idas e vindas da revista e da própria Organização. Ao congregar vinte e uma das repúblicas que então compunham o continente americano no momento de sua fundação em 1948, a OEA refletia o jogo de poder e a assimetria existente entre o principal ator regional – os EUA – e seus vizinhos, cujos interesses e necessidades nem sempre coincidiam com as disposições da superpotência do norte.

Para a análise da publicação, utilizaremos alguns conceitos que se mostraram úteis na compreensão do sentido das fontes utilizadas. Um deles é o de **percepção**, apresentado por Robert Jervis em sua obra *Perception and Misperception in International Politics*, cuja proposta, embora muito baseada em estudos psicológicos, é útil ao assumir que os atores na política internacional possuem imagens e crenças sobre os outros atores que são construídas e modificadas, constituindo-se em percepções da realidade, freqüentemente contrastadas com o fluxo de informações.

Originalmente, Jervis aplica essa ferramenta de análise aos chefes de Estado e analistas políticos diretamente envolvidos nos processos de tomada de decisão em política externa. Porém, no caso presente, tal abordagem é uma completa impossibilidade devido à natureza das fontes escolhidas. *Américas*, como todo material jornalístico, não constitui uma *reconstrução objetiva da realidade*, mas sim uma apresentação da mesma mediada pelo olhar do redator que recorta e seleciona os elementos da realidade para produzir a informação que quer fazer chegar ao seu leitor. Neste trabalho, assume-se que as páginas da revista refletem um conjunto de percepções mais ou menos difundidas sobre o ambiente internacional do continente americano e que podem estar vinculadas ao discurso dominante na OEA ou, em outros momentos, configurar ecos de opiniões motivadas por percepções divergentes.

No mesmo caminho, Lars Schoultz apresenta em sua obra *Estados Unidos: Poder e Submissão*, uma leitura das relações entre os Estados Unidos e a América Latina feita a partir

de uma perspectiva de longa duração, ou seja, o autor desenvolveu uma ampla pesquisa em documentos oficiais e pessoais produzidos por funcionários graduados e dirigentes norte-americanos ao longo de mais de cento e cinqüenta anos de independência para demonstrar a formação daquilo que chamou de *mindset* – estrutura mental – e que, segundo o próprio, "determina os contornos básicos da política dos Estados Unidos" em relação aos países latino-americanos. (Shoultz, 1998, p.V)

Américas não é uma publicação do governo norte-americano, é um periódico editado por uma organização internacional que mantém uma equipe profissional[1] para realizar tal tarefa, mas juntamente com a idéia de percepção, é possível pensar sobre a partir de que pressupostos ou estruturas mentais os redatores e colaboradores do periódico retratavam o continente como um todo e a América Latina em particular.

Ricardo Salvatore e Gilbert M. Joseph em seu livro *Close Encounters of Empire*, nos oferecem importante contribuição sobre a utilização de tecnologia de informação como instrumento para a construção de imagens e representações sobre a América Latina, o que nos ajudará a inserir a revista *Américas* no contexto das *representational machines*, amplo acervo de publicações, estudos e instituições criadas para a veiculação de informações e disseminação de representações.

É importante também levar em conta que a OEA e suas publicações foram criadas em um contexto muito específico – a Guerra Fria – marcado pela disputa entre duas superpotências, dispostas a utilizar todos os meios a seu alcance para perpetuar sua própria posição e ampliar a sua liderança sobre o sistema de estados do período. As avaliações do

[1] A equipe de redação de Américas era formada por seis redatores e um diretor responsável pela coordenação. Não foi possível encontrar informações mais detalhadas sobre a forma de trabalho e a divisão de funções no interior do grupo, pois os dados a esse respeito na documentação são escassos. Entretanto, pôde-se verificar a estabilidade da mesma, pois durante os dez primeiros anos da revista, não houve modificações significativas em sua composição, uma vez que os elementos principais – sua diretora Kathleen Walker e o Redator-Chefe George C. Compton – permaneceram. Foi possível perceber também que em sua maioria, a equipe era formada por norte-americanos, funcionários de carreira da estrutura burocrática da UPA. Em 1964 houve uma reestruturação completa da equipe de redação, resultado da reforma ocorrida na OEA e que transferiu a publicação de *Américas* do Departamento de Informação Pública para o recém criado Departamento de Assuntos Culturais.

cenário internacional feitas pelos atores do período partiam da premissa de que o mundo estaria dividido entre os países comunistas liderados pela URSS e os países capitalistas liderados pelos EUA, formando um consenso intersubjetivo que influenciava o comportamento dos países levando-os a apoiar um dos lados em luta (Czempiel& Rosenau, 2000, p.21-22). A OTAN e o Pacto de Varsóvia são exemplos de instituições estabelecidas dentro do bloco capitalista e do bloco socialista, respectivamente, dando formalidade às percepções e aos comportamentos dos atores internacionais durante a Guerra Fria. (Galdioli, 2008, p.16-17).

Essas percepções sobre o mundo bipolar eram compartilhadas pelos dirigentes nacionais, funcionários e analistas ligados aos organismos internacionais e se refletiam no discurso, em publicações e nos estudos produzidos pelas mesmas. Embora não se possa afirmar que os EUA tenham exercido sua influência sobre um organismo multilateral como a OEA de forma direta e inquestionável, também não se pode ignorar a existência de certa adesão da América Latina à idéia de uma civilização ocidental liderada pelos norte-americanos[2].

Além da documentação primária, também será utilizada bibliografia selecionada como auxiliar na leitura desse material, posto que a informação histórica sobre as relações entre os estados no período é de extrema relevância para preencher as lacunas deixadas pela documentação e até mesmo, em alguns momentos, sendo um contraponto útil à ela e à interpretação que se faz sobre a mesma.

O trabalho está estruturado em três capítulos – no primeiro, intitulado "*Américas*? Que revista é essa?" faz-se uma apresentação da publicação analisada em seus aspectos gerais: equipe responsável por sua confecção, objetivos, histórico, periodicidade, temáticas mais

[2] Sobre essa questão, sugerimos a leitura de F. Castro (op.cit.) que analisa a adesão de parte da intelectualidade brasileira aos ideais do pan-americanismo; Santos (op.cit.), cujo trabalho avalia as oscilações da política exterior brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX, com o afastamento do campo europeu e a aproximação ao campo político norte-americano

relevantes, inserção no mercado editorial brasileiro e inserção no projeto geral de construção do pan-americanismo e da imagem pública da OEA.

O segundo, chamado "A Década de Ouro", pretende mostrar a atuação da revista durante a década de 1950, analisando os temas tratados nas suas edições em comparação com o contexto histórico, dando ênfase às principais questões surgidas nos planos político e econômico, procurando destacar o posicionamento ou a omissão da publicação frente a tais acontecimentos.

A política continental era tratada seletivamente e de maneira superficial. Durante essa mesma década, o discurso ininterrupto em defesa da democracia conviveu tranqüilamente com os golpes de Estado de Fulgêncio Batista em Cuba e de Marcos Perez Jimenes na Venezuela (1952), Alfredo Stroessner no Paraguai (1954), e a deposição de Jacobo Arbenz, na Guatemala (1954).

No terceiro capítulo "Um Espectro Ronda a América", procura-se demonstrar como o triunfo da Revolução Cubana influenciou os rumos da publicação, exigindo mudanças sensíveis em sua orientação editorial e levando a mudanças estéticas e de conteúdo, refletindo o próprio posicionamento da OEA em relação à Cuba e seu governo revolucionário.

A década de 1960 marca a efetiva politização de *Américas*. Toda a abordagem feita sobre os problemas continentais e as instituições componentes do sistema interamericano, até então, realizada de maneira puramente ilustrativa, foi reorientada para dar destaque aos méritos do próprio sistema. Durante a década anterior, as embaixadas dos países americanos em Washington eram apresentadas aos leitores em um formato muito semelhante ao das colunas sociais, com informações sobre as famílias dos embaixadores, seus *hobbies*, livros preferidos e animais de estimação. Com o crescimento da ameaça comunista, o foco mudou.

Capítulo 1

Revista *Américas*: Apresentando a América aos Americanos

1.1 Américas e o Pan-americanismo

Muito já foi escrito sobre o pan-americanismo na historiografia brasileira sobre as relações interamericanas. Desde o livro de Oliveira Lima, diversos foram os autores brasileiros que se debruçaram sobre o assunto diretamente ou como parte de outros estudos. Não será possível fazer uma revisão ampla desses textos, uma vez que não é objetivo do presente trabalho uma avaliação da trajetória do pensamento nacional sobre o tema, nem mesmo uma análise aprofundada sobre o ideal Pan-Americano e suas premissas, mas uma pequena introdução se faz necessária.

A idéia da existência de uma união entre os povos das Américas, especialmente em sua acepção política, é muito antiga. Antes mesmo da efetivação da independência política das colônias espanholas na América, em 1815 – durante o exílio na Jamaica, Bolívar já propugnava que desse processo de liberação política deveria resultar a unificação dessas possessões em uma grande nação latino-americana, embasada nos princípios do pensamento liberal:

> "É uma idéia esplêndida tentar transformar todo o novo mundo numa única nação, com um único vínculo ligando as partes entre si e ao todo. Visto que ele já possui uma só origem, uma só língua, um só corpo de costumes e uma só religião, deveria, conseqüentemente, ter um só governo que confederasse os vários Estados que serão formados." (Bolívar, 1992)

O primeiro passo no sentido de se formar uma confederação entre os Estados latino-americanos recém libertados aconteceu com a realização do Congresso do Panamá, em 1826,

o qual, dadas as condições históricas do momento, não obteve o êxito esperado. (Santos, 2003, p.74-75)

Uma nova tentativa de estabelecimento de uma cooperação multilateral entre os países do continente foi realizada com a convocação de um congresso de jurisconsultos – por iniciativa do governo peruano – entre o final de 1877 e 1878, com o objetivo de estabelecer normas uniformes para o Direito Internacional Privado. Embora outros países tenham sido convidados, não compareceram ao encontro, de forma que foi estabelecido um acordo pelos delegados da Argentina, Bolívia, Chile, Cuba, Costa Rica, Equador e Peru, abrindo espaço para que um novo congresso fosse convocado por Uruguai e Argentina em 1888, o qual resultou na assinatura de diversos tratados de direito internacional nas áreas cível, penal e comercial pelos mesmos países. (idem, p.76)

A idéia de formar uma união continental foi apropriada pelo Secretário de Estado norte-americano James Blaine que propôs, em 1881, a realização de uma conferência entre as nações americanas com "o propósito de considerar e estudar os métodos para prevenção de guerras entre as nações da América [...] e cuidar dos interesses de todos no futuro". No entanto, a reunião teve de ser adiada devido ao prolongamento de uma guerra entre a Bolívia, o Chile e o Peru, a chamada Guerra do Pacífico, frustrando assim a proposição do secretário de estado. (Fenwick, 1965, p.46)

Em 1883, foi realizado o Congresso Bolivariano em Caracas, em comemoração ao centenário de Simon Bolívar, motivado pela necessidade imposta pela Guerra do Pacífico de se colocar em debate o repúdio ao direito de conquista e a criação de normas e procedimentos para arbitramento de disputas entre os países do continente. (Idem, p.45)

A primeira reunião de países do continente só se efetivou quando o Congresso norte-americano, em 1888, autorizou o presidente a convidar os países da América Central e do Sul para uma conferência a se realizar em Washington em outubro do ano seguinte, com o

objetivo de considerar um conjunto muito amplo de questões que envolviam o problema da segurança do território continental, e, principalmente, das relações comerciais entre os países. Dessa conferência – que entrou para a história como Conferência Internacional Americana – surge a primeira união concreta e formalizada entre os países do continente americano, a União Internacional das Repúblicas Americanas ou União Pan-Americana.

Inspirados no ideal de pan-americanismo defendido pelo Secretário James Blaine, entre os objetivos propugnados pelo Congresso norte-americano para a Conferência, constavam medidas que buscavam facilitar o comércio entre os EUA e as outras repúblicas americanas. No entanto, o alcance das propostas era muito amplo, criando uma sensação entre as delegações presentes de que se buscava criar um organismo normativo supranacional, capaz de ditar políticas para a região, o que evidentemente não interessava a países que lutaram tão arduamente por suas autonomias. Ao final da Conferência o que se atingiu de concreto foi a constituição de um escritório comercial sediado em Washington[3], e a adoção de arbitramento obrigatório para resolução de disputas entre os países americanos.

Entre esta primeira Conferência e a 9ª Conferência das Repúblicas Americanas na qual a OEA foi fundada em 1948, em Bogotá, muitos foram os esforços de criar um espaço de diálogo e de negociação entre os Estados do continente. Acordos visando a ampliação do comércio, a defesa e a segurança do continente deram a tônica das Conferências e das reuniões das diversas comissões criadas, como a Comissão Inter-americana de Jurisconsultos, encarregada de estudar meios de uniformizar das normas jurídicas do Direito Internacional Público e Privado para facilitar as relações – especialmente as comerciais – entre os países do continente.

Existem diversas interpretações sobre o significado do pan-americanismo. Fernando Castro afirma que o termo pan-americanismo é utilizado basicamente em duas acepções.

[3] "Escritório Comercial das Repúblicas Americanas", apud FENWICK, Charles. 1965 pp. 50

Uma, vinculada ao pensamento latino-americano e originada durante os movimentos de independência e outra, vinculada ao pensamento norte-americano consubstanciado na Doutrina Monroe (Castro, op.cit., 64-66). O pan-americanismo de acepção latino-americana estaria então baseado no ideal de união e solidariedade continental contra a exploração européia. Por outro lado, o pan-americanismo norte-americano – baseado na Doutrina Monroe – buscaria garantir o afastamento dos países europeus para que o continente permanecesse como sua área de influência exclusiva. (Idem)

Moniz Bandeira (1978, p.130) segue por um caminho semelhante ao afirmar que a Conferência de 1889-1890 fora "mais uma vitória do Destino Manifesto" ao conseguir a participação de todos os países do continente e por conseguir excluir definitivamente a influência européia sobre os países latino-americanos, substituindo-a pela sua própria, especialmente em termos econômicos.

David Sheinin aponta que "os latino-americanos associaram rapidamente o pan-americanismo a uma agenda para o estabelecimento da influência norte-americana no hemisfério nos níveis político, estratégico, cultural e econômico." (op. cit. p.1)

Nos três casos, mostra-se uma postura que opõe as "pobres e fracas nações do sul" ao "colosso do norte", numa tentativa de mostrar que as ambições imperiais do segundo teriam servido como meio de opressão dos primeiros.

Tal perspectiva, ainda que revestida de um grau elevado de crítica ao poder hegemônico exercido pelos Estados Unidos na região parece desconhecer o fato que a relação entre norte-americanos e latino-americanos não é uma via de mão única em que estes aceitam passivamente as determinações impostas pelos primeiros. Embora não seja pretensão deste trabalho esgotar o debate sobre o significado do pan-americanismo seja para os EUA, seja para os países latino-americanos, é importante esclarecer que mesmo reconhecendo a validade de tal postura, não parece que esta seja a forma mais adequada ou mesmo mais realista de ver

a questão. Não se pode negar que o governo norte-americano tivesse objetivos muito bem definidos ao convocar a I Conferência Internacional Americana, porém, se não houve o convencimento das repúblicas presentes ao encontro, também não houve imposição desses objetivos – haja vista que a formação de uma união aduaneira no continente, principal objetivo a ser atingido, não obteve êxito.

A América Latina não é um todo indiviso, mas um conjunto de nações com tradições e interesses bastante diversificados e, em alguns momentos, divergentes. No período em estudo cada um deles apropriou-se do ideal pan-americano e conferiu a ele os significados que lhes pareceram mais adequados aos seus interesses e necessidades.

Tão pouco se deve assumir que a noção norte-americana do pan-americanismo tenha se constituído em um conceito imutável. Se por um lado os planos de Blaine giravam em torno do estabelecimento da hegemonia econômica dos EUA sobre o continente, a política norte-americana dos anos 1930 e 1940 ganhou muito mais flexibilidade e permeabilidade às reivindicações latino-americanas, que puderam aproveitar-se da retórica de unidade e cooperação continental para atender a seus próprios interesses, inclusive no sentido de refrear o imperialismo norte-americano. (Streeter, p.167)

O exemplo dessa mudança no relacionamento dos EUA com a América Latina pode ser encontrado na Política da Boa Vizinhança, desenvolvida pelo governo de Franklin D. Roosevelt durante os anos 30 e 40 do século XX. A PBV dá uma nova roupagem à retórica do pan-americanismo, baseando-se numa suposta unidade de origem e de valores como justiça, liberdade e democracia entre as Américas do Norte e do Sul. (Idem, p.169). Importante lembrar que tal mudança não ocorreu gratuitamente. As pressões do cenário internacional advindas da Depressão e do surgimento de regimes autoritários na Europa; do mal-estar regional para com as freqüentes intervenções norte-americanas e a maior complexidade

política e social dos países do sul do continente forçaram a revisão da atuação dos EUA perante seus vizinhos[4].

Neste trabalho o pan-americanismo é tratado como um conceito que serviu de base para a união continental sob a liderança dos EUA. Pretende-se mostrar como na revista *Américas*, a união em torno da OEA era tratada como resultado natural do processo iniciado em 1826 por Bolívar, dando forma orgânica ao ideal Pan-americano.

1.2 Américas? Que revista é essa?

Assim como a Organização dos Estados Americanos (OEA) é considerada por seus dirigentes como continuidade da União Pan-americana (UPA), fundada em 1889, *Américas* também é vista como continuadora da tarefa exercida pelo *Boletim da União Pan-americana*. Editado entre outubro de 1893 e novembro de 1948, o Boletim cumpria a dupla função de dar publicidade às discussões políticas da UPA e de divulgar aspectos da vida cultural e econômica do continente, entretanto, as dificuldades de financiamento sofridas pela entidade obrigavam a um atendimento apenas parcial desses objetivos, daí a decisão de desmembrar o Boletim em duas publicações distintas, a já citada *Américas* e *Anais da Organização dos Estados Americanos*, esta última, encarregada de publicar os documentos oficiais.[5] Nas palavras do Secretário Geral Alberto Lleras Camargo:

> "Para o estímulo das relações não oficiais entre os povos, bem como para difundir os aspectos mais interessantes da sua evolução e progresso, tornar mais conhecidas as formas de sua cultura e, sobretudo, para pôr em evidência os problemas que se antolham ao seu desenvolvimento atual, com um critério acessível à cultura e aos sentimentos populares, haverá também uma revista mensal editada por enquanto em três idiomas, que cumprirá as

[4] Ver Pecequilo (op.cit., p.114-115), Smith (op.cit., p.04-07), Moura (op. cit).
[5] Anais da Organização dos Estados Americanos, *Relatório Anual do Secretário Geral*, vol. I, nº1, União Pan-americana, Washington, p. I, 1949.

> finalidades que se propôs o Boletim da União Pan-americana, talvez com o emprego mais intenso de todos os recursos informativos de que dispõe atualmente a União, e com uma apresentação literária e gráfica mais atraente".[6]

Pode-se perceber que além de reforçar a divulgação dos debates sobre o sistema interamericano travados no interior da OEA, também era necessário chegar ao cidadão comum, atingir os "sentimentos populares", para que estes estivessem em consonância com os objetivos do ideal pan-americano.

O início da publicação foi bastante difícil, dado o elevado custo de sua produção e as dificuldades de distribuição no território continental.

A revista *Américas* teve sua publicação iniciada em março de 1949, com o objetivo de servir como um veículo para a promoção do entendimento e da união entre os povos americanos através do conhecimento mútuo, ou nas palavras da própria revista "apresentando a América aos americanos". Publicada até agosto de 1981 em três idiomas (português, inglês e espanhol), após esse período a edição em língua portuguesa deixa de ser editada e a periodicidade das edições é alterada, passando a ser de dez exemplares por ano, e mais recentemente, bimestral. Desde 1997, *Américas* está disponível em meio eletrônico, na página da OEA na Internet.

A redação da revista estava sediada em Washington, sob a supervisão direta do Secretário Geral da OEA, o qual possuía plena convicção sobre a necessidade de um veículo com tais características, conforme vimos na citação de seu relatório. Ainda assim, eram freqüentes as divergências entre o Secretário Geral e a Comissão de Finanças, encarregada de analisar anualmente a proposta de orçamento da entidade elaborada pelo primeiro. No primeiro ano de sua publicação (exercício financeiro de 01/07/1948 a 30/06/1949), foram destinados cem mil dólares para custear todas as despesas relativas à impressão, redação e

[6] Anais da Organização dos Estados Americanos, *Relatório Anual do Secretário Geral*, vol. I, nº2, União Pan-americana, Washington, p. 162-163, 1949.

distribuição[7] de 32.000 unidades da mesma, com a expectativa de que o custo pudesse ser compensado pela venda dos exemplares. Entretanto, o retorno foi de aproximadamente seis mil e oitocentos dólares, frustrando as expectativas iniciais; porém, o mal resultado foi minimizado pelo prazo ainda curto para uma avaliação mais conseqüente, esperando-se que no exercício seguinte houvesse uma recuperação significativa.[8]

Apesar dos esforços iniciais da Secretaria Geral, as vendas continuavam baixas em relação aos custos de produção da revista, ocasionando uma redução do investimento no exercício seguinte. O relatório da secretaria geral previa uma verba de US$ 103.500,00 para impressão e distribuição das três edições de *Américas* que a Comissão de Finanças diminuiu para US$98.500,00. No parecer da Comissão, "em face da presente distribuição da revista, é duvidoso que ela assuma as proporções previstas pelo Secretário Geral [...]".[9]

Lleras não ignorava os custos de produção e as dificuldades em distribuir os exemplares e justificou que o gasto ainda não poderia ser menor naquele momento devido às dificuldades de distribuir a revista em um território tão extenso. Porém, acreditava que com a realização de uma maior publicidade de *Américas*, suas vendas cresceriam, facilitando o seu custeio, pois "a continuação desse esforço, mesmo sem perder de vista seu elevado custo, produzirá benefícios".[10]

A divergência entre o Secretário Geral e a Comissão de Finanças residia no déficit financeiro da publicação, pois para esta era difícil aceitar os elevados custos de um informativo que até aquele momento não havia trazido o retorno esperado.

---

[7] Anais da Organização dos Estados Americanos, *Relatório Anual do Secretário Geral*, vol. II, nº1, União Pan-americana, Washington, p.76-77, 1950.
[8] Anais da Organização dos Estados Americanos, Comissão de Finanças, *Apreciação ao Relatório Anual do Secretário Geral*, vol. II, nº2, União Pan-americana, Washington, p.158-159, 1950.
[9] Anais da Organização dos Estados Americanos, Comissão de Finanças, *Apreciação ao Relatório Anual do Secretário Geral Correspondente ao exercício financeiro de 1951-1952*, vol. V, nº2, União Pan-americana, Washington, p.226, 1953.
[10] Anais da Organização dos Estados Americanos, *Relatório Anual do Secretário Geral*, vol. II, nº1, União Pan-americana, Washington, p.77, 1950.

Para ter-se a dimensão do custo representado pela revista, considere-se que o orçamento para o exercício financeiro de 01/07/1950 a 30/06/1951 a cargo do Gabinete do Secretário Geral era de aproximadamente US$ 300.000. Ou seja, *Américas* consumia sozinha 1/3 da verba. Levando-se em conta que o orçamento total da União Pan-americana para o mesmo período era de aproximadamente US$2.500.000, pode-se verificar o quão significativo era esse custo: 4% do total. Era quase o mesmo valor que se usava para manter o funcionamento da Junta Interamericana de Defesa, outra atividade prioritária da OEA no período, cotado em US$ 177.400[11].

Essa discussão em torno da verba para *Américas* deve ser compreendida no âmbito do debate mais geral sobre o orçamento da UPA. Esta, como Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos tinha uma série de responsabilidades políticas e administrativas, entre elas, coordenar todo o aparato burocrático da entidade, a qual, como outras instituições similares, dispendia a maior parte de suas receitas com a folha de pessoal. Cabia à Secretaria Geral distribuir um orçamento apertado, composto pelas cotas anuais pagas individualmente pelos países-membros – que nem sempre as mantinham em dia. Os maiores contribuintes eram Estados Unidos, Brasil, Argentina e México, cujas cotas eram de 67,86%, 9,59%, 7,21% e 3,57%, respectivamente.[12]

Outro fator a ser considerado é a circulação da revista. Os dados disponíveis nos relatórios anuais da Secretaria Geral dão conta da quantidade de exemplares distribuídos no Brasil, na América de língua espanhola e nos EUA, até 1959. Desde seu lançamento as tiragens de *Américas* tiveram crescimento constante (exceto no caso da edição em português, como veremos adiante). O quadro I mostra a evolução de cada uma delas:

[11] Anais da Organização dos Estados Americanos, *Orçamento do exercício financeiro de 1950-1951*, vol. II, nº2, União Pan-americana, Washington, p. 160, 1950.
[12] Anais da Organização dos Estados Americanos, *Orçamento do exercício financeiro de 1951-1952*, vol. III, nº2, União Pan-americana, Washington, p. 180-190, 1951.

Ano Idioma	**1950[1]**	**1951**	**1952**	**1953**	**1954**	**1955**	**1956**	**1957**
Espanhol	12.000	13.000	14.000	14.000	207.000	207.000	225.000	230.000
Inglês	10.000	10.000	12.000	14.000	234.000	234.000	250.000	280.000
Português	10.000	10.000	4.000	4.000	28.000	28.000	32.000	70.000

Quadro I: Evolução no número de exemplares da revista Américas entre 1950 e 1957.

[1]Aqui estão somados os primeiros 2000 exemplares publicados em 1949 e os 8000 exemplares do ano seguinte.

Fonte: Relatórios anuais da Secretaria Geral da OEA, op. cit.

Os dados acima mostram a evolução nas tiragens das três edições de Américas ao longo de sua primeira década. O ano de 1949 não aparece no quadro por conta de uma peculiaridade na elaboração dos relatórios: uma vez que o calendário fiscal da entidade ia de julho de um ano até junho do ano seguinte e *Américas* foi lançada no mês de março de 1949, as informações sobre a venda de seus primeiros números foram incorporadas ao relatório do ano fiscal seguinte, 1950.

Entre 1950 e 1953, foi mantida certa regularidade na impressão das edições em Inglês e em Espanhol, com um ligeiro aumento no número de exemplares de ambas as línguas. A edição em Português sofreu uma queda expressiva no número de exemplares impressos entre 1952 e 1953 por conta das dificuldades existentes para sua distribuição.

As dificuldades para distribuição também estavam relacionadas à confecção da revista, pois entre 1949 e 1954, as edições de *Américas* eram escritas e impressas em Washington, que se permitia que o conteúdo das três versões fosse idêntico, havendo apenas algumas poucas variações destinadas a adequar cada número ao seu público leitor, também atrasava sua chegada aos destinos programados. O processo de produção era simples: a equipe de redação preparava os artigos e selecionava as colaborações para cada edição tendo por base as matérias escritas em língua inglesa.

A edição em língua portuguesa era preparada por dois redatores brasileiros a partir das matérias já vertidas para o espanhol. Comparando edições de idiomas diferentes é possível observar a grande fidelidade desse processo, de maneira que o conteúdo presente na revista estava sempre sob o controle da Secretaria Geral.

Abaixo reproduzimos dois exemplares desse período. A edição em Inglês foi preparada para publicação em abril de 1952 e, a partir dela, as edições em Português e em Espanhol foram elaboradas e distribuídas em maio do mesmo ano. Essa defasagem era decorrente do tempo necessário para a composição e impressão dos exemplares que seriam enviados ao Brasil e para o restante da América Latina. A edição brasileira reproduzia não só a capa, mas todo o conteúdo da revista.

A foto de capa apresentava a matéria sobre a obra do artista plástico norte-americano Alexander Calder, ao lado das manchetes com os artigos que compunham a edição. O único ponto significativo de diferenciação entre as edições era a coluna “Know your neighbors”,

pertencente à edição norte-americana e que na versão em Língua Portuguesa era substituída pela coluna "Curiosidades da Língua Inglesa".

Havia por parte da Secretaria Geral um esforço declarado para ampliar a distribuição de *Américas* e, para tanto, foram organizadas amplas campanhas de publicidade nos Estados Unidos e em toda a América Latina na busca por assinantes para a revista (meio esse que, além de garantir um público leitor fiel, também garantiria a existência de recursos financeiros para sua manutenção), uma vez que este era o seu principal meio de distribuição.

Para tanto, em 1954 as revistas passaram a ser impressas localmente, permitindo a produção de uma quantidade maior de exemplares a um custo mais baixo, o que ajuda a explicar o crescimento na tiragem de todas as edições. A edição brasileira passou a ser impressa pela gráfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e distribuída pelo território nacional a partir de um escritório regional da OEA situado no Rio de Janeiro.

De fato, segundo o orçamento da entidade, a medida permitiu elevar a tiragem da edição brasileira de 4.000 para 28.000 exemplares mensais no primeiro ano e a 70.000 exemplares em 1957[13].

É importante destacar que tal mudança não afetou o conteúdo das revistas, pois apenas a impressão e a distribuição foram transferidas, a redação das matérias continuou sendo feita em Washington, pela equipe de Américas, situada na Secretaria Geral da OEA.

Como resultado, as vendas de Américas atingiram rapidamente o topo na lista das publicações mais vendidas pela OEA, correspondendo a cerca de 60% do total da renda obtida pela entidade com a venda de publicações em 1955, números que se elevaram ano após ano.[14]

Um dado que chama a atenção é o crescimento vertiginoso no número de exemplares da edição em Inglês, que já em 1954 estava acima da edição em Espanhol e que continuou

[13] Anais da Organização dos Estados Americanos, *Relatório Anual do Secretário Geral*, vol. VII, nº1, União Pan-americana, Washington, p. 63-64, 1955.
[14] Anais da Organização dos Estados Americanos, *Relatório Anual do Secretário Geral*, vol. VIII, nº1, União Pan-americana, Washington, p. 70-71, 1956.

crescendo num ritmo mais acelerado do que esta. Dados contidos nos relatórios também dão conta de que a edição norte-americana da publicação era amplamente viável do ponto de vista econômico, ou seja, a venda de *Américas* em território norte-americano era um sucesso, custeando suas despesas de produção e permitindo assim, um aumento freqüente na quantidade de exemplares. O real significado dessa informação ainda não pôde ser totalmente averiguado, uma vez que não há informações disponíveis sobre o peso relativo dessa publicação no mercado editorial dos EUA, entretanto, a circulação de 300.000 exemplares para uma revista mensal – no período em questão – não deve ser desconsiderada.

Com base nesses números podemos verificar a importância da publicação no conjunto dos instrumentos de propaganda da OEA. A Secretaria Geral editava uma série de outras publicações com o objetivo de divulgar as ações da entidade, mas nenhum deles recebeu tanto investimento quanto *Américas*. Importante também é observar o esforço para a elevação da tiragem da edição brasileira, que mesmo com o número inicial de 2.000 exemplares mantinha-se em um nível razoável para os padrões do mercado brasileiro. Dados da época mostram que 42% do total das revistas publicadas no país tinham a mesma tiragem do periódico da OEA (IBGE, 1952, p.464). Em 1956, ao atingir 70.000 exemplares, *Américas* chega ao patamar de publicação de nível médio, pois a despeito do crescimento verificado no mercado editorial brasileiro de então, apenas 6 títulos do mesmo tipo possuíam tiragens iguais ou maiores que 100.000 unidades (Idem, 1958, p.421).

É curioso observar tal esforço para manutenção de um veículo de propaganda do pan-americanismo por uma instituição como a OEA em um contexto em que, ao menos teoricamente, não há nenhum grande risco de contestação à proposta de união continental capitaneada pela organização. Pecequilo (op. cit., p. 217) observa que a condição geográfica peculiar da América Latina e sua vinculação política aos Estados Unidos a deixavam distante dos palcos considerados principais durante os primeiros anos da Guerra Fria, o que, na

opinião da autora justifica que a região não tenha sido "percebida como uma área de risco ou prioritária do interesse norte-americano".

Em outras palavras, ao final da II Guerra Mundial, a ameaça de uma intervenção comunista direta parecia estar longe do hemisfério.

No entanto, também não se pode dizer que se tratasse de um caso isolado. Durante os anos 50 do século passado, uma série de iniciativas no campo simbólico estiveram unificadas em torno da luta contra o comunismo, fazendo uso de meios como o cinema e a literatura para veicular o discurso anti-russo. Essas iniciativas eram consideradas parte fundamental da luta, recebendo atenção especial de indivíduos como Louis Hartz, influente cientista político norte-americano e um dos grandes defensores do excepcionalismo do povo dos Estados Unidos. Em seu livro *The Liberal Tradition in America*, Hartz defende a importância da propaganda para a consecução dos objetivos norte-americanos:

> "Uma vez que a luta corrente contra o comunismo é em grande parte uma competição ideológica por lealdades humanas, ela trouxe à tona a psicologia americana. Uma das questões em jogo é a da *mensagem* (grifo do autor) social para competir com o apelo do comunismo em várias partes do mundo. Uma vez que o credo americano é uma fé arraigada... obviamente não é uma teoria da qual outras pessoas possam facilmente apropriar-se e entender" (Hartz 1994, p. 305).

Hartz vê o combate ao comunismo como parte de uma disputa cujo limite vai além da simples competição política e econômica entre sistemas de produção. Para ele, não bastava simplesmente convencer os indivíduos dos malefícios do comunismo, mas era necessário principalmente mostrar-lhes a superioridade da forma norte-americana de concepção do mundo.

Para atuar nessa disputa era indispensável conhecer os povos que se quer tornar fiéis. Tal tarefa foi nomeada por Ricardo Salvatore (1998, p.90 e seguintes) como "enterprise of knowledge", ou seja, o esforço coletivo e organizado por parte das mais diversas instituições

norte-americanas em produzir conhecimento sobre a América Latina para consumo no mercado americano tanto ao nível do cidadão comum, como em nível governamental.

Conhecer os povos latino-americanos, seus modos de vida, seus costumes, era tarefa para intelectuais, pesquisadores acadêmicos, jornalistas e cientistas, mas também para militares e homens de negócios. Enfim, um amplo espectro de estudiosos voltava seus olhos para o sul do continente objetivando entendê-lo, para dessa forma, melhor controlá-lo. Com o prestígio da cientificidade, tais informações, logo se colocavam acima dos conhecimentos tradicionais, dessa forma, podendo ser consumidas internamente pelo público norte-americano, pelos formuladores da política norte-americana para a região e, mais importante, poderiam ser reintroduzidas naquele espaço, servindo como base para que os povos latinos desenvolvessem novas percepções sobre si mesmos, orientadas pelo olhar estrangeiro.

A outra face da moeda nesse processo era a difusão desse conhecimento. Nesse aspecto, o desenvolvimento tecnológico jogou um papel importante, permitindo sua distribuição maciça de informações através de jornais e revistas.

Com base nesse arcabouço de informações e conceitos, geravam-se novos discursos sobre a América Latina, entretanto, um fator persistente nessas narrativas é a dicotomia entre a civilização e a barbárie. Nas primeiras décadas do século XIX, o relacionamento entre os EUA e as repúblicas latino-americanas era marcado pela crença de que enquanto os EUA representavam a liberdade, a democracia, o progresso econômico e a virtude, os povos latinos eram autoritários, antidemocráticos, economicamente atrasados e corruptos, ou seja representavam o negativo da civilização norte-americana. A opinião de John Quincy Adams, então Secretário de Estado norte-americano sobre as repúblicas recém-independentes ilustra claramente, já em 1821, essa visão:

> "[...] os latino americanos carecem dos elementos básicos de governo bom ou livre. O poder arbitrário, militar e eclesiástico, está estampado na educação, nos hábitos e,

> sobretudo, em todas as instituições. A dissensão civil infiltra todos os princípios seminais. Guerra e destruição mútua estão presentes em cada elemento da organização, moral, política e física[15]".

A negatividade presente na descrição feita por Adams pode ser igualmente verificada na avaliação feita mais de um século depois por George Kennan, então atuando como conselheiro do Departamento de Estado dos Estados Unidos:

> Na América Latina o reconhecimento subconsciente do fracasso do esforço do grupo encontra sua expressão num autocentramento e egoísmo exagerados – numa patética necessidade de criar a ilusão de coragem desesperada, suprema esperteza e uma virilidade sem limites onde as virtudes mais construtivas são ostensivamente ausentes. [...] parece improvável que possa haver alguma outra região da terra onde a natureza e o comportamento humano pudessem ter se combinado para produzir um *background* mais infeliz e sem esperança para a conduta da vida humana do que na América Latina (Kennan apud Shoultz, op.cit.366).

Apesar da grande distância existente no tempo entre as duas afirmações, vê-se que existe continuidade entre ambas. A despeito das oscilações ocorridas na orientação da política norte-americana para a região, permaneceu a idéia da incapacidade dos povos latino-americanos para o auto-governo, a democracia e o desenvolvimento econômico, visão essa baseada no que Schoultz chama de *mindset*: "uma estrutura mental dominada por crenças subjacentes que os funcionários dos EUA têm sobre os latino-americanos e, especificamente, por sua crença de que os latino-americanos são um povo inferior" (Idem, p.413-414). Tal estrutura também pode ser observada em estudiosos das relações entre Estados Unidos e América Latina, a exemplo do trabalho de Harrison (1997), no qual a diferença fundamental entre a prosperidade norte-americana e canadense e o subdesenvolvimento latino-americano é a prevalência da cultura e dos valores ibero-católicos nestes últimos.

[15] Diário de J. Q. Adams, 09/03/1821, Apud SCHOULTZ (1998, p.20)

Segundo Mark T, Berger (2000, p.45), o estabelecimento do pan-americanismo como corrente política e intelectual relevante no cenário norte-americano ajudou a amenizar essa crença e o estabelecimento do Bureau Comercial das Repúblicas Americanas ao final da 1ª Conferência Internacional Americana (1889-1890) foi importante para ajudar a dar visibilidade a uma opinião mais favorável aos povos latino-americanos, baseada na idéia da existência de uma história e de um destino comuns aos americanos do norte e do sul, sem, entretanto, conseguir substituir inteiramente o posicionamento representado na fala de Adams.

O discurso pan-americano trouxe uma nova roupagem ao relacionamento entre os EUA e a América Latina, enfatizando a cooperação entre Estados e abrindo espaço para discursos que procuravam representar as repúblicas do sul como "locais de investimento potencialmente lucrativo para os investidores norte-americanos" (Salvatore, 1998, p. 81). O centro e o sul do continente passaram de lugares sem lei a terras de oportunidades, tanto para negociantes quanto para pesquisadores das mais variadas especialidades, ao mesmo tempo em que permanecia o contraste entre o antigo e o novo, representado na oposição entre as expectativas futuras baseadas na potencialidade dos mercados latino-americanos e a contemplação das glórias passadas das civilizações pré-colombianas. Essa contradição é marcante nas páginas de *Américas*, como veremos nos capítulos seguintes.

Durante as décadas de 30 e 40 do século passado, houve uma série de iniciativas do governo norte-americano para estreitar os laços com os povos do sul no campo cultural. Entre nós, as mais estudadas são as incursões feitas no meio cinematográfico e editorial sob a responsabilidade do OCIAA (Office of the Coordinator of Inter-american Affairs), também conhecido como Bureau Interamericano. O campo de atuação do Bureau era bastante amplo, mas suas atividades foram concentradas nos campos da informação e da cultura, adotando o pan-americanismo como forma de discurso unificador dos povos do sul e do norte do continente em torno de princípios gerais como a democracia e o governo republicano (Moura,

1984, p. 22-23). Ainda segundo Moura, o trabalho do Bureau era construir a imagem dos EUA como um exemplo de bom funcionamento político, econômico e social a ser seguido por todas as repúblicas do continente; era um modelo ideal. As relações de solidariedade construídas em torno do ideal pan-americano eram "o cimento do sistema de poder que Washington estava modelando no continente" (idem, p. 25-26).

As publicações da União Pan-Americana tinham função similar, embora ainda sejam pouco estudadas. Parte importante da construção do pan-americanismo era difundir as suas realizações e conquistas e expandir o conhecimento sobre o sul do continente. Segundo Salvatore (op.cit., p.81-82) a União Pan-Americana foi pioneira na criação de uma verdadeira "indústria de informação" sobre a América do Sul, patrocinando publicações em diversos campos de atividade econômica e científica, bem como produzindo material educativo sobre a história e características do continente. Também foram organizadas expedições exploratórias exclusivas ou em associação com universidades e com a National Geographic Society, para estudos nos campos da Arqueologia, Geografia, Geologia e Astronomia para regiões distantes e desconhecidas do continente.[16]

Américas era parte desse empreendimento. Como sucessora do Boletim da União Pan-Americana, caberia a ela o papel de continuar com a difusão desse conteúdo, justificando a presença crescente de capital e valores norte-americanos nas terras do sul, com base nas deficiências existentes na região. Especialmente em sua primeira década de publicação, a temática da promoção do desenvolvimento serviu como pretexto para a valorização do ambiente latino-americano em especial para o investidor privado, seguindo a mesma linha desenvolvida pelo governo norte-americano frente às reivindicações dos governos locais.

Contudo, não se pode ignorar que por ser um veículo de comunicação produzido por um organismo multilateral no qual a diversidade de países e visões sobre os temas

[16] Nos volumes do Boletim da União Pan-Americana, entre os anos de 1918 e 1940 eram freqüentes os relatos de viajantes e exploradores sobre regiões consideradas remotas ou selvagens no continente, notadamente a Amazônia, a Patagônia e as regiões montanhosas como os Andes. Ver também, BAITZ, op.cit.

econômicos, sociais e políticos do período eram a tônica, por mais que em *Américas* predominasse uma visão vinculada à leitura que os representantes norte-americanos na entidade possuíam sobre os problemas da América Latina, nem sempre ela foi veículo exclusivo para veiculação do discurso oficial, como se pode observar pela disputa de posições em torno da promoção do desenvolvimento econômico na região, descrita demoradamente em suas páginas a partir da segunda metade dos anos 50 do século passado.

1.3 *Américas* e seus leitores

Quem era o leitor de *Américas*? Essa não é uma pergunta fácil de se responder, uma vez que o único meio de acesso ao seu público é mediado pela própria revista, ou seja, pela Seção de Cartas é possível termos uma visão apenas parcial de seus leitores, pois certamente, havia algum tipo de seleção das cartas a serem publicadas, bem como a limitação do espaço disponível para essa categoria de texto.

Inicialmente, o que podemos dizer a respeito do público de *Américas* é que se tratava em sua maioria de profissionais liberais, em especial, professores, que viam na publicação um material interessante para uso didático. Também era muito freqüente a presença de estudantes secundaristas e universitários, especialmente norte-americanos, buscando contatos com indivíduos dos países membros da OEA. Não é possível dizer se essa diversidade de pessoas era real ou se fazia parte de um esforço da redação em mostrar a maior variedade de leitores possível, uma vez que não se tem acesso aos dados sobre o conjunto das cartas enviadas à redação.

Também se pode ter uma outra pista sobre seu público leitor com base nas informações dos Relatórios da Secretaria Geral. Conforme tratado anteriormente, durante os primeiros anos de circulação de *Américas*, a publicação era deficitária, o que levou a direção da OEA a adotar uma estratégia publicitária que ampliasse o volume de vendas das suas

assinaturas. Essa campanha seguiu trajetórias diferentes em cada região: nos EUA, a propaganda direta via correio foi o meio mais utilizado, buscando o cidadão médio. Na América Latina, esse caminho até o leitor foi mediado por instituições e empresas, ou seja, para chegar ao seu objetivo final – o assinante – A Divisão de Publicações e Informação (DPI) enviava material de propaganda sobre *Américas* para empresas bancárias e ferroviárias, indústrias, associações nacionais de professores, médicos, advogados, instituições educacionais e científicas, além de enviar anúncios sobre a revista diretamente para indivíduos constantes em listas especializadas.

Tal estratégia de divulgação permite verificar que ao contrário do que ocorria nos EUA, onde a divulgação da revista era ampla e irrestrita, na América Latina buscava-se um leitor mais específico, um público mais qualificado para o papel de multiplicador das mensagens da OEA no interior dos países latino-americanos. Não se tratava apenas da venda de uma publicação, mas de fazer com que o discurso pan-americanista chegasse a um público maior do que aquele constituído pelos governos e seus representantes nas instâncias da entidade. Uma vez que grande parte da população latino-americana ainda não era alfabetizada, era necessário encontrar outro caminho para chegar a essas pessoas sem a mediação dos governos nacionais, sempre propensos a adaptar o discurso aos seus próprios interesses; dessa forma, contar com a simpatia de elementos locais capazes de influenciar a opinião geral tornava-se indispensável.

1.4 *Américas* e seus temas

A revista tinha como objetivo atingir todos os povos do continente com a mensagem de paz, segurança e progresso, presente em todos os exemplares, juntamente com o editorial, pelo qual o Secretário Geral da entidade dirigia-se a seus leitores tratando constantemente de temas políticos considerados relevantes pela entidade.

Em seus primeiros anos a publicação teve cunho eminentemente cultural, com artigos sobre os hábitos e costumes dos países membros da Organização, temas históricos, relatos de viagem, arqueologia e vida cotidiana. A partir da segunda metade da década de 1950, esses temas passam a dividir o espaço com aspectos variados dos debates econômicos da região. Contudo, nota-se a discreta presença de artigos versando sobre temas políticos (além do próprio editorial), que durante esse período inicial restringem-se à apresentação dos novos governantes dos países membros e seus embaixadores na OEA. A política continental só irá ganhar definitivamente as páginas de Américas após a vitória da Revolução Cubana, em 1959.

Os textos que compunham a revista eram escritos, em geral, pela equipe de redação sediada em Washington, formada por jornalistas profissionais. Além desses, cada edição também trazia um conjunto de colaboradores oriundos dos diversos países do continente, geralmente intelectuais, acadêmicos e cientistas, bem como funcionários de agências e organizações internacionais ou da própria OEA, em viagem.

Os artigos eram simples e de fácil leitura, com linguagem clara e objetiva. Para evitar que o leitor se sentisse esgotado com a leitura de um texto longo, inicialmente todos os artigos eram divididos e intercalados, de maneira que o leitor pudesse alternar entre os temas tratados a cada três ou quatro páginas. Vale lembrar que essa estratégia também era utilizada em outros veículos de leitura popular, a exemplo da revista *Reader's Digest*, conhecida no Brasil como *Seleções do Reader's Digest* (Junqueira, 2000, cap. I), com o objetivo de garantir a leitura integral da publicação.

Outro aspecto que chama a atenção é a riqueza de ilustrações presentes na revista. Todas as reportagens eram ilustradas com gravuras, mapas, quadros explicativos ou fotos que podiam ocupar pequenos quadros ou até mesmo a página inteira do artigo, atraindo mais fortemente atenção do leitor e, muitas vezes, funcionando não apenas como mera ilustração, mas como elemento constituinte do discurso da revista. As fotos e ilustrações também

estavam presentes nas capas e contracapas das edições, sempre bastantes coloridas, de maneira a torná-la atraente para a venda nas bancas.

Um exemplo do quanto o aspecto visual era valorizado na publicação é a reportagem da edição de março de 1952 a respeito da campanha de incentivo à leitura promovida em diversos países sul-americanos pela OEA com o apoio da UNESCO. A matéria era curta, composta por apenas três páginas, sendo uma inteiramente tomada por ilustrações. No caso, reproduções do material didático produzido para a campanha, cujo tema era nada mais, nada menos que a vida de Abraham Lincoln. O objetivo inicial do projeto era alfabetizar a população rural no interior do México e a partir daí, expandir para outras localidades.

Também é interessante observar o título dado ao material: *Lincoln e a democracia*. A OEA, ao escolher uma figura tão emblemática para estampar a publicação, deixava muito clara a intenção de usar a figura de um ícone da história norte-americana como exemplo de conduta, dada a sua conhecida trajetória de autodidata e exemplo de *self-made man*, capaz de sair de sua condição de lenhador analfabeto e chegar à presidência da república. Juntando esse ícone ao termo democracia, fundiam-se dois elementos muito caros à cultura dos EUA. Tratava-se da difusão de valores norte-americanos entre aquela população.

SOMETHING TO READ

A revista raramente fazia alguma referência em relação ao contexto político do período – a fase mais aguda da Guerra Fria. *Américas* também não era – até então – uma revista marcadamente anti-comunista. Porém, alguns de seus artigos chamavam a atenção mais por seus títulos bombásticos alusivos ao comunismo do que propriamente por seu conteúdo. Um desses casos foi o texto escrito pelo editor assistente George Compton em colaboração com Alfonso Varela – um entomologista mexicano integrante da Divisão de Agricultura da UPA – cujo título era: "A Ameaça do Leste". O assunto? A disseminação de uma praga nas plantações de frutas por conta de uma mosca de origem oriental, levada por militares norte-americanos da região do pacífico para o Havaí e, de lá, para o continente.[17]

É possível verificar dois momentos bastante distintos em relação às temáticas abordadas pela revista. Em seus primeiros anos (1949-1951) suas matérias versavam quase que exclusivamente sobre temas de caráter histórico e cultural – conforme exposto no início deste subitem – entretanto, a dinâmica da vida política e econômica da região foi progressivamente abrindo espaço nas páginas de Américas.

[17] Américas, novembro, 1952, p.6-9.

Nesse sentido, o momento crucial foi a Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores realizada em 1951 no contexto da intervenção norte-americana na Guerra da Coréia. Na ocasião a delegação norte-americana invoca o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) com o objetivo de obter apoio militar dos outros países membros, posição repelida quase que unanimemente pelos participantes, que aproveitaram a oportunidade para apresentar suas reivindicações de apoio econômico por parte do governo dos EUA para o desenvolvimento econômico na região.[18]

A partir desse momento, os editores de *Américas* passaram a dar cada vez mais cobertura para os problemas econômicos da América Latina – embora também tratasse ocasionalmente de questões econômicas globais – em artigos escritos por colaboradores da revista, editoriais do Secretário Geral e de embaixadores dos países membros da OEA, além de uma coluna específica sobre economia editada ininterruptamente de novembro de 1953 a dezembro de 1958 e culminando com a ampla visibilidade conferida às medidas relacionadas à implantação da Operação Pan-Americana (OPA).

Neste ponto ocorreu uma nova virada na conjuntura continental que redundou em mudanças na linha editorial de Américas.

Na passagem de 1958 para 1959 os revolucionários cubanos liderados por Fidel Castro chegam a Havana e depõem o ditador Fulgêncio Batista, instalando um governo de caráter nacionalista e popular que imediatamente despertou a desconfiança norte-americana. A vitória da Revolução Cubana trouxe a preocupação com o avanço do comunismo novamente para o interior dos debates da OEA, que até então, tratara a questão como uma possibilidade de realização pouco provável devido ao alto nível de colaboração política atingida entre os governantes dos países membros. Com os

[18] Este tema será desenvolvido de maneira mais prolongada no capítulo II.

castristas no poder, tinha-se uma nova situação nas mãos e não havia como ignorar as implicações políticas de tal fato para o sistema interamericano. Dessa forma, entre 1959 e 1968, *Américas* assumiu a tarefa de abordar as principais discussões políticas e sociais do continente, com especial atenção às medidas necessárias para o combate às agressões comunistas.

Nos capítulos que se seguem esse processo é tratado, procurando-se demonstrar como as tensões existentes no sistema interamericano refletiam na OEA e, conseqüentemente, em *Américas*.

Capítulo 2

Anos 1950 – A Década de Ouro

2.1 A abertura para o capital privado e a promoção do desenvolvimento

A década de 1950 foi considerada como uma espécie de "Era de Ouro" pelos redatores de *Américas*. Com o fim da II Guerra Mundial e a consolidação das instituições que fazem parte do sistema interamericano, constituiu-se no continente uma versão micro do sistema das Nações Unidas, capitaneada pela OEA. Para os dirigentes da entidade, dois princípios deviam guiar os pensamento e as ações de todo o continente: desenvolvimento econômico e democracia.

Aqui, pretende-se mostrar a atuação da revista durante a década de 1950, analisando os temas tratados nas suas edições em comparação com o contexto histórico, dando ênfase às principais questões surgidas nos planos político e econômico, procurando destacar o posicionamento ou a omissão da publicação frente a tais acontecimentos.

O final da II Guerra Mundial gerou expectativas na América Latina em relação ao apoio que seria oferecido pelo governo norte-americano para a promoção do desenvolvimento econômico local. Notadamente no caso do Brasil essas expectativas eram bastante elevadas, por conta da colaboração brasileira para com os Aliados (Cervo & Bueno, 2002, p.270).

Entretanto, da parte do governo norte-americano, a diretriz principal era que os governos locais deveriam abrir suas economias ao investimento privado, o qual viria

então a tornar-se a principal fonte de capital para inversão nos países latino-americanos, uma vez que os fundos estatais norte-americanos de então estavam sendo utilizados prioritariamente para financiar a reconstrução da Europa e do Japão, como parte de sua estratégia global de combate à influência soviética (Vizentini, 1995, p. 63-65).

Segundo Pecequilo (op.cit., p.217), a análise da política externa norte-americana era que a América Latina havia deixado de desempenhar um papel relevante para os interesses globais do país, portador de maiores responsabilidades em nível internacional, uma vez que "[...] estando sob a liderança incontestável dos Estados Unidos, não foi percebida como uma área de risco ou prioritária do interesse norte-americano, que se dedicou a barrar o avanço soviético em outras localidades". Ainda segundo Pecequilo (idem, p. 219), o período é marcado por um "crescente distanciamento entre os EUA e seus parceiros latino-americanos" que recuaria apenas a partir do final da década de 1950.

Entre 1950 e 1959, *Américas* absorveu e reproduziu muito do debate em torno da promoção do desenvolvimento econômico na América Latina, transparecendo claramente a visão norte-americana da questão. Por outro lado, os governos locais souberam também utilizar o espaço da publicação como meio de pressionar o governo dos EUA e a própria OEA a atender suas reivindicações com as manifestações recorrentes de seus representantes na entidade.

Durante esse período a promoção do desenvolvimento econômico ganhou tamanha relevância para o conjunto dos países latino-americanos, que as matérias que destacavam os problemas de infra-estrutura e as obras e projetos que poderiam ajudar a superá-los estavam presentes em praticamente todos os números publicados. Ao final da década, com o lançamento da Operação Pan-Americana, proposta pelo presidente Juscelino Kubitschek, e da Aliança para o Progresso, a problemática da melhoria das

condições materiais dos povos americanos passou a ser tratada como medida preventiva ao avanço dos movimentos revolucionários na região.

Seguindo a linha de raciocínio desenvolvida pelo Departamento de Estado dos EUA, *Américas* privilegiou os relatos de empreendedores privados sobre suas experiências de enriquecimento no continente. Em sua maioria eram empresários que encontraram oportunidades econômicas e que procuraram utilizá-las como exemplo para que os povos latino-americanos pudessem eles mesmos desenvolver suas economias, em uma espécie de sistema de auto-ajuda, em contraponto às constantes reivindicações locais por investimentos públicos do governo norte-americano na região. Os projetos de cooperação técnica, de ensino, de treinamento de pessoal técnico para agricultura e pecuária desenvolvidos pela OEA no continente eram amplamente divulgados na revista como parte das conquistas do Pan-americanismo para a região.

A América Latina era tratada como uma espécie de "ilha de prosperidade", na qual todo empreendedor corajoso poderia obter bons resultados. A importância dada aos investimentos privados era parte componente da retórica do pan-americanismo, sobre como a reprodução de experiências supostamente bem sucedidas nos EUA poderiam beneficiar a região como um todo. A esse respeito, Emily Rosenberg (*apud* Sheinin, 2000, p. 170) afirma que o componente econômico do pan-americanismo pode ser definido como "liberal desenvolvimentismo" (*liberal developmentalism*), ao defender a promoção do desenvolvimento das economias latino-americanas com base em investimentos estrangeiros, livre mercado e abertura comercial.

Entretanto, Sheinin (idem, p. 171) também afirma que ao se comparar tais afirmações com o registro histórico, pode-se perceber as incongruências existentes entre o que se propunha como política para a América Latina e a experiência da república do norte. Paul Bairoch (*apud* Sheinin, 2000, p. 170) afirma que os EUA "representam a

pátria e o bastião do moderno protecionismo", após avaliar os efeitos das políticas tarifárias do século XIX sobre a industrialização do país e conclui que sem essa proteção, "cerca de metade das indústrias têxteis da Nova Inglaterra teriam ido à falência" (idem, p.171).

Para presidentes como o brasileiro Eurico Gaspar Dutra, os investimentos viriam como retribuição à contribuição dos parceiros sulistas para o fortalecimento norte-americano no cenário internacional, tal como na orientação dada à diplomacia brasileira para que esta seguisse o voto norte-americano na questão do ingresso da República Popular da China na ONU (Bueno e Cervo, op.cit. p. 272).

Em 25 de junho de 1951, a Coréia do Norte ataca o território sul-coreano, ato percebido pelos norte-americanos como um ato de agressão ao mundo livre, um movimento soviético em direção à expansão de seu poderio. Os EUA tomaram diversas iniciativas como resposta a tal situação, entre as quais, a solicitação junto ao Conselho da OEA para a reunião de seu órgão de consulta a Reunião dos Ministros de Relações Exteriores com o objetivo de levar a discussão sobre as implicações da agressividade comunista para a segurança continental:

> "O comunismo levou os Estados Unidos a adotar um plano de mobilização econômica e a pedir às nações latino-americanas, por meio da Reunião de Consulta, que pusessem também em prática medidas acopladas às diretrizes por eles traçadas. [...] O governo brasileiro sentiu que o momento era o mais adequado para, sustentando sua própria visão sobre mobilização econômica, reclamar a cooperação econômica do parceiro do norte" (idem, p. 273-274)

A documentação relativa à preparação do encontro revela que, na ocasião em que a solicitação norte-americana foi apresentada, as medidas de caráter econômico relacionavam-se especificamente ao esforço defensivo. A nota apresentada pelo

representante norte-americano no Conselho da OEA, Paul C. Daniels pedia a reunião, pois

> "A orientação agressiva do Comunismo internacional, levada a efeito por meio de seus satélites, criou uma situação em que se acha ameaçado o mundo livre em sua totalidade. [...] Como o declarou o Presidente Truman, os Estados Unidos, tendo em mira organizar sua força em defesa desses princípios, adotou um programa de emergência destinado aos necessários preparativos econômicos e militares.
>
> Havendo adotado urgente mobilização em prol da defesa comum, os Estados Unidos desejam consultar seus companheiros, os membros da Organização dos Estados Americanos, no tocante à situação mundial que todos enfrentamos, e à coordenação de esforços comuns, necessária nesta conjuntura[19]".

Percebe-se claramente que a cooperação econômica com o continente, em um sentido mais geral, não era a preocupação central do governo Truman.

2.2 O debate econômico ganha espaço

Durante os dois primeiros anos de sua publicação, *Américas* manteve-se afastada dos temas econômicos do continente, atendo-se a publicar predominantemente, matérias de cunho cultural. Entretanto, após toda a pressão realizada durante a Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores em 1951, não foi mais possível ignorar os apelos por ajuda econômica dirigidos pelos presidentes dos países latino-americanos aos

[19] IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, Convocação da Reunião. **Anais da Organização dos Estados Americanos**, vol.III, nº2, 1951, p. 130.

EUA e à OEA. Nesse sentido, a partir de 1952, a temática econômica é definitivamente inserida na publicação.

Já nos primeiros meses de 1952, *Américas* passou a trazer artigos que procuravam mostrar as grandes oportunidades de investimentos existentes no continente. Uma das mais interessantes foi *Bonanza de Ferro*[20], a respeito de uma enorme jazida de minério de ferro encontrada na Venezuela, segundo o autor, "o mais rico depósito de minério de ferro já descoberto neste planeta." [21] O artigo não foi assinado por nenhum dos colaboradores convidados – tal como feito habitualmente – o que nos leva a crer que se tratava de um artigo de responsabilidade da redação[22]. O autor faz uma ampla descrição do empreendimento e da importantíssima participação de empresas privadas na exploração da jazida – na verdade tratava-se de apenas uma empresa, a Orinoco Mining Company, subsidiária da US Steel, empresa norte-americana do ramo da produção de aço – e sobre os efeitos benéficos da empreitada:

> "A descoberta dessa Bonanza de Ferro na Sexta-Feira Santa de 1947 deu início e continuidade ao crescimento da antes desolada província de Bolívar. Ciudad Bolívar, a capital da província, transformou-se de uma pacata cidade portuária de quarenta mil pessoas em um centro industrial e comercial frenético com cerca de sessenta mil. "

[20] *Bonanza* é uma palavra espanhola de origem grega, que quer dizer *suavidade*. Em sentido figurado, significa "um excepcionalmente rico depósito mineral ou uma atividade altamente lucrativa ou recompensadora" http://www.merriam-webster.com/dictionary/bonanza , acesso em 01/02/2008, 10:23 hs.
[21] Ferrous Bonanza, *Américas*, março, 1952, p. 24-28. A tradução é sempre nossa.
[22] Nesse artigo, assim como em diversos outros publicados em *Américas*, o texto não era assinado por nenhum colaborador específico. Em outros casos, a matéria era assinada apenas como "Da Redação". Tal prática é recorrente no meio jornalístico, o que não significa que se trate de material de origem desconhecida, mas de textos produzidos em colaboração por dois ou mais membros de uma equipe de redação (Sodré, op.cit. Cap.I). No caso de *Américas*, não é possível saber exatamente sobre o processo de trabalho de sua equipe a partir do material coletado, mas aqui, assume-se que independentemente de qual ou quantos dos integrantes da redação da revista produzissem esses textos apócrifos, para que os mesmos chegassem ao público, deveriam passar pela aprovação de seu responsável técnico – o Redator-Chefe – e de seu responsável político, o Secretário Geral da UPA.

Ou seja, empreendimentos exploratórios tais como a mineração eram apresentados em *Américas* como anunciadores da chegada do progresso para as regiões atrasadas e "desoladas" dos países do sul do continente. Uma vez que as preocupações para com os efeitos ecológicos da ação humana são bastante recentes, pode-se entender a questão sob o ponto de vista do domínio da humanidade sobre a natureza. A capacidade de intervir e modificar o meio-ambiente a partir do conhecimento técnico-científico e em conformidade com as necessidades e desejos do ser humano era vista como uma das grandes virtudes que as sociedades humanas poderiam desenvolver (Prado, 1999, p.179-181). O que esse artigo possuía em comum com muitos outros publicados na revista ao longo do período estudado é a concepção de determinadas regiões da América Latina como "regiões de fronteira", espaços nos quais as conquistas da civilização ocidental ainda não haviam chegado (Turner, 1976).

Suas páginas também passaram a ser freqüentemente ocupadas com artigos e notas a respeito das reformas econômicas necessárias para facilitar o afluxo de capital estrangeiro para a América Latina. As mais importantes estavam relacionadas à abertura comercial e à revisão das políticas fiscais em cada nação, mas também estavam presentes informações e notícias sobre os programas de cooperação técnica e sobre as propostas voltadas para o desenvolvimento local das populações.

Entre as propostas que podem ser consideradas mais significativas – em termos de divulgação – estava o cooperativismo. A OEA oferecia grande incentivo ao cooperativismo como uma alternativa econômica para os povos latino-americanos – alternativa essa pensada no nível do indivíduo, ou seja, como incentivo à livre iniciativa. A edição de junho de 1952 inicia a discussão em torno do tema já no editorial:

> Por um bom tempo o movimento cooperativista foi podado nos países latino-americanos, quase sempre encorajado ou mesmo dirigido pelos governos nacionais. Apesar das grandes dificuldades, o movimento está se tornando mais importante a cada dia. O Cooperativismo, que é uma das mais engenhosas e efetivas soluções para os problemas econômicos e sociais não é uma religião, nem uma teoria política ou filosófica. Primeiramente, trata-se de uma técnica. [...] Através de sua Seção de Cooperativas, a União Pan-Americana (UPA) vem promovendo, há muitos anos, a troca de informações entre os líderes das cooperativas das Américas e, com recursos muito limitados, vem tentando treinar alguns especialistas. Quando a UPA lançou o Programa de Cooperação Técnica da OEA, o Conselho Interamericano Econômico e Social percebeu que os povos americanos se beneficiariam imediatamente se o trabalho modesto que vinha sendo desempenhado pela UPA nesse campo fosse intensificado.[23]

Seguindo nessa mesma linha, o artigo "Aprendizes de Fazendeiros"[24], faz uma apresentação sobre a vida econômica na América Central, demonstrando que o único empreendimento que envolve organização e planejamento é a Escola Pan-americana de Agronomia, mantida pela United Fruit Co. em Honduras, as demais, relacionam-se ao extrativismo vegetal praticado de forma desordenada pelas populações locais.

O papel a ser desempenhado pela OEA ficava claramente estabelecido. O organismo deveria levar conhecimento e orientação para as regiões menos desenvolvidas do continente para que a partir daí fosse possível tirar a região do atraso em que se encontravam.

A cada mês um assunto relativo à economia do continente era tratado por um articulista convidado ou por membros da redação em Washington. Um desses artigos foi escrito por George C. Compton, Editor Associado de *Américas* que publicou o texto "O

[23] Editorial, *Américas*, junho, 1952, p.1
[24] Aprentice Farmers, *Américas*, outubro, 1953, p. 24-26.

que está acontecendo com o comércio do hemisfério?"[25] Nele, o autor analisava as mudanças ocorridas no comércio hemisférico e procurava avaliar quais seriam as possíveis conseqüências da industrialização sul-americana para essa atividade (p. 03).

De início, Compton fazia uma avaliação otimista, mostrando o crescimento e a diversificação das trocas comerciais realizadas pelos países latino-americanos entre si e com os EUA, indicando como fator positivo o equilíbrio existente no comércio entre América Latina e Estados Unidos em termos quantitativos[26]. A seguir, ao analisar as tentativas de industrialização, afirmava:

> "Um fator significativo que agora afeta as possibilidades comerciais é o crescimento da industrialização em muitos países latino-americanos. Isto significou o incremento da produção mecanizada em áreas subdesenvolvidas – o que, aliás, contribuiu para a escassez de dólares no pós-guerra [...]. Mas, a longo prazo, as vendas de maquinário têxtil, por exemplo, não poderão compensar por si só a perda do mercado para os produtos têxteis."[27]

Ainda segundo Compton, o otimismo com o qual alguns economistas viam tais iniciativas de industrialização e substituição de importações em setores básicos das economias latino-americanas baseava-se na idéia de que as perdas para os produtores industriais mais antigos poderiam ser compensadas na medida em que as rendas internas latino-americanas subissem e esses países pudessem adquirir mais bens de consumo como televisores e outros ainda não produzidos localmente. Entretanto, "seu efeito geral

[25] "What´s happening to the hemisphere´s trade?" *Américas*, Dezembro de 1952, p. 3-5 e 45.
[26] O artigo traz um gráfico com estatísticas das importações e exportações entre EUA e a América Latina, entretanto, optamos por não reproduzi-lo aqui devido à ausência da origem dos números.
[27] "A significant factor now affecting trade possibilities is the growing industrialization in many latin American countries. This has meant an increase of machinery producers to underdeveloped areas – which, incidentally, contributed to dollar shortages after wartime favorable balances were used up. But in the long run sales of textile machinery, for example, cannot make up for the loss of a market for the textiles themselves." *Américas*, Dezembro, 1952, p. 5 e 45.

para o comércio dependeria muito do tipo de industrialização realizada e da eficiência produtiva que as novas nações industriais fossem capazes de atingir"[28].

Seu artigo ainda apresentava outras preocupações, relacionadas à obtenção de matérias-primas e à produção de alimentos – ambos fornecidos tradicionalmente pelos países periféricos e, no caso, pela América Latina:

> "Industrialização significa que mais matérias-primas serão utilizadas, e os lucros resultantes significam que a demanda por alimentos vai crescer. Se a expansão industrial continuar e a produção total atingir os níveis máximos, o suprimento de alimentos e matérias-primas também (*deverão chegar ao máximo*). De onde eles virão?[29]

Vê-se que o centro do raciocínio de Compton não estava exatamente relacionado aos destinos da industrialização nos países latino-americanos, mas sim às conseqüências que esse processo traria para a indústria e o comércio dos países de industrialização mais antiga, pois se nações como Brasil e Argentina passassem a investir pesadamente no desenvolvimento de sua produção industrial, seria lógico admitir que ambos utilizassem os recursos anteriormente exportados para suprir as próprias necessidades, ocasionando redução da disponibilidade de matérias-primas e alimentos para o comércio exterior, ou seja, os países já industrializados precisariam lidar com uma possível alta dos preços desses artigos e, até mesmo, com a sua escassez.

Matérias como essa não eram casos isolados em *Américas*. A defesa do comércio internacional e do livre cambismo como instrumentos de desenvolvimento era feita em

[28] "But the net effect on trade will be depends largely on the kind of industrialization that takes place and the productive efficiency the new industrial countries are able to achieve." *Américas*, Dezembro, 1952, p. 5.

[29] " Industrialization means more raw materials will be used, and the resulting higher incomes mean the demand for food will go up. If industrial expansion is to continue and total production reach the maximum levels, raw material and food supplies must go up too. Where will they come from? *Américas*, Dezembro, 1952, p. 6.

todos os níveis. Redatores e articulistas retomavam o tema com muita freqüência em artigos e na coluna "Na frente econômica" sobre qual falaremos mais adiante.

No artigo "A América Latina e o Banco Mundial"[30], a pauta foi a reunião conjunta do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (FMI e BM, respectivamente), realizada em setembro de 1952 na cidade do México. Segundo o redator, o objetivo geral do encontro era "chamar a atenção para o que o banco tem feito pelo progresso econômico nas Américas. Seu objetivo final é fazer uma ponte entre o investidor privado e qualquer nação estrangeira na qual o capital ajudará a desenvolver uma ordem econômica viável que assegure a paz mundial"[31].

Partindo do princípio de que a promoção do desenvolvimento na América Latina dependia exclusivamente de investimentos de capital privado, não só articulistas e colaboradores da revista seguiam na sustentação desse argumento. Também empresários e dirigentes latino-americanos eram trazidos de tempos em tempos para manifestar seu apoio a essas idéias nas páginas de *Américas*. Raúl Nass – venezuelano e redator-assistente da edição em Espanhol – entrevistou um grupo de empresários latino-americanos durante a Conferência Interamericana de Investimentos realizada em Fevereiro de 1955 em Washington para questioná-los sobre a necessidade do investimento de capital estrangeiro na região[32].

De maneira geral, os participantes não rejeitavam a presença do capital estrangeiro em seus países, mas todos também manifestaram preocupação com que tais investimentos estivessem vinculados à atividades produtivas e não à especulação. Tal é o caso de José Bosch, empresário cubano, presidente de duas das maiores empresas de capital nacional da ilha - a Bacardi e a TransCuba Oil (empresa recém criada para

[30] "Latin America and the World Bank", *Américas*, setembro, 1952, p.6-8.
[31] "call attention to what the bank is doing for economic progress in the Americas. Its ultimate goal, of course, is to be a bridge between private investor and any foreign country, where capital will be help develop a working economic order to insure world peace." *Américas*, setembro, 1952, p.6.
[32] *Américas*, "Queremos capital estrangeiro?", fevereiro, 1955, p.2-5.

prospecção de petróleo na ilha) –, de Aldo Franco, brasileiro representante da Confederação Nacional das Indústrias e de Martín Del Corral – colombiano, presidente do Banco de Bogotá –, cujo posicionamento resumia a discussão:

> "Prefiro o capital estrangeiro sempre que, primeiro, procure fomentar novas indústrias, novas fontes de riqueza; segundo, faça sociedade com os cidadãos do país onde se instala; e terceiro, entre no país com o propósito de radicação permanente, e não apenas para realizar lucros fáceis e retirar-se".[33]

A adesão ao chamado "desenvolvimentismo liberal" não era um fenômeno exclusivo dos EUA, também no meio latino-americano havia adeptos. Tal era o caso de Genano Payán – advogado colombiano, representante das empresas norte-americanas Sears Roebuck, Quaker Oats e Procter&Gamble –, defensor da tese de que não haveria futuro para os países do sul sem a presença do capital privado estrangeiro:

> "Em Nova Orleans ficaram demonstradas, mais uma vez, as vantagens que a iniciativa privada trouxe aos Estados Unidos, e a América Latina descobriu o que isso significa. Terminou assim, a etapa motivada pela Segunda Guerra Mundial, em que os latino-americanos viram apenas o lado oficial do poderio econômico dos Estados Unidos, através de empréstimos, ajuda e créditos de Tio Sam. E essa etapa acabou a tempo porque o desenvolvimento da América Latina não espera e só pode receber impulso da iniciativa privada mesmo."[34]

O posicionamento de Payán reproduzia a crença de que apenas o capital privado e a liberdade de iniciativa seriam capazes de reproduzir na região a experiência norte-americana de desenvolvimento econômico, tal como vimos anteriormente com David Sheinin (op.cit.).

---

[33] *Américas*, "Queremos capital estrangeiro?", fevereiro, 1955, p.5.
[34] *Idem,* p.5.

Em outro artigo escrito pelo redator George Compton, procurava-se demonstrar como os investimentos canalizados para a região pelo FMI e pelo Banco Mundial eram importantes, e para reforçar essas afirmações, o autor apresentava os números do capital investido, com um total de US$ 183.675.000 aplicados no continente entre a criação desses organismos e o ano fiscal de 1950. No período seguinte, até 01/07/1952, houve um adicional de US$ 164.280.000, dos quais quase um terço – US$ 52.000.000 – foi aplicado em obras de infra-estrutura no Brasil.[35]

A título de comparação, com o Plano Marshall, os EUA investiram de 1947 a 1951 cerca de 13 bilhões de dólares, o equivalente a 5,4% do PIB norte-americano em valores da época, segundo dados obtidos por Greg Behrman (2007, cap. 01). No mesmo período, os investimentos bilaterais dos EUA na América Latina foram de US$ 450.000.000 (Smith, 2000, p.152), a despeito da demanda por inversões mais volumosas. Ricardo W. Caldas (1995) ressalta que no interior do governo Truman (1945-1953) "havia um setor fortemente contrário a qualquer tipo de comprometimento financeiro com o Brasil a longo prazo"[36], o que impediu a efetivação de qualquer projeto mais duradouro naquela ocasião.

Entretanto, mudanças no contexto econômico e político da região começaram a pressionar novamente a estabilidade continental. Segundo Pecequilo (op. cit., p.220), as economias locais não se desenvolviam ao ritmo necessário para atender às demandas internas, o que aprofundou as dificuldades econômicas e sociais já existentes, ajudando a aumentar as críticas ao governo norte-americano por sua falta de atenção para a

[35] "Latin America and the World Bank", *Américas*, setembro, 1952, p.7.

[36] Existe uma ampla bibliografia sobre as dificuldades envolvidas na obtenção de recursos para promover o desenvolvimento econômico na América Latina durante as décadas de 1950 e 1960. No caso específico do Brasil entre os governos Dutra, Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, ver Bueno & Cervo (op.cit), Moniz Bandeira (1978) e Vizentini (op.cit). Para uma visão geral da situação latino-americana ver Schoultz (2000), Peter H. Smith (1995) e Lowenthal (1991).

região, ao mesmo tempo em que os próprios analistas no interior do governo dos EUA começaram a perceber a necessidade de rever suas políticas para a América Latina.

Outro fator que chamou a atenção dos analistas norte-americanos foi o crescimento dos grupos políticos de esquerda e a chegada de alguns deles aos governos na região. Segundo Bethell (1991, p.66-67), o caso emblemático foi o de Jacob Arbenz, eleito em 1952 para a presidência da Guatemala e cujo governo assumiu um perfil nacionalista. Embora não se tratasse de um governo revolucionário, suas iniciativas de promover uma ampla reforma agrária – inclusive com expropriação de terras pertencentes a investidores norte-americanos como a United Fruit Company – e a legalização do Partido Guatemalteco Del Trabajo (marxista) foram vistas como ameaça direta aos interesses das corporações norte-americanas e à própria segurança continental. Dessa forma, o governo Arbenz foi deposto em 1954 por uma rebelião auxiliada por agentes da CIA organizados a partir do território do país vizinho, Honduras.

Um leitor hipotético que não tivesse acesso a outro veículo de comunicação não saberia a respeito dessa ocorrência pela leitura de *Américas*. A revista e seu corpo editorial simplesmente ignoraram a intervenção norte-americana na Guatemala sem maiores explicações. Nem mesmo um único editorial foi escrito durante o ano de 1954. Contudo, após esse acontecimento, abriu-se cada vez mais espaço na publicação para as preocupações econômicas das nações latino-americanas.

Dessa forma, em novembro de 1953[37], inicia-se a publicação da coluna *Na Frente Econômica*, a partir da qual procurava-se trazer aos leitores da revista uma resumo dos principais debates econômicos do continente, bem como atualizá-los sobre as ações da OEA relativas a esse campo.

[37] *Américas*, novembro, 1953, p.02.

Seguindo a linha de incentivo à aplicação de capitais privados, a coluna dá muito destaque às operações do Eximbank (Banco de Importação e Exportação), do Banco Mundial, do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) e de empresas que tivessem intenção de investir nas Américas do Sul e Central.

É possível observar as áreas para as quais tais investimentos eram direcionados. Na coluna de novembro de 1953[38] por exemplo, estão em destaque as linhas de crédito do BM e do Eximbank para atividades agrícolas no Equador e no Panamá; para obras de infra-estrutura na Nicarágua e na Colômbia e para a fabricação de papel no Chile e no Brasil. Também estavam sempre presentes o andamento dos programas de cooperação técnica desenvolvidos pela OEA em diversos pontos do continente.

É interessante observar algumas pequenas aberturas que revelavam a situação do comércio no ambiente internacional. Numa dela, a coluna faz um relato detalhado sobre o estado das relações comerciais entre o norte e o sul do hemisfério, demonstrando a "crescente interdependência econômica dos EUA e da América Latina"[39]:

> Em 1954 provieram da América Latina mais de 32 por cento de todas as importações dos EUA, ou sejam [sic], 44 por cento das exportações latino-americanas. Além de mantimentos como o açúcar, café e bananas, os EUA precisam também de matérias-primas para abastecer suas indústrias bélicas, matérias essas em número aproximado de trinta, classificadas como "estratégicas", sem falar no petróleo e no minério de ferro. [...] aquelas vinte repúblicas têm economias de exportação, tendo juntas, vendido ao exterior, nestes últimos anos, cerca de 16 por cento de sua produção bruta. [...] Por outro lado, os exportadores norte-americanos têm na América Latina seus maiores fregueses de maquinaria industrial, matérias-primas e mantimentos. De todos os produtos de origem civil exportados pelos EUA em 1954, a América Latina comprou 26 por cento. Uma análise dos diferentes itens demonstra cabalmente a importância desses mercados para a indústria dos EUA. Por

[38] Idem, p. 02 e 45.
[39] *Américas*, abril, 1956, p.02.

> exemplo: em 1954, o país vendeu à América Latina 54 por cento dos caminhões e chassis sobressalentes exportados; 43 por cento dos automóveis e chassis; 49 por cento dos preparados farmacêuticos; 30,6 por cento de máquinas para a indústria e 32,2 de máquinas agrícolas; 30 por cento dos têxteis e 44,2 por cento das gorduras, do leite, da carne e outros mantimentos de origem animal.

Pode-se notar a delimitação do papel das economias latino-americanas em relação ao mercado norte-americano, ou seja, a tradicional função de fornecedoras de produtos primários permanecia mantida a despeito de todo o discurso em torno do desenvolvimento. Porém, o que consideramos mais relevante é a forma como os países latino-americanos estavam inseridos no contexto internacional mais amplo, ou seja, como fonte de abastecimento para a indústria bélica norte-americana, o que os tornava não apenas comerciantes, mas na medida em que se colocavam ao lado do campo ocidental, os qualificava também como defensores do mundo livre, inseridos ainda que colateralmente, na estratégia global dos EUA[40].

Mais adiante, tratava-se do comércio com o Leste Europeu:

> "A Rússia manifestou a pouco tempo desejo de intensificar o comércio com a América Latina, e a esse propósito é interessante notar que, à exceção de Cuba (este país vendeu açúcar em considerável quantidade à União Soviética no ano passado), somente a Argentina e o Uruguai têm mantido relações comerciais com a Rússia, *tendo aliás recebido menos produtos do que os constantes dos acordos* (grifo nosso)"[41]

O campo socialista, além de ser apresentado como ameaça à segurança internacional por conta suas pretensões expansionistas (esse aspecto será aprofundado

[40] Não é objetivo deste trabalho avaliar em específico a questão do comércio de minerais considerados estratégicos, entretanto consideramos importante demonstrar a coincidência entre os diversos acordos bilaterais buscados pelo governo dos EUA no período com os países produtores desses minerais na América Latina. Para o caso das negociações com o Brasil ver Bueno & Cervo (op.cit., p.280-287) e Moniz Bandeira (op.cit., p.354-360).
[41] *Américas*, abril, 1956, p.02.

no próximo capítulo), ainda era considerado indesejável como parceiro comercial por não cumprir os acordos firmados, deixando patente sua suposta desonestidade.

Na revista não há indicações sobre a origem dos dados apresentados – aliás, na passagem acima nem existem dados – o que dificulta a verificação dos mesmos. Embora não exista unanimidade na literatura do período sobre o significado do acordo assinado entre Brasil e EUA em 1952 para fornecimento de matérias-primas estratégicas em troca de ajuda econômica (Bueno & Cervo, op.cit, p.282), é inegável que a contrapartida esperada não foi efetivada, o que demonstra que quando se tratava de defender seus interesses, cada superpotência agia prioritariamente conforme suas necessidades, ainda que isso implicasse descumprir total ou parcialmente alguns dos compromissos firmados com seus aliados.

2.3 A transição Truman-Eisenhower

Se durante o período Truman a cooperação econômica esteve fora das prioridades norte-americanas, a fase de transição entre seu governo e o de seu sucessor Dwight Eisenhower é marcada pela revisão desse posicionamento, resultado tanto da pressão exercida pelos governos ao sul do continente por mais atenção às suas necessidades econômicas quanto pela própria dinâmica da política doméstica dos EUA. Peter H. Smith (1995, p.125) afirma que o debate eleitoral intensificou a preocupação do público com as ameaças comunistas no interior do hemisfério, elevando o tom das críticas da oposição sobre o Truman:

> "Eisenhower, o candidato Republicano, acusou a administração de Truman de descuidar-se da América Latina criando uma terrível desilusão por toda a região. A aflição econômica foi seguida pela agitação popular habilmente explorada pelos agentes do Comunismo (*na região*). Para

> Eisenhower, o governo Truman havia transformado a *Política da Boa Vizinhança* em *Política da Vizinhança Pobre*."

Vê-se que Eisenhower e sua equipe eram críticos da postura do governo anterior que consideravam ter abandonado a América Latina à sua própria sorte, o que estava levando ao agravamento da instabilidade insuflada pelos comunistas. Era hora de mudar.

Como foi dito anteriormente, não só a própria mudança na percepção norte-americana sobre os problemas situados ao sul de suas fronteiras, mas também as demandas vindas dessa região ajudaram a promover uma reorientação – ainda que parcial – nas discussões sobre as formas de financiar o desenvolvimento na América Latina.

Nesse sentido, a OEA ganhou importância como espaço de discussão sobre os caminhos para a superação do subdesenvolvimento no continente, especialmente a partir de seu Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), cuja atuação até 1951 segundo Caldas "havia se concentrado especialmente na questão da assistência técnica" (op. cit. p.43). A partir de 1952 o Conselho passou por uma série de reformulações em sua atuação, em seu funcionamento interno e em seus objetivos. Por não ser parte essencial deste trabalho, optamos por não descrever todas as mudanças efetuadas, destacando apenas aquelas consideradas mais relevantes para nossos objetivos.

De acordo com Caldas, em 1953 o CIES foi reformulado no sentido de estreitar sua colaboração com a CEPAL[42] (Comissão Econômica para a América Latina) da

[42] A Comissão Econômica para a América Latina nasceu sob as instâncias do Conselho Econômico e Social da ONU seguindo a idéia que havia sido concretizada com a criação de instituições regionais para a Europa e o Extremo Oriente no pós-Guerra. [...] Entre fins da década de 1930 e começos dos anos 1940, ocorre uma mudança importante no pensamento latino: a decadência manifesta do paradigma identitário e o ressurgimento do paradigma modernizador. No fim dos anos 1940 a CEPAL representa a hegemonia deste novo paradigma, cujo conceito chave é industrialização. [...] Há uma série de idéias que circularam profusamente nos anos 1950 e que foram identificados como o discurso clássico da CEPAL. Conceitos como industrialização, deterioração dos termos de troca, relação centro-periferia, desenvolvimento a partir do interior e substituição de importações configuraram um novo léxico econômico e trouxeram à

ONU. Em novembro de 1954, ocorreu a Reunião de Ministros da Fazenda durante a Quarta Sessão Extraordinária do Conselho, cujas resoluções revelavam "uma maior preocupação com temas como o desenvolvimento econômico, com a liberalização do comércio entre as Américas e com a questão da cooperação técnica (idem, p.44).

O aprofundamento da questão levou a Revista *Américas* a ampliar ainda mais o espaço para o tema em suas páginas. Além dos artigos da redação e de colaboradores e da coluna fixa (*Na Frente Econômica*), também os editoriais da revista passaram a ser ocupados por textos que discutiam os problemas econômicos das nações latino-americanas. O Secretário-Geral da OEA Alberto Lleras Camargo escreveu que:

> " [...] todos os esforços da OEA só poderão ser considerados bem-sucedidos na medida em que as boas relações que vêm sendo estabelecidas entre os dirigentes políticos também possam ser levadas ao conhecimento de todo o povo do continente. [...] Muito têm sido atingido através do Programa de Cooperação Técnica mantido pela OEA, mas sua efetividade só chegará a um resultado satisfatório quando tais iniciativas forem capazes de produzir benefícios para a melhoria do níveis de vida das populações americanas"[43]

Pode-se perceber que as preocupações do Secretário-Geral estavam relacionados a dois aspectos distintos do mesmo problema. O primeiro deles diz respeito à circulação das informações sobre as iniciativas da entidade, para que o conhecimento sobre suas ações não permanecesse restrito aos grupos de dirigentes e representantes cuja

---

luz a idéia de uma economia do desenvolvimento. Esses conceitos se configuraram em uma resposta que chegoua constituir-se inclusive em uma ideologia (no sentido neutro do termo, ainda que, por que não, também no bom e no mal sentido). Configurou-se uma posição que, em síntese e de forma simplificada, dizia que a América Latina não havia se desenvolvido porque havia orientado sua economia para a exportação de produtos primários; por que teria uma grande massa subempregada com níveis baixíssimos de produtividade com um nível reduzido de tecnologia e que toda ela, em parte, era produto de uma antiga divisão internacional do trabalho. Este modelo poderia ser revertido com um projeto de desenvolvimento interno no qual a industrialização era a chave: esta provocaria uma melhora na produção e na produtividade e se transformaria no motor de uma mudança que finalmente repercutiria sobre toda a sociedade. Para tanto, eram necessários o planejamento e a ação estatal que protegeria criteriosamente algumas manufaturas. Valdés (2000, p. 290-292). Ver também, Bielschowsky, R.(org.), Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, RJ : CEPAL : Cofecon : Record, 2000.

[43] *Américas*, novembro, 1954, editorial, p.1

participação direta ou indireta nas discussões o permitisse. Fazer com que "todo o povo do continente" tivesse acesso aos feitos da OEA era parte de seu próprio processo de consolidação política – e *Américas* era uma dos veículos destacados nessa questão.

O segundo aspecto diz respeito ao efeito prático de tais debates para a vida cotidiana do cidadão comum, ou seja, o sentido das discussões em torno da promoção do desenvolvimento na América Latina estaria, nas palavras do Secretário, na elevação do nível de vida de sua população, no qual também estava embutida uma necessidade estratégica, a de reduzir a margem de manobra do comunismo no continente.

Seguindo essa linha de raciocínio, o Embaixador Luis Quintanilha, representante do México no Conselho da OEA, publicou uma das muitas manifestações em prol de um maior envolvimento dos governos nessa tarefa:

> "A propaganda da OEA é assunto relativamente simples. O que está a exigir sério estudo por parte de todos os governos americanos é o modo de organizar um programa de ação que, independentemente do esforço nacional, contribua para erguer os níveis de vida de todas as nossas pátrias. Há indícios de atividades nesse bom caminho; mas sem uma idéia central, uma estratégia global que se inspirasse no propósito revolucionário de combater a miséria, a enfermidade e a ignorância, a OEA poderá ser vista por muitos como uma entidade cujo traço característico se limite à aquisição de compromissos políticos. Tais compromissos são benéficos porque, graças à solidariedade de nossos Estados, o continente americano fechou as portas ao imperialismo colonial; isso, porém, que no passado foi muito, agora não basta. [...] *As vantagens do Sistema Interamericano repousam hoje, principalmente, nas possibilidades que ele ofereça para proporcionar-nos meios de melhorar a vida do homem americano* (grifo nosso).

> [...] Pelas razões anteriores, os governos terão de emprestar à cooperação *material* o mesmo entusiasmo que até agora vêm dedicando à cooperação *política* (grifo do autor)."[44]

Em seu editorial, o representante mexicano expôs claramente as duas grandes preocupações de seu país em relação à OEA: primeiro, a entidade devia fazer-se conhecida em meio à população dos países-membros, não só entre seus governos; segundo, superada a etapa de firmarem-se os compromissos políticos que davam existência política e jurídica ao Sistema Interamericano, era chegada a hora de se estabelecer os compromissos econômicos que auxiliariam na alavancagem das economias latino-americanas, o que envolvia sobretudo o engajamento material do conjunto dos países, conforme o grifo feito pelo próprio autor.

Quintanilha ainda vai além:

> "Quando um camponês, em qualquer canto do hemisfério, houver recebido da OEA algo que lhe permita lutar contra a doença, aperfeiçoar seus cultivos ou abrir os olhos à cultura, e quando esse algo se dever a qualquer atividade do organismo regional, então, e somente então, aquele camponês agradecido saberá que a OEA existe e que, por sua vez, deve apoiá-la. O mesmo pode afirmar-se quanto ao operário que trabalha e luta em nossas cidades."[45]

Para tornar a entidade conhecida e ganhar apoio das populações pelo continente, era preciso que tais populações recebessem benefícios específicos da entidade.

O tom das críticas à política econômica dos EUA para a região aumentou consideravelmente na segunda metade da década, chegando a romper algumas barreiras

[44] Américas, janeiro 1955, página 01.
[45] Idem.

protocolares, como o editorial escrito por Carlos Dávila, ex-presidente do Chile e então, Secreatário-Geral da OEA:

> "[...] durante o período de 1946-53 inclusive, o capital líquido exportado dos Estados Unidos para a América Latina, sob todas as formas, particulares e públicas, atingiu 2.400.000.000 de dólares, ou seja, uma média de 300.000.000 por ano. Durante o mesmo lapso de tempo, os pagamentos latino-americanos aos Estados Unidos, em virtude de dividendos, amortização de dívidas, etc., chegaram a 3.900.000.000 de dólares. Assim, se levarmos em conta a balança de pagamentos relativa à inversão de capitais, o resultado líquido é que os Estados Unidos receberam da América Latina nos últimos oito anos 1.500.000.000 a mais do que lhe enviaram.
>
> [...] Na soma total de inversões na América Latina, o capital norte-americano representa uma cifra insignificante: 9,7 por cento. Dessa soma, a quinta parte procede de fundos públicos. O resto são inversões privadas. Todo restante dos 4.427.000.000 de dólares que se invertem anualmente na América Latina (isto é, quase 90 por cento) é capital latino-americano, economias latino-americanas [...]
>
> Quando se pensa no progresso alcançado pelos países latino-americanos, quase com seus próprios recursos, pode-se bem imaginar quanto não realizariam no futuro se aumentasse o volume de inversões norte-americanas.[46]

O Secretário Geral Carlos Dávila – cujo mandato foi interrompido precocemente – expressava sem nenhum prurido diplomático o descontentamento continental com alguns dos principais problemas nas relações comerciais entre EUA e América Latina: o desequilíbrio da balança de pagamentos devido aos juros e à defasagem nos preços dos produtos primários e o baixo volume de investimentos de capitais norte-americanos na região.

Pode-se considerar que um importante momento nesse contexto foi a Reunião dos Presidentes das Repúblicas Americanas, ocorrida no Panamá em julho de 1956 –

[46] *Américas*, maio, 1955, editorial, p.1.

como parte das comemorações pelo 130º aniversário do Congresso do Panamá, considerada pela OEA como marco fundador de uma unidade latino-americana que teria sido idealizada por Simón Bolívar, aclamado como libertador e símbolo máximo da união continental[47]. Nessa ocasião, as preocupações econômicas latino-americanas parecem ganhar o centro das discussões intergovernamentais com o intuito de promover efetivamente a melhoria das condições de vida das populações locais como instrumento de manutenção da paz e da segurança regionais.

Durante o evento, o presidente Eisenhower profere um discurso no qual exorta as nações do continente a um novo compromisso: "Não podemos agora contar com uma nova fase nesta associação, uma fase em que se apliquem ao bem-estar do indivíduo os mesmos nobres esforços que até agora protegeram e fortificaram a vida coletiva de nossos países?"[48]

Ao propor a formação de um grupo consultivo encarregado de discutir e propor medidas concretas e planos de ação contra a pobreza no continente, Eisenhower não está pensando em implementar nenhum projeto amplo de investimentos na América Latina, embora fosse favorável à promoção do "desenvolvimento econômico politicamente ordenado na região" como apoio para combater "a ameaça comunista ou outras categorias de subversão anti-americana." (Smith, op.cit. p.127)

Além disso, segundo Shoultz:

> Um programa governamental de assistência ao desenvolvimento latino-americano também criaria problemas para a ênfase tradicional dos EUA à empresa

[47] *Américas*, julho, 1956. Existe uma vasta bibliografia tanto sobre o pensamento político de Bolívar quanto sobre a sua atuação e seu significado para a relações interamericanas, bibliografia essa que abrange um amplo espectro que vai do discurso laudatório ao seu heroísmo, à crítica mais ácida ao caráter conservador de muitas de suas visões políticas. Para uma aproximação inicial com o tema ver, *Sonhos e Desilusões na Independências Hispano-americanas* In: Prado (1999, p.53-74); Ana M. M. Correa & Manoel Lelo Bellotto, *Bolívar*, São Paulo, Ática, 1983. Sobre sua influências nas relações internacionais do continente ver Santos (op.cit., Cap. 1 e 2) e J. M. Yepes, *Del Congreso de Panama aLa Conferencia de Caracas 1826-1954 : El Genio de Bolívar Atraves de la Historia de las Relaciones Interamericanas*, Caracas, Cromotip, 1955.

[48] Apud *Américas*, outubro, 1956, p.3

> privada. O CSN 144/1 proibia claramente ajuda econômica significativa semelhante ao Plano Marshall; ao invés disso ele requeria que o Departamento de Estado "ajudasse o desenvolvimento econômico da América Latina, encorajando os governos latino-americanos a reconhecer que o grosso do capital exigido para seu desenvolvimento econômico pode ser melhor suprido pela iniciativa privada e que seu interesse promoveria a criação de um clima que pode atrair investimento privado." (op. cit. p.381)

Mais uma vez fica claro que mesmo numa administração mais permeável às demandas por maiores investimentos estatais norte-americanos na região, as pressões e constrangimentos da política doméstica ainda limitavam as iniciativas governamentais nessa direção. Vale ressaltar também que além das diferenças de avaliação sobre as regiões e atividades que deveriam receber o maior volume de investimentos estatais norte-americano havia também no país muito questionamento sobre a eficácia de investir no desenvolvimento econômico da América Latina. (Shoultz, idem)

Como resultado direto dessa reunião, foi convocada a Conferência Econômica da OEA, realizada em Buenos Aires no ano seguinte.

O encontro, realizado em setembro de 1957, que parecia ser uma boa oportunidade, terminou com frustrações de parte a parte. Na edição de dezembro do mesmo ano, Jorge Hazera – ministro conselheiro da embaixada da Costa Rica nos EUA e membro da delegação costa-riquenha à reunião – escreveu:

> "Há quem diga [...] que a Conferência de Buenos Aires foi um fracasso. Além de ter sido impossível chegar a um consenso unânime quanto aos pontos principais de um convênio econômico geral, a reunião encerrou-se sem a formação de um "mercado comum" (*sic*) na América Latina, nem de um banco de desenvolvimento interamericano. [...] Notando com satisfação o progresso alcançado até agora graças às instituições internacionais de crédito já existentes, reconheceram os delegados a necessidade de prosseguir nos estudos de fórmulas e programas que

> proporcionem verbas mais amplas para financiar o desenvolvimento econômico na América Latina. Pediram, portanto, à OEA que continuasse seus esforços nesse sentido."[49]

O ministro Hazera fez uma avaliação positiva do encontro apesar do aparente impasse entre duas posições antagônicas. Entretanto, se for observada a disposição dos grupos de interesse e as assimetrias entre eles vê-se que, se por um lado a proposta de criação de um banco capaz de fomentar o desenvolvimento econômico não foi atendida, por outro lado, a proposta de formação de um mercado comum defendida pela delegação norte-americana[50] também não se impôs, o que, se não atendeu às expectativas latino-americanas, manteve um espaço para a continuidade da discussão de suas demandas por capital.

As páginas de *Américas* deixam ver como as mudanças de conjuntura dos anos 1950 ajudaram a favorecer o posicionamento de governantes latino-americanos como Juscelino Kubitschek, defensor de que o governo norte-americano assumisse maiores responsabilidades em financiar o desenvolvimento econômico na região.

Em termos práticos, o que se buscava era a criação de um banco de fomento constituído com capital dos países fundadores, a partir de um projeto elaborado por uma comissão técnica formada por decisão da Reunião de Ministros da Fazenda, realizada no Rio de Janeiro em 1954. Seu "capital inicial seria fixado em duzentos milhões de dólares, divididos em quotas proporcionais às parcelas pagas por cada um dos países latino-americanos ao Fundo Monetário Internacional."[51] Segundo a revista, as cotas de Brasil e Argentina seriam de trinta milhões de dólares cada um enquanto que os EUA seria equivalente a um terço do total, ou seja, cerca de sessenta e sete milhões de

[49] Uma Conferência em Retrospecto, *Américas*, dezembro, 1957, p.14-16
[50] Na Frente Econômica, *Américas*, julho, 1955, p.2
[51] Na Frente Econômica, *Américas*, junho, 1956, p.2

dólares[52]. A questão era que o governo norte-americano ainda relutava em aderir a um projeto daquele tamanho, o que ficou patente no posicionamento de sua delegação, que se absteve da votação na conferência anterior.

Meses depois, o Rockefeller Brothers Fund publicou um estudo sobre problemas internacionais, com atenção especial para as atividades econômicas. *Américas* reproduziu algumas passagens desse estudo que diziam respeito à economia do hemisfério, sobre a qual o relatório avaliava genericamente que "é preciso fortalecer as economias do mundo livre e dar sentido construtivo às reivindicações sociais, para que se processem nos moldes da democracia, respeitando os direitos do indivíduo."[53] Em seguida, o relatório apontava algumas medidas cuja viabilização poderia ajudar na melhoria geral do ambiente econômico:

> "1) Maneiras de atenuar as flutuações de preços que possam prejudicar seriamente a economia de certos países.
>
> 2) Medidas de cooperação no sentido de fortalecer as economias dos países americanos, visando a elevar gradativamente os padrões de vida individuais (inclusive, talvez, por meio de uma repartição interamericana de fomento).
>
> 3) Passos preliminares para estabelecimento de um "mercado comum" (grifo do autor) no Continente, precedido talvez, de vários regionais."[54]

O que os analistas da instituição propunham como medidas que visavam a manutenção da estabilidade era exatamente o que os dirigentes latino-americanos já reivindicavam, conforme visto anteriormente.

2.4 A Operação Pan-Americana e a criação do BID

Dando prosseguimento às discussões da Conferência Econômica de Buenos Aires, intensificaram-se os trabalhos da Comissão Interamericana de Representantes

[52] Idem.
[53] "Na Frente Econômica" *, Américas*, setembro, 1957, p.9
[54] Idem.

Presidenciais (CIRP), agora mais convencidos da necessidade de ampliar o nível de investimentos estatais norte-americanos na América Latina. Segundo Caldas,

> "não foi por acaso que o representante norte-americano, Dr. Milton Eisenhower, era um intelectual que simpatizava com algumas das teses defendidas pelos países latino-americanos e não um funcionário do Departamento de Estado, que sustentava, naquele momento, a mesma linha então prevalecente no governo norte-americano [...] de privilegiar o fluxo de capital privado para os países subdesenvolvidos como forma de estimular o desenvolvimento."[55]

Ou seja, o presidente Eisenhower vinha procurando reforçar as relações entre os EUA e os países ao sul de suas fronteiras, mantendo a coerência com a avaliação crítica que fizera à política aplicada pela administração anterior na região.

Em novembro, Américas publica a seguinte nota:

> Mudança de Atitude
>
> Os partidários da criação de um banco interamericano para financiar projetos de desenvolvimento econômico neste hemisfério tiveram a agradável surpresa de ver C. Douglas Dillon, Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, anunciar, perante o Conselho Interamericano Econômico e Social, a nova atitude do governo norte-americano com respeito à proposta apresentada em várias reuniões econômicas anteriores. Até então, o ponto de vista dos Estados Unidos fora que as organizações já existentes, como o Banco Internacional e o Banco de Importação e Exportação, poderiam encarregar-se do financiamento necessário.
>
> Mencionando as recentes visitas à América Latina do Vice-Presidente Nixon, do Secretário do Tesouro, Anderson, do Dr. Milton Eisenhower e do Secretário de Estado Dulles, declarou: Em conseqüência dos relatórios desses representantes oficiais e dos nossos estudos coordenados dos problemas econômicos do hemisfério, fui autorizado a informar que o governo dos Estados Unidos está

[55] Caldas, op.cit. p.59.

> disposto a considerar o estabelecimento de uma Instituição Interamericana de Desenvolvimento Regional, com apoio de todos os países membros.[56] (grifo nosso)

A nota dá ao leitor a nítida impressão de que a dita "mudança de atitude" em relação à criação de um banco para fomentar o desenvolvimento econômico na América Latina teria acontecido de maneira inesperada para os defensores da idéia (no caso, os dirigentes latino-americanos). Como se, além da proposta ter sido apresentada "em várias reuniões econômicas anteriores", nenhum outro tipo de pressão tivesse existido.

Outra afirmação digna de destaque é a que atribui a revisão do posicionamento norte-americano aos relatórios de "representantes oficiais e de estudos coordenados" do próprio país, colocando em dúvida a confiabilidade dos dados sobre os problemas econômicos do continente apresentados por instituições como o CIES e a CEPAL, como se para chegar à decisão sobre tal mudança, fosse necessário "ver para crer".

Nos dias 23 e 24 de setembro de 1958 foi realizada uma reunião entre os ministros de relações exteriores dos países membros da OEA. No encontro, realizado na sede da entidade em Washington, a convite do Secretário de Estado John Foster Dulles[57], a pauta de caráter fundamentalmente econômico não deixou de agregar também certo viés político à reunião. Na ocasião, discutiram-se as propostas que compunham a chamada Operação Pan-Americana, cuja articulação realizada a partir do Brasil pelo governo Juscelino Kubitschek pretendia

> "a erradicação do subdesenvolvimento, representa o esforço conjugado de 21 nações deste continente para dar substância econômica ao pan-americanismo, já

[56] Na Frente Econômica, *Américas*, novembro, 1958, p.19
[57] Reunião de Chanceleres, *Américas*, dezembro, 1958, p.2-5.

> consolidado no que concerne a defesa dos ideais políticos e jurídicos do continente."[58]

Segundo *Américas*, a afirmação do presidente Eisenhower de que a paz, a prosperidade e a segurança eram indivisíveis havia feito os chanceleres latino-americanos concluírem que "este é o momento mais oportuno para revigorar a cooperação interamericana no campo econômico. [...] A Operação Pan-Americana está, pois, nas mãos da OEA." [59] Ainda na mesma matéria, a redação cita uma passagem do discurso proferido pelo presidente norte-americano na recepção aos Chanceleres no qual afirma que "o governo dos Estados Unidos dará toda a ajuda para que chegue a bom termo a Operação Pan-Americana, proposta pelo Presidente Kubitschek." [60]

Uma mudança de atitude realmente havia ocorrido, mas não sem um custo. Como veremos adiante, não só pressões vindas dos corpos diplomáticos latino-americanos de seus países membros, mas também dos presidentes e da própria população latino-americana acabaram por alcançar o âmbito da OEA e, a partir dela, o governo norte-americano.

[58] Brasil, Presidência da República. *Resenha do Governo Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1960, Tomo I, p. 166-167.
[59] Idem, p.2.
[60] Ibidem

Capítulo 3

Anos 1960 - Um Espectro Ronda A América

A década de 1960 foi marcada por inúmeras transformações nos cenários político, econômico e social do continente americano, bem como no âmbito da OEA. *Américas* não ficou alheia a essas mudanças, o que se pode observar pelas alterações ocorridas em seu padrão editorial e, principalmente, em seu conteúdo.

Neste capítulo pretende-se demonstrar de que forma a revista *Américas* refletiu as mudanças conjunturais do sistema interamericano que, durante a década de 1960, afetaram a relação entre os países do continente elevando as tensões já existentes no seio da OEA.

Américas assumiu um perfil de combate. Embora não se tratasse de uma revista propriamente política – a publicação ainda possuía um caráter geral – suas páginas foram ocupadas progressivamente pelas discussões mais importantes da vida política do continente. Dessa forma, temas como a Operação Pan-Americana e a Aliança para o Progresso tiveram presença freqüente em suas páginas durante o período em questão.

A vitória da Revolução Cubana foi o divisor de águas responsável pelas mudanças na orientação da política exterior norte-americana para a região tanto no sentido político quando no econômico – com isso, afetando diretamente todo o conjunto das relações internacionais no interior da América Latina – trazendo definitivamente o tema do combate ao comunismo para o centro do debate político. Porém, também deu oportunidade para que os dirigentes da região se utilizassem do exemplo cubano para atender a seus próprios interesses, como veremos adiante.

3.1 A viagem de Nixon e a Operação Pan-Americana

No final da década de 1950 a situação econômica latino-americana era bastante difícil. A despeito dos esforços de fomento da atividade industrial interna realizados por diversos países, a produção ainda estava aquém das suas necessidades. O comércio internacional dessas nações também sofria com o desequilíbrio em suas balanças comerciais pela alta dos preços dos produtos industrializados em relação aos preços dos produtos primários, de cuja exportação vinha a quase totalidade das divisas de alguns dos países da América Latina (Bueno & Cervo, op.cit. p.287-288; Moniz Bandeira, 1978t. cap.XLII).

As dificuldades econômicas causavam sérios reflexos no ambiente político regional, gerando uma situação de instabilidade política e social crescente e abrindo espaço para a agitação social no interior das nações (Idem, p.288).

Tal ambiente não passou despercebido à OEA e seus dirigentes, os quais passaram a defender abertamente a adoção imediata de ações que procurassem reverter tal quadro, conforme exemplificado anteriormente com as declarações do Embaixador chileno – então Secretário-Geral da OEA – Carlos D'Ávila. A grande preocupação dos representantes latino-americanos residia na possibilidade de que os agrupamentos políticos de esquerda pudessem aproveitar-se da situação para ganhar espaço – o que, de fato, constituía uma possibilidade real tendo em vista o avanço feito por essas organizações entre sindicatos, associações de trabalhadores e outros movimentos sociais. (Moniz Bandeira, 1993, p.121).

A OEA acompanhava os fatos cautelosamente, seguindo a linha de raciocínio de que havendo maior prosperidade econômica para os países, a possibilidade de sucesso da propaganda comunista seria menor, como vimos no capítulo anterior.

Já o governo norte-americano via a instabilidade latino-americana sob outra ótica. A segunda metade da década de 1950 trouxe consigo uma mudança de percepção sobre a situação latino-americana, deixando claro que o envolvimento norte-americano na região deveria aprofundar-se novamente, como no período da II Guerra Mundial. Segundo Pecequilo (2005, p.220),

> Alertando que a região estava largada à própria sorte, Eisenhower tentou aumentar a ajuda à área, sem grande sucesso, assinando uma série de tratados bilaterais de cooperação, principalmente no campo militar. Todavia, a pouca efetividade dessas medidas, a crescente insatisfação latino-americana para com os Estados Unidos e o aprofundamento da crise social e econômica no continente criaram condições para uma reversão de tendências e de busca de alternativas.

Embora o continente americano – naquele momento – não fosse o cenário prioritário para a atuação norte-americana durante a Guerra Fria (idem, p.215), as iniciativas do governo Eisenhower descritas acima pela autora demonstram que havia certa apreensão com o possível crescimento do comunismo em um ambiente tão instável. Tal apreensão levou a uma ação regional fortemente orientada pelo viés ideológico, alternando agressões e intervenções diretas (como nos casos de Guatemala, Cuba, República Dominicana), com ações mais discretas de apoio a governos autoritários (como nos casos de Venezuela, Bolívia, Peru e Brasil). O governo norte-americano tolerou a manutenção de relações comerciais de países latino-americanos como Argentina e Peru com a URSS, uma vez que esses países eram dirigidos por governos abertamente anticomunistas (Cox & Stokes, 2008, p.305), mas reformas de caráter econômico e social foram condenadas naqueles estados cujos governos possuíssem a tendência real ou não de aderir ao campo socialista, como no caso do Presidente Jacob Arbenz, da Guatemala, deposto em 1954 com a participação direta de forças norte-americanas.

Apreensivo com o crescimento do antiamericanismo na América Latina e pressionado pelas crescentes reivindicações dos estados centro e sul-americanos, o Presidente Eisenhower decidiu enviar uma comitiva à região com o objetivo de levantar informações sobre a real situação do sul do continente e melhorar as relações destes com os EUA, prevenindo uma possível aproximação dos mesmos com o campo socialista (Moniz Bandeira, 1993, p.122-123).

Em maio de 1958, o Vice-Presidente Richard Nixon promoveu uma viagem por diversos países latino-americanos como parte de um projeto de reaproximar as nações do continente. Como já havia feito uma viagem três anos antes pela América Central, sua assessoria decidiu elaborar um roteiro que percorria oito países da América do Sul. Sua passagem por Montevidéu, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Lima deu-se sem maiores incidentes – embora tenha havido protestos organizados por estudantes nas duas últimas cidades e uma pequena quebra de protocolo na capital Argentina pelo atraso do vice-presidente na chegada à cerimônia oficial – porém, ao chegar à Venezuela, Nixon se deparou com uma multidão de manifestantes que o recebeu muito agressivamente, chegando mesmo a colocar sua vida em risco. "Durante catorze minutos de agonia, Nixon e sua esposa ficaram presos cada um em sua limusine enquanto a imprensa registrou uma ocorrência única na história dos EUA – manifestantes enraivecidos cuspindo no vice-presidente dos Estados Unidos." (Schoultz, op.cit., p.389).

Tal acontecimento foi interpretado pelos funcionários de Washington como um "ataque organizado pelos comunistas" [61], sem dar maior atenção para as premissas da política externa norte-americana para a região e suas conseqüências, o que, segundo Streeter impedia que muitos oficiais de Washington enxergassem os problemas da

[61] Memorando sobre Conversa Telefônica, Burrows (Venezuela) e Rubottom e Sanders, 13 de maio de 1958, apud Schoultz, p. 403, nota 8.

América Latina para além de sua própria propaganda, dificultando que estes percebessem a desagradável realidade de que o apoio norte-americano a ditadores como Marcos P. Jimenez tinha grande influência sobre o antiamericanismo na região (Streeter, op.cit., p.173).

Nos meses que se seguiram – e assim como em outros casos – *Américas* não fez menção aos problemas ocorridos na visita do vice-presidente Nixon[62]. Ao contrário, na antepenúltima edição daquele ano, o seguinte texto surge em seu Editorial:

> "Na brilhante cerimônia oficial realizada a 24 de julho passado estavam presentes, entre outros, o vice-presidente Richard M. Nixon, o senhor John Foster Dulles, Secretário de Estado, o Dr. Eduardo A. Costa, Encarregado de Negócios Estrangeiros da Venezuela, Sr. William Sanders, Subsecretário Geral da OEA e membros do corpo diplomático acreditado em Washington." [63]

A pequena nota faz referência à cerimônia de lançamento de um selo postal produzido pelo governo da Venezuela em homenagem a Simon Bolívar, realizado na sede da União Pan-Americana com uma grande festa organizada pelos venezuelanos. Embora não se mencione diretamente, percebe-se que a ocasião foi mais uma espécie de desagravo à figura do vice-presidente norte-americano do que propriamente uma homenagem ao Libertador, pois a presença do Vice-Presidente e do Secretário de Estado dos EUA no lançamento de um simples selo comemorativo parece claramente desproporcional.

Juscelino Kubitschek – então presidente do Brasil – viu nesses eventos uma oportunidade para convencer o governo norte-americano a elevar os níveis de investimento públicos na América Latina. A atuação externa do Brasil já vinha de um processo de reorientação de um posicionamento estreitamente ligado aos interesses

[62] *Américas* traz apenas uma menção direta à passagem de Nixon pela América Latina na edição de novembro de 1958, como parte da coluna "Na Frente Econômica". Ver Capítulo II, nota 40.
[63] Editorial, *Américas*, Outubro, 1958, pg.01.

norte-americanos para uma postura mais autônoma e, além dessa reorientação geral, também fora adotada uma prática de diplomacia presidencial mais intensa. Nesse contexto, o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), foi uma iniciativa da diplomacia presidencial de Juscelino Kubitschek, por meio de troca de cartas com o presidente Eisenhower, que pleiteava maior atenção dos EUA às necessidades dos países sul-americanos no pós-II Guerra (Moniz Bandeira, 1993, p.96).

A retórica pan-americanista adotada pelo presidente brasileiro servia ao intuito de apresentar a OPA [64] como um mecanismo multilateral regional de combate ao subdesenvolvimento não só do Brasil, mas da América Latina como um todo, recolocando a discussão da unidade continental não mais em torno de compromissos ideológicos, mas do desenvolvimento econômico. No discurso de Kubitschek, a ameaça deixa de ser o comunismo e passa a ser o subdesenvolvimento, gerador da pobreza e dos conflitos sociais que deixariam as nações vulneráveis às tentações totalitárias de esquerda e de direita. Segundo Caldas (op.cit., p.39):

> "A nova política exterior brasileira visaria, então, a união da América Latina, principalmente se utilizando de mecanismos multilaterais, e não bilaterais, e estaria voltada para o combate ao subdesenvolvimento, procurando fazer uma revisão do pan-americanismo (político e ideológico) existente naquele momento, para enfatizar a necessidade do crescimento econômico e da melhoria do padrão de vida dos povos da América".

Em *Américas*, o lançamento da OPA começa a ganhar dimensão a partir de dezembro de 1958, ou seja, três meses após a realização da reunião de chanceleres em Washington em 23 e 24 de setembro de 1958, conforme tratamos anteriormente. Entre as medidas discutidas para a implementação da OPA, pode-se considerar que a mais

[64] Para mais ver: Bueno & Cervo (op. cit., 290-295); Alexandra de Mello e Silva, "A Política Externa de JK: Operação Pan-Americana. RJ, FGV/CPDOC, 1992; Caldas (op.cit., Cap. II).

significativa foi a de se "criar uma instituição interamericana de fomento econômico." [65] A conferência também criou a chamada Comissão dos 21, vinculada ao Conselho da OEA e com o objetivo de "recomendar medidas precisas sobre uma cooperação econômica mais ampla, de âmbito continental." [66]

No início do ano seguinte, a revista publicou uma espécie de histórico da OPA. O artigo "Operação Pan-Americana, Evolução de uma Idéia" trazia um resumo dos eventos que levaram à Reunião de Chanceleres em setembro de 1958:

> "Estávamos no começo de 1958. Por mais generalizada que fosse a impressão de que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina se haviam enfraquecido desde o fim da segunda guerra mundial (*sic*), manifestações recentes, indicadoras de que as coisas não corriam bem, representaram um choque para a gente do norte e do sul. Evidentemente, eram obra de uma minoria, um grupo de extremistas, e seguiram-se protestos públicos de amizade. Mas o fato inquietador de haverem ocorrido diante de espectadores apáticos deixou perceber que a explosão era um sintoma superficial de problema muito mais profundo." [67]

O cabeçalho do artigo faz a primeira referência clara aos choques ocorridos durante a visita de Nixon e ainda que procure reduzir as manifestações à iniciativa de "minorias extremistas", o artigo reconhece a existência de um problema maior, a insatisfação daqueles que embora não tenham se voltado abertamente contra a política norte-americana na região – personificada na figura do vice-presidente – também não se mobilizaram em sua defesa.

Adiante, a publicação reproduz trechos das correspondências trocadas entre os presidentes Kubitschek e Eisenhower[68]:

---

[65] Reunião de Chanceleres. *Américas,* dezembro, 1958, p. 2.
[66] Idem, p.3
[67] Operação Pan-Americana, Evolução de uma Idéia. *Américas*, fevereiro, 1959, p.2-9
[68] Idem, p.2.

> "Em 28 de maio, o Presidente Juscelino Kubistchek escreveu ao Presidente Eisenhower: Soou a hora de revermos fundamentalmente a política de mútuo entendimento deste Hemisfério (...).
>
> "Em 4 de junho, o novo Embaixador da Argentina nos Estados Unidos, Dr. César Barros Hurtado, apresentou, com as suas credenciais, uma carta em que o Chefe de seu Governo, Arturo Frondizi, observava ao presidente dos Estados Unidos: (...) Muitos dos males que hoje afligem nosso mundo têm origem nos desequilíbrios e desajustamentos econômicos. E no caso da Argentina, como de outras nações latino-americanas, boa parte desses males decorre de fatores internacionais.
>
> "Em 5 de junho, o Sr. Eisenhower respondeu ao Presidente Kubitschek: (...) Parece-me que nossos dois Governos (*sic*) devem entrar em entendimento no mais breve prazo possível, no tocante às consultas a serem dirigidas aos demais membros da comunidade pan-americana e à adoção imediata de medidas que determinem melhor planejamento para atender aos interesses comuns e ao bem-estar de nossos diferentes países." (grifo nosso)

As primeiras trocas de correspondências entre os presidentes mostram que a iniciativa do governo brasileiro não foi fato isolado. Também o governo argentino via o subdesenvolvimento como origem dos problemas políticos e sociais em andamento no continente. Por outro lado, o governo Eisenhower, ainda que se mostrasse aberto à cooperação com a proposta da OPA, também demonstra um impulso inicial de abordar o assunto pelo viés bilateral, tal como é possível observar pela passagem destacada. No caso, o governo brasileiro poderia atuar como uma espécie de intermediário entre os EUA e os demais estados da região.

Tal abordagem foi recusada pelo governante brasileiro, que se dirigiu em seguida aos presidentes dos outros países latino-americanos com um *Memorando*[69] no

[69] O Memorando que o Presidente Kubitschek enviou aos presidentes latino-americanos era um dos documentos básicos que compunham a OPA e era constituído dos seguintes pontos: 1. Estudo e adoção de medidas que favoreçam

qual expunha as linhas gerais da proposta da OPA, o qual também foi reproduzido pelo corpo editorial de Américas na mesma reportagem. Nesse documento, eram propostas algumas medidas de caráter imediato para o combate ao problema do subdesenvolvimento regional. Entretanto, nota-se que não se tratava propriamente de um programa de incentivo ao desenvolvimento, pois a elaboração de algo desse tipo demandava a realização de uma série de estudos sobre os problemas específicos de cada país. Nesse sentido, a proposição da criação do BID e de um bloco econômico regional – a ALALC – eram as ações mais imediatas que o momento permitia.

Após o encaminhamento do *Memorando*, as manifestações de apoio à iniciativa do governo brasileiro cresceram, demonstrando que, ao menos no nível presidencial, a OPA já ganhava adeptos. O presidente colombiano Alberto Lleras Camargo – ex-Secretário Geral da OEA – enviou uma carta ao Presidente Kubitschek na qual não só prestava sua solidariedade à idéia como também tratava a questão do subdesenvolvimento na América Latina como um problema de segurança continental:

> "Até agora, temos preferido que o desenvolvimento da América Latina de processo dentro da estrutura da iniciativa privada, da liberdade econômica e da livre competição, refletindo o exemplo dos Estados Unidos. (...) Entretanto, o mundo está

---

a aplicação do capital privado dos países industrializados em áreas subdesenvolvidas ou semi-desenvolvidas e mobilização e utilização mais efetiva do capital privado disponível para as economias subdesenvolvidas. 2. Aumento do volume e facilitação das condições dos empréstimos das entidades de crédito público, com a criação no âmbito interamericano, de órgãos de financiamento, visando ao mesmo objetivo. 3. Estudo e execução de outras medidas tendentes a fortalecer as economias internas, principalmente pelo combate à inflação e o estímulo à poupança e aos investimentos. 4. Estudo e execução de medidas que permitam disciplinas equitativamente o mercado dos produtos de base. 5. Estudo das medidas conjuntas a serem adotadas para enfrentar os problemas suscitados pela formação de grandes blocos econômicos, tais como o do chamado "mercado comum europeu"; estudos e medidas condizentes ao estabelecimento de mercados regionais no Continente. 6. Ampliação e diversificação dos programas de assistência técnica, com a utilização de todos os recursos disponíveis nesse campo. Ver também Bueno & Cervo (op.cit., p.291); Moniz Bandeira (1978, cap. XLIII).

> hoje acompanhando, com o maior interesse, outro processo de desenvolvimento tecnológico, realizado contra essas grandes linhas e com o sacrifício total das liberdades e direitos da pessoa humana, produzir resultados semelhantes ao da espantosa civilização material dos Estados Unidos. (...) O subdesenvolvimento da América Latina já é um encargo para o mundo ocidental e pode tornar-se um perigo grave. Existe a possibilidade de transformar as condições dos países atrasados, sem que nenhum dos princípios políticos, morais ou jurídicos tenha de ser sacrificado." [70]

As palavras do presidente colombiano reforçavam aquilo que o presidente brasileiro vinha anunciando desde a deflagração da OPA. Se os Estados Unidos pretendiam manter o comunismo longe do continente americano – idéia tratada como um anseio comum a todos os povos da região – era preciso agir contra o subdesenvolvimento e a pobreza material das populações: "consentir que se alastre o empobrecimento neste hemisfério é enfraquecer a causa ocidental. Esta é uma verdade que precisa ser reconhecida e proclamada, enquanto é tempo" [71].

Nas edições seguintes, a revista procurou dar a maior cobertura possível para as discussões decorrentes da OPA, em especial para a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), definido pelo Secretário-Geral José A. Mora como "o mais eloqüente lembrete ao público de que o movimento pan-americano adquiriu características novas na segunda metade do século XX." [72]

No caso, as tais "características novas" eram as ações voltadas à promoção do desenvolvimento na América Latina, ações essas que, na visão dos dirigentes da OEA e dos presidentes latino-americanos não poderiam ser levadas a termo sem o apoio do capital dos EUA.

---

[70] Operação Pan-Americana, Evolução de uma Idéia. *Américas*, fevereiro, 1959, p.3-4
[71] Idem, p.2.
[72] Editorial, *Américas*, junho, 1959, p.1

Tratava-se de "colocar os problemas econômicos do Hemisfério em pé de igualdade com os problemas políticos e de segurança mútua". O otimismo expresso com a implantação da OPA era tão explícito que a revista chegou a publicar que "se as propostas aprovadas na segunda Reunião dos Vinte e Um (de 27 de abril a 8 de maio de 1959, em Buenos Aires), forem executadas, dentro de uma geração o pan-americanismo poderá lograr triunfos econômicos tão significativos quanto os já alcançados no setor político." [73]

A declaração acima é de Elba Kybal, economista da União Pan-Americana, que foi relator da reunião da Comissão dos 21 em Buenos Aires e um dos colaboradores mais assíduos de *Américas* entre 1959 e 1960, contribuindo com diversos artigos sobre a OPA para a publicação, entre eles, o que resume os debates do encontro realizado na Argentina e oferece uma boa medida sobre o nível de entusiasmo existente na fase inicial da OPA:

> "A Operação Pan-Americana seguirá a sua rota. (...) A nossa família americana recebeu a idéia da Operação Pan-Americana do Presidente Kubitschek, aceitou-a e projetou-a no âmbito da OEA. Os instrumentos da Organização, para servir aos países-membros e resolver as dificuldades em família, já estão criados. No plano econômico, o CIES recebeu, com a Operação Pan-Americana, um mandato de extraordinária envergadura. Ao Conselho da OEA cabe agora estudar e resolver os meios de executar as resoluções aprovadas pela Comissão dos Vinte e Um. Como observou, em Buenos Aires, o Sr. Cecilio Morales, diretor do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da UPA, fornecer os fundos necessários é exatamente tão importante quanto aprovar as resoluções." [74]

[73] Os Vinte e Um em Buenos Aires. *Américas*, agosto, 1959, p. 9
[74] Idem, p.25

Na Comissão dos Vinte e Um, buscava-se a elaboração de projetos e medidas para ampliar a cooperação econômica no continente a partir de estudos realizados pelo Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES).

É importante que, ao falar em "cooperação econômica", os representantes latino-americanos possuíam algumas idéias bastante claras sobre suas necessidades. Uma delas – já referida – era a criação do BID. Outra questão prioritária era a defasagem dos preços dos produtos primários (observe-se que ambas constavam já no memorando brasileiro sobre a OPA). No que dizia respeito a promover a elevação dos padrões de vida, a Comissão voltou-se para a questão da Reforma Agrária e da solução dos problemas habitacionais com a construção de casas populares.[75]

Após a ratificação do acordo de criação do BID em dezembro de 1959, *Américas* passa a publicar artigos que abordavam basicamente os resultados dos estudos realizados pelo CIES, com destaque para o Programa de Cooperação Técnica do CIES – existente desde 1950, mas cuja importância foi elevada com o lançamento da OPA – tratado como "uma das melhores demonstrações práticas de unidade interamericana." [76]

O cunho central do Programa era capacitar tecnicamente indivíduos envolvidos nas mais diversas atividades, em especial nas atividades agrícolas, para melhorar a produtividade nesses meios, ao mesmo tempo em que esses indivíduos também eram treinados para atuarem como multiplicadores dessas técnicas adquiridas.

As dificuldades para a realização da Reforma Agrária também passaram a estampar freqüentemente as páginas de *Américas*. Entre os diversos artigos publicados nesse período a respeito do tema, "Terra Para o Agricultor – Problemas da Reforma Agrária na América Latina" [77] está entre os mais significativos. Assinado pelo colaborador João Gonçalves de Souza, Diretor do Programa de Cooperação Técnica da

[75] Ibidem, p.13.
[76] Dez Anos de Treinamento. O Programa de Cooperação Técnica da OEA; *Américas*, maio, 1960, p.3-7.
[77] Américas, setembro, 1960, p.9-14.

OEA e do Departamento de Cooperação Técnica da UPA, o texto fazia uma avaliação abrangente sobre a questão fundiária na América Latina, centrando-se no que considera como sendo o principal obstáculo a ser enfrentado: a desigualdade na distribuição da terra. Segundo o autor, reformular a distribuição da terra na América Latina era um desafio maior do que as autoridades haviam se dado conta até então, pois, mesmo naquelas nações onde a propriedade fundiária fora objeto da atuação estatal – como no México – também havia problemas. A grande questão residia em encontrar uma solução intermediária entre a enorme concentração de terras em poucas mãos – situação predominante em países como o Brasil, Argentina, Bolívia e Guatemala – e a divisão indiscriminada das propriedades, a ponto de torná-las insuficientes para garantir a subsistência de seus ocupantes.[78]

Partindo dessa constatação, o autor analisava a grande diversidade de usos das áreas rurais feitos pelas populações locais, a deficiência de crédito para investimentos em melhoria da infra-estrutura produtiva e a falta de conhecimento das instituições encarregadas de lidar com esses problemas:

> "A maior parte dos países tem empreendido programas de colonização de terras do Estado – tanto terras devolutas quanto terras adquiridas especialmente para esse fim. A eficiência desses programas depende evidentemente dos fundos disponíveis e das facilidades de acesso às zonas escolhidas ara a colonização. Infelizmente, muitos desses programas têm sido prejudicados pela falta de comunicações, de água e de outras facilidades nos locais que se deseja colonizar, assim como a falta de bons levantamentos do uso da terra, de mapas do solo e do

[78] Segundo o autor, latifúndio era toda propriedade rural com mais de 1000 hectares, enquanto que o minifúndio era toda propriedade com até 10 hectares de área, com base nos estudos do Centro Pan-Americano de Treinamento para Pesquisa de Recursos Naturais.

> conhecimento geral da terra têm impedido muitos desses programas de reforma agrária de obter melhores resultados." [79]

Em outra passagem, Souza afirma que "a assistência técnica no campo da agricultura torna, em geral, o proprietário mais rico, sem alterar a condição social e econômica do lavrador", pois embora reconhecesse a importância da assistência técnica para a capacitação de agrônomos e lavradores, o autor não deixou de questionar-se sobre os limites desses programas, dado que apesar de contribuírem para aumentar a eficiência da produção, não se dirigiam para o cerne do problema.

Também é digno de observação o destaque concedido pelo autor ao programa de Reforma Agrária implantado pelo governo cubano. Em um momento político que pode ser considerado crítico, o autor escreveu:

"O programa cubano de reforma agrária atrai mais atenção do que qualquer outro neste hemisfério. (...) No seu primeiro ano de atividade, o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INRA – tomou mais de 5.260.000 hectares dos 11.330.000 hectares de Cuba. Nessas terras, foram instaladas 1.392 cooperativas agrícolas. Há também 2.000 "armazéns do povo", 1.215 novas escolas e 1.000 "centros de alfabetização" para adultos (*grifos do autor*) [80].

E vai além, ao afirmar que "a reforma agrária depende dos esforços nacionais. Isso implica em facilitar-se a aquisição de terra pelo maior número de pessoas possível, por meio não só da divisão dos latifúndios, mas também pela recuperação e distribuição de terras improdutivas." [81]

Ou seja, o programa cubano pode ser visto não só como um exemplo bem sucedido internamente, mas também como um modelo a ser reproduzido em toda a América Latina, pois, a despeito das situações específicas de cada país, um critério a ser

[79] Idem, p. 12.
[80] Ibidem, p.13.
[81] Ibidem, p.14.

seguido em todos os casos era justamente o da retomada das terras improdutivas, tal como ocorrera em Cuba e na Guatemala, indo-se, portanto, para além da distribuição das terras do Estado.

A discussão em torno da reforma agrária é ilustrativa das dificuldades para a realização da OPA. Embora as reuniões da Comissão dos Vinte e Um elaborassem propostas e projetos para o enfrentamento dos problemas econômicos do sul do continente, esses projetos esbarravam inicialmente na falta de recursos para sua execução – em especial aqueles que dependiam de recursos próprios da OEA para serem colocados em andamento, como os de cooperação técnica – mas não só. Internamente, antes que cada projeto fosse implementado, também era preciso vencer os obstáculos das divergências internas. Os projetos de reforma agrária, melhorias na infra-estrutura de transportes e comunicações defrontavam-se com os conflitos entre os interesses econômicos e sociais existentes em cada país. Além disso, a questão central do debate econômico continental também não foi resolvida: o desequilíbrio das relações comerciais entre os países industrializados e aqueles exportadores de produtos primários continuava a se aprofundar e parecia não haver perspectivas de solução em curto prazo.

Mostra disso eram as crescentes dificuldades enfrentadas pela Comissão dos Vinte e Um para definir as medidas práticas relacionadas à OPA. Conforme avançavam os estudos produzidos pelo CIES, ficava mais evidente que a tarefa de desenvolver as economias latino-americanas passava por promover mudanças profundas na organização interna das sociedades. Em setembro de 1960, a Comissão reuniu-se em Bogotá, na Colômbia. Nesse encontro, foi constatado que "os programas de desenvolvimento econômico até aqui visados – e que ainda precisam urgentemente de expansão – podem ser muito lentos nos seus efeitos sobre o bem-estar social." [82] A

[82] A OEA Em Ação, Américas, novembro, 1960, p.2.

reunião também produziu um documento, chamado de *Ata de Bogotá*, no qual expõe uma série de medidas mais diretas para combater a pobreza, a falta de habitação e a desnutrição na América Latina.

Qual o conteúdo da *Ata de Bogotá*? Pode-se afirmar que muito embora não se tratasse de um programa revolucionário, seu perfil era bastante progressista, pois seu objetivo central residia em modernizar as relações existentes nas economias latino-americanas. Seu eixo principal passava por abolir as relações consideradas *não* ou *pré* capitalistas na vida econômica dos países, reformulando as formas de exploração da terra e estruturando um mercado de trabalho baseado nas normas do livre mercado, porém, com um mínino de proteção às classes trabalhadoras. E o que a Comissão dos Vinte e Um esperava era atingir esse objetivo com um conjunto de propostas sobre "as providências necessárias para melhorar as condições da vida rural e do uso da terra, as habitações e os serviços públicos, os meios de educação e adestramento, e a saúde pública." [83]

Abaixo, estão transcritas algumas passagens do documento que mostram o alcance das medidas propostas pela Comissão dos Vinte e Um:

> "Revisão da legislação agrária destinada a promover mais ampla e mais equitativa distribuição na posse da terra; instituições de crédito agrícola e sistemas fiscais que assegurem uma taxação justa e estimulem o uso das terras improdutivas de propriedade privada.
>
> "Fortalecimento dos sistemas de financiamento privado e da assistência a programas-piloto para a construção de casas por iniciativa própria, com ajuda; para a aquisição e loteamento de terras destinadas a programas de conjuntos residenciais populares; e para projetos de construção industrial de casas.
>
> "Revisão dos sistemas educacionais para dar atenção a métodos de combate em massa ao analfabetismo, ao adestramento prático em artes e ciências industriais,

[83] Idem.

> à ampliação do currículo das escolas rurais para estender-se ao conhecimento básico de agricultura, saúde, higiene, alimentação e melhoramentos domésticos e municipais, ao desenvolvimento dos cursos das escolas secundárias, ao adestramento vocacional agrícola e à educação avançadas de administradores, engenheiros, economistas e outros profissionais de igual importância.
>
> "Para a execução desse programa, as poupanças nos países latino-americanos terão de ser estimuladas. Ao mesmo, será preciso rever o sistema fiscal, os critérios de lançamento e os métodos de arrecadação para conseguir aumento de receita. Boa parte dessa receita deve ser empregada no programa de desenvolvimento social." (grifos nossos).

Observa-se que o programa apresentado pela Comissão dos Vinte e Um previa algumas medidas que iam de encontro diretamente a um conjunto de relações de poder bastante arraigadas em alguns países. Embora os artigos de *Américas* não toquem no assunto, a grande quantidade de latifúndios existente na região não permanecia por obra e graça dos colonizadores espanhóis e portugueses. A permanência de um contingente imenso de analfabetos e semi-letrados, a enorme mortalidade infantil, a desnutrição e as péssimas condições de habitação também não podiam mais ser creditadas a algum elemento externo. Rever a legislação sobre a propriedade da terra e reformular o sistema fiscal implicariam em confrontar os interesses das oligarquias econômicas e políticas que governavam esses mesmos países cujos representantes negociavam medidas tão avançadas no âmbito multilateral. Basta lembrar que no Brasil, por exemplo, o estímulo governamental à reforma agrária durante o governo João Goulart foi taxado como apoio ao avanço do comunismo e que até os dias atuais o país ainda não conseguiu realizar uma reformulação do sistema fiscal que realmente capaz de distribuir a arrecadação de forma equitativa sobre o conjunto da sociedade.

Da mesma forma como vai perdendo progressivamente seu lugar de destaque no debate político do continente, a OPA também desaparece das páginas de *Américas*. Curiosamente, a última referência feita na revista à materialização da Operação Pan-Americana ocorreu na edição de dezembro de 1960, na coluna *A OEA em Ação*, no contexto das mudanças ocorridas na estrutura do CIES – esperava-se ampliar sua colaboração com a CEPAL e com o BID – com o objetivo de que tais mudanças "tornassem possível dar novo impulso à Operação Pan-Americana". Conforme é possível observar, não foi suficiente.

Pode-se dizer que a repercussão da OPA ficou aquém do esperado. Embora JK tenha procurado mobilizar outros dirigentes latino-americanos, a reação foi menos intensa do que o necessário para transformar a OPA em uma iniciativa de ação realmente multilateral. As razões para isso são variadas, passando pela falta de apoio econômico norte-americano e pela desconfiança de alguns países quanto a uma possível tentativa brasileira de assumir uma liderança regional que não lhe cabia (Moniz Bandeira, 1978, p.388-389).

Se não atingiu o sucesso esperado, também não se pode afirmar que a OPA tenha caído no vazio. A criação do BID foi conseqüência direta da pressão exercida pelos países latino-americanos sobre os EUA durante a fase inicial da OPA. Existem muitas divergências na bibliografia sobre o tema quanto ao significado e os resultados da OPA. Autores como Paulo Vizentini (op.cit., p.155) são bastante críticos da iniciativa e consideram que a OPA não chegou a se tornar muito mais que uma nova tentativa de barganha do governo brasileiro, enquanto que Anatoli Glinkin (op.cit., p.126-127) afirma que a OPA foi o ensaio para uma ação diplomática mais autônoma, porém, sem resultados duradouros devido à falta de resolução governamental decidida. Já Caldas e Bueno ponderam que, apesar do insucesso na consecução dos objetivos

propostos, a OPA teve um papel importante na revisão das políticas norte-americanas para a região no período subseqüente, no estabelecimento da ALALC e de organismos internacionais para evitar oscilações bruscas nos preços dos produtos primários, tal como a Organização Mundial do Café.

3.2 – A Aliança Para o Progresso

O fracasso da OPA frustrou muitos dos anseios latino-americanos. No entanto, a necessidade de um projeto que atacasse globalmente os graves problemas econômicos e sociais da região permaneceu e continuou a pressionar seus dirigentes. No campo político, surgiu um novo fator que aprofundava as preocupações com a estabilidade regional: a Revolução Cubana.

A chegada dos revolucionários cubanos ao poder na virada de 1958 para 1959 fora recebida positivamente por alguns países, que consideraram a derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista como uma mudança positiva para o sistema interamericano (Sader, 1985). Ao mesmo tempo, todos os vizinhos permaneceram cautelosos em relação ao novo regime. Porém, o governo revolucionário fora recebido com receio pelo governo norte-americano, inseguro quanto às ligações do novo governo cubano com o comunismo internacional (Shoultz, op.cit., p.392).

Nesse sentido, se já existia todo um clima de cobrança sobre o governo dos Estados Unidos, também é possível afirmar que a mudança revolucionária em Cuba foi o fator decisivo para o desencadeamento da maior iniciativa de apoio às economias latino-americanas já proposta pelos Estados Unidos, a *Aliança Para o Progresso* (AP). (Smith, op.cit., p.149)

Durante um evento realizado na Casa Branca em 13 de março de 1961, já como presidente dos Estados Unidos da América, John Fitzgerald Kennedy, afirmou que faria

um “vasto esforço cooperativo, sem paralelo em magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas do povo latino-americano por teto, trabalho e terra, saúde e escolas”. Estava lançada a Aliança para o Progresso, cujo objetivo era investir, ao longo de 10 anos, um montante de mais de 20 bilhões de dólares nas economias latino-americanas, passando a ser considerado por alguns como uma espécie de Plano Marshall para a América Latina.

Para dar substância aos planos de criação da Aliança, o presidente norte-americano e seus conselheiros solicitaram à OEA que uma conferência interamericana fosse convocada para apresentação do plano. Atendendo prontamente à solicitação, o Conselho da OEA convocou uma Reunião Especial do Conselho Interamericano Econômico e Social em Nível Ministerial, a qual ficou conhecida como Conferência de Punta Del Este. A rapidez na convocação e organização da reunião dava uma amostra do entusiasmo com o qual a iniciativa norte-americana foi recebida pelos latino-americanos, pois afinal pareciam estar prestes a receber a ajuda econômica que consideravam indispensável para superar o subdesenvolvimento.

No dia 17 de agosto de 1961 na cidade uruguaia, a Conferência instituiu oficialmente a AP como um programa global para fomentar o desenvolvimento econômico na América Latina.

A AP trazia alguns pontos diferentes em relação às propostas que a precederam. Além do volume de investimentos – nenhum outro programa ou acordo bilateral chegara antes a uma previsão orçamentária tão elevada – a iniciativa se diferenciava fundamentalmente por sua abrangência, por abarcar setores da economia que até então haviam ficado fora dos projetos de promoção do desenvolvimento.

Durante os anos 1950, o crescimento da atividade industrial e o equilíbrio do comércio internacional deram a tônica dos debates econômicos no âmbito da OEA. Ao

final da década, a pobreza e as desigualdades sociais ganharam progressivamente as preocupações dos dirigentes latino-americanos – e também dos EUA – devido ao seu potencial desestabilizador. A AP teve o seu foco orientado justamente para essa categoria de problemas: combater o analfabetismo, a mortalidade infantil e todo tipo de moléstias incapacitantes, abolir a existência de favelas e outras formas degradantes de moradia eram tarefas que os governos da América Latina já não teriam mais de enfrentar sozinhos, pois agora contariam com o apoio da Aliança, disposta a promover soluções de caráter global para o hemisfério. (Rabe, op.cit., p.178-180)

A "Carta de Punta Del Este" e a "Declaração aos Povos da América" [84] – documentos constituintes da Aliança para o Progresso no âmbito da OEA – não eram exatamente originais em seu conteúdo, pois muitos de seus objetivos já constavam no *Memorando* sobre a OPA e na "Ata de Bogotá", alguns dos quais referidos no parágrafo anterior. A AP incorporou alguns temas que eram objeto de insistente reivindicação, procurando dar-lhes um sentido mais resoluto, como o combate ao desequilíbrio das balanças comerciais ao propor-se "dar pronta e permanente solução ao grave problema que representam na América Latina as flutuações excessivas dos preços dos produtos por eles usualmente exportados e dos quais ainda depende, em proporção tão elevada, a prosperidade das nações latino-americanas". O documento abordava também a necessidade de acelerar a integração da América Latina incentivando as relações entre a ALALC e o Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana. Ainda que não houvesse nenhuma proposta concreta de ação para resolver esses dois problemas fundamentais para a região, a forma retórica foi bem diferente daquela utilizada por Juscelino Kubistchek na ocasião do lançamento da OPA.

[84] Carta aos Povos da América, *Américas*, novembro, 1961, p.4

Assim como sua antecessora, a AP tinha como princípio geral promover a modernização do capitalismo latino-americano, realizando a "transformação, onde for necessária, das estruturas e dos injustos sistemas de posse e exploração da terra." [85] Pretendia também "assegurar aos trabalhadores justa remuneração e adequadas condições de trabalho", propostas que em conjunto com os programas de habitação, saúde e educação abrangeriam as necessidades básicas das populações latino-americanas.

Além dessas, o programa também previa medidas voltadas para a reorganização da ordem econômica interna dos estados:

> "Reformar as leis tributárias para exigir mais dos que possuem mais, punir severamente a sonegação de impostos, redistribuir a renda nacional em favor dos mais necessitados e, ao mesmo tempo, estimular a poupança, o investimento e o reinvestimento de capitais.
>
> "Manter política monetária e fiscal que, evitando as calamidades da inflação e deflação, defenda o poder aquisitivo da grande maioria, garanta maior estabilidade dos preços e seja base adequada para o incentivo da poupança.

Mais uma vez, os mesmos indivíduos preocupados em buscar alternativas para o subdesenvolvimento produziram um conjunto de princípios gerais cuja aplicabilidade era bastante difícil na maioria dos casos. Já discutimos anteriormente a questão da política fiscal e das dificuldades existentes na implantação de um sistema tributário justo em boa parte dos países latino-americanos. Juste-se a isso o quanto alguns desses mesmos estados eram – e ainda são – dependentes do capital estrangeiro vindo de empresas e instituições financeiras internacionais para se verificar os problemas no controle do capital especulativo e das remessas de lucros das multinacionais para seus países de origem.

[85] Declaração aos Povos da América, *Américas*, novembro, 1961, p.04.

O discurso da modernização esteve presente em praticamente todos os artigos relativos à AP publicados em *Américas*, em especial naqueles escritos por integrantes da estrutura burocrática da OEA e das instituições de financiamento, além de alguns dirigentes latino-americanos. Em entrevista sobre as diferenças entre a AP e o Plano Marshall, José A. Mora – então Secretário-Geral da OEA – afirma que:

> "(...) os estadistas latino-americanos sabem perfeitamente que os nossos países não têm todos os recursos com que a Europa contava no início do seu esforço de recuperação. Falta-lhes especialmente o desenvolvimento da infra-estrutura, o conhecimento técnico e os operários especializados que tornam possível maior desenvolvimento industrial. Além disso, possuem muitas instituições arcaicas que restringem o seu desenvolvimento." [86] (*grifo nosso*)

O pronunciamento do Secretário Mora deixava bastante claras duas idéias que são recorrentes nos debates sobre a AP: a primeira é a que diferencia totalmente a experiência européia e a latino-americana, sendo aquela qualificada como de *reconstrução*, e esta como de *desenvolvimento*, ou seja, na Europa tratava-se de reconstruir uma estrutura econômica pré-existente, enquanto que América Latina, o caso é desenvolver e – em alguns casos até criar – essa estrutura econômica. A segunda idéia é justamente a de que existem formas de organização econômica e social disseminadas na América Latina de cuja superação depende o sucesso dos projetos de desenvolvimento.

A Declaração aos Povos da América trazia também outro elemento novo e que foi objeto de destaque nas discussões. O documento previa um papel ativo das nações na realização dos objetivos da AP, afirmando em um de seus itens que "este

[86] José A. Mora: A Aliança e o Plano Marshall, *Américas*, março, 1962, p.2.

compromisso expressa a convicção das nações da América Latina de que estas reformas de importância econômica, social, e cultural, hão-se ser resultado do esforço próprio de cada país." [87] Para consecução dos objetivos propostos, cada país também deveria contribuir individualmente com um rigoroso planejamento para a elaboração dos chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND).

Essa era a tônica do discurso do Secretário Mora, ao apresentar a Aliança dizendo que a cooperação internacional, tão grande quanto for preciso, seria um elemento complementar: "o que se requer fundamentalmente é a vontade e a decisão dos próprios governos de efetuarem as reformas necessárias da administração e na estrutura fiscal." [88]

Entretanto, a principal diferença entre a AP e os projetos que a antecederam era o seu caráter de compromisso político. A "Carta de Punta Del Este" e a "Declaração aos Povos da América", diferentemente da Ata de Bogotá e outros documentos anteriores é explícita ao vincular a aliança política e a ajuda econômica, estabelecendo critérios de cunho político como pressupostos para a concessão da ajuda material. Já em seu preâmbulo, o documento estabeleceu um recorte que dividia claramente o sistema interamericano do restante dos atores e sistemas políticos mundiais. A Aliança pressupunha um firme compromisso para com a democracia, tal como compreendida pelo pensamento ocidental:

> Funda-se esta Aliança no princípio de que a liberdade e as instituições da democracia representativa asseguram as melhores condições para satisfazer, entre outros, os anelos de trabalho, teto e terra, escola e saúde. Não há nem pode haver sistema que garanta verdadeiro progresso se não proporcionar oportunidade para a afirmação da dignidade do indivíduo, fundamento de nossa civilização.

[87] Declaração aos Povos da América, idem.
[88] *Américas*, Editorial, novembro, 1961, p.1.

> Conseqüentemente, no gozo de sua soberania, os países signatários se comprometem, nos próximos anos, a: Aperfeiçoar e fortalecer as instituições democráticas, em aplicação do princípio de autodeterminação dos povos.

A AP era mais uma das alianças do chamado mundo livre. Com ela, procurava-se estabelecer claramente as vantagens do capitalismo liberal e da democracia representativa sobre o sistema socialista, acusado de transformar o indivíduo em escravo do estado e de recusar toda e qualquer liberdade ao cidadão.

Não obstante, um ano após seu lançamento pelos Estados Unidos e oito meses após sua oficialização na OEA, ainda não havia definição sobre os mecanismos para avaliação dos PND e o repasse dos recursos pela OEA. Existia um entrave no andamento dos processos, pois alguns países recusaram-se a submeter seus projetos à comissão formada pelo BID, o CIES e a CEPAL, pois seus governos viam a possibilidade da subcomissão sugerir mudanças aos PND como uma forma de interferência em seus assuntos internos. Em conseqüência, em uma dos documentos anexos à Carta de Punta Del Leste, a submissão dos PND ao CIES deixou de ser obrigatória, esvaziando as funções do organismo e abrindo espaço para que os latino-americanos apresentassem suas demandas diretamente ao governo dos EUA.

Com isso, os problemas na implantação da AP começaram a tornar-se cada vez mais evidentes e figurar com freqüência cada vez maior nas páginas da revista. Já em abril de 1962 o ex-presidente equatoriano Galo Plaza avalia os entraves existentes na implantação da AP em uma entrevista.[89] Segundo Plaza, um dos principais obstáculos era a postura do que chamava de "classes privilegiadas, as elites econômicas da América Latina, que se opunham às mudanças propostas na AP. Estas representariam um desafio, pois "persistiriam em defender-se até o fim (...) terminando por retardar a execução do programa" contra das reformas de caráter estrutural, necessárias à

[89] Galo Plaza e os Obstáculos à Aliança, *Américas*, abril, 1962, p.8-11.

promoção do desenvolvimento. Vê-se que o ex-presidente não considera a impossibilidade de execução da Aliança pela ação contrária das classes privilegiada; em seu ponto de vista, elas representariam apenas um atraso momentâneo no processo. Mais adiante, porém, o entrevistado admite que, se a reação das elites impedisse as reformas agrária e fiscal, "a execução da Aliança para o Progresso ficaria inviabilizada."[90]

Meses mais tarde, ocorre a Primeira Reunião Anual do CIES, realizada na cidade do México. Nela, as análises sobre o andamento da AP foram bastante reticentes, frente aos resultados obtidos até então[91]. A expectativa de crescimento anual, fixada em 2,5% *per capita*, não passou de 1,8% -- em decorrência do elevado crescimento populacional. A atividade agrícola sofreu retração em algumas regiões, aumentando o contingente populacional nas áreas urbanas. A falta de dados precisos sobre as economias e as finanças nacionais, recursos naturais e população atrapalhou as atividades de planejamento e impediu a elaboração dos PND em bases realistas. Além disso, os problemas dos produtos básicos de exportação e da integração econômica permaneciam sem soluções satisfatórias, pois os países exportadores de matérias-primas acusavam os países industrializados de "incompreensão para com as necessidades dos países mais pobres".

Outro problema identificado pelos integrantes do CIES era a falta de envolvimento das populações e a falta de compreensão das elites locais para com a urgência das ações da Aliança. Era preciso torná-los capazes de "compreender que, para seu próprio bem, o melhor que têm a fazer é abrir mão de parte de sua riqueza." [92] Como reação a esse estado de coisas, o CIES aprovou um conjunto de resoluções criando diversos grupos de trabalho para examinar problemas específicos de cada um

[90] Idem, p.11.
[91] *Américas*, Para onde vai a Aliança?, janeiro, 1963, p. 6-10.
[92] Idem, p.8.

dos setores da economia latino-americana, para auxiliar na aceleração dos trabalhos de planejamento e elaboração dos PND.

Porém, a iniciativa que mais chama a atenção foi a criação de comissões nacionais de divulgação da AP. Sob a direção da UPA, esperava-se integrar o esforço de líderes das diversas nações, formadores da opinião pública e intelectuais (especialmente jornalistas). A partir da reunião na Cidade do México, a OEA iniciou uma campanha de propaganda em larga escala para popularizar os programas da Aliança para o Progresso, cujo objetivo era "conquistar o apoio popular ao programa da Aliança, de modo a atrair para sua causa todos os segmentos da população, principalmente as organizações de trabalhadores, quer urbanas, quer rurais."[93]

Dois anos depois, em sua III Reunião Anual, realizada em Buenos Aires, o CIES criou o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP)[94], com a função de "dar novo impulso multilateral à Aliança", visto que o organismo vinha recebendo duras críticas sobre a lentidão nos trabalhos da AP.

Os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Alberto L. Camargo, por exemplo, haviam tecido duras críticas ao CIES durante a sessão extraordinária do Conselho da OEA, realizada em 14 de dezembro de 1962[95] devido ao caráter crescentemente bilateral que o projeto vinha assumindo progressivamente por conta da postura do governo norte-americano. Os ex-presidentes acreditavam que, para salvar a AP, o governo dos EUA havia tomado a iniciativa de transformar a Aliança em um conjunto

[93] Ibidem, p.11.
[94] Nova Era Para A Aliança, *Américas*, junho, 1964, p.1-7.
[95] Juscelino Kubitschek e Alberto Lleras Camargo haviam sido designados pelo Conselho da OEA como assessores especiais da entidade com a função de "estudarem a estrutura e as atividades das organizações e agências do sistema interamericano e recomendarem as reformas necessárias para adaptar esse sistema à dinâmica da Aliança para o Progresso", conforme estabelecido em resolução do CIES durante sua Primeira Reunião Anual. Lleras foi o primeiro Secretário Geral da OEA, da qual se desligou em 1956 para assumir a presidência da Colômbia, enquanto que Kubitschek ocupou a presidência do Brasil entre 1956-1960 e foi o idealizador da Operação Pan-Americana.

de acordos bilaterais, tornando-a um programa nacional daquele país para com as repúblicas do sul.

Com o fortalecimento do caráter multilateral da AP, o CIES esperava reforçar o seu papel nas negociações realizadas entre os países latino-americanos e os EUA, com uma maior coordenação e orientação regional para os programas. Foi a maneira encontrada pelos dirigentes latino-americanos para driblar a rigidez do controle exercido pela AID (Agência para o Desenvolvimento Internacional). A AID funcionava como elo entre o comitê multilateral da OEA e o Departamento de Estado, no qual o Secretário de Estado Assistente Thomas Mann era o responsável pelos assuntos interamericanos, inclusive a Aliança para o Progresso (Rabe, op.cit. 189). Entretanto, enquanto que os representantes latino-americanos no CIAP tinham mandatos de dois anos, o representante norte-americano Teodore Moscoso, foi eleito como membro permanente.

A tarefa do CIAP era quase tão ambiciosa quanto os objetivos da própria Aliança. Esperava-se que o Comitê pudesse coordenar uma série de ações de promoção da integração regional e de realização de reformas internas, reforçar a elaboração e implantação de projetos de desenvolvimento, promover a abertura de novos canais de assistência com o continente europeu – sempre em bases multilaterais, com metas e cronogramas negociados e acordados pelos países latino-americanos com base em suas próprias demandas, pois, nas palavras do representante brasileiro no CIAP, o economista Celso Furtado, " Cada país é responsável pelo seu desenvolvimento. Cooperação internacional não pode ensinar uma nação *como* realizar reformas estruturais[96]" (grifo do autor).

Após cinco anos de seu lançamento, as avaliações sobre o andamento da Aliança para o Progresso eram ainda mais negativas. Reunido em Buenos Aires[97] – março de

[96] Nova Era Para A Aliança, *Américas*, junho, 1964, p.5.
[97] Os Primeiros Cinco Anos, *Américas*, setembro, 1966, p.1-7.

1966 – O CIES finalmente admitiu que "a complexidade dos problemas econômicos e sociais da América Latina era maior do que fora previsto em Punta Del Este (...) e que as metas da Carta não poderiam ser atingidas em apenas um decênio[98]".

O diagnóstico dos problemas também não era tão diferente. Segundo cálculos do CIES, a migração do campo para as cidades aumentava, elevando o déficit habitacional para cerca de 19 milhões de unidades; a produção agropecuária enfrentava uma fase de estagnação; o ritmo das exportações latino-americanas era mais lento e o poder de compra dessas exportações diminuiu ainda mais no ano de 1965. Alguns indicadores mostravam que as economias latino-americanas operavam em situação ainda pior que em anos anteriores: o pagamento dos serviços da dívida externa passou de uma média de 150 milhões de dólares em 1955 para 1,5 bilhão de dólares em 1965. No mesmo ano, os pagamentos de amortização e juros da dívida externa chegaram a 2 bilhões de dólares, correspondentes a 1/5 do total das receitas de exportação da região.[99]

Finalmente, em 1968, o Secretário Geral Galo Plaza resume a situação da Aliança ao fazer o pronunciamento de abertura da VII Reunião Anual do CIES – realizada em junho, na cidade de Washington – no qual avalia que a crescente deterioração do comércio externo e das condições de financiamento para o desenvolvimento da América Latina pode ter graves conseqüências políticas e sociais para o continente,

> O pioramento (*sic*) das condições externas que têm a ver com o nosso desenvolvimento significa não podermos contar com recursos suficientes para enfrentar as enormes e peremptórias pressões sociais que surgem de nosso dinâmico crescimento demográfico. (...) Significa enfim que enfraqueceria nosso desenvolvimento social com tudo que ele representa de esperança de uma vida de oportunidades dignas para as maiorias e, principalmente, para as novas gerações em

[98] Idem, p.2-3.
[99] Idem, p.4-5.

> que pomos nossa fé. O estancamento do desenvolvimento social seria um golpe gravíssimo para a solidariedade continental e um convite à anarquia[100].

Nesse momento, a fala do Secretário Geral já repercutia a decisão tomada recentemente pela Câmara dos Representantes do Congresso norte-americano de reduzir drasticamente a dotação orçamentária à disposição do governo Lyndon Johnson para investimento na AP no período 1968-1969, de 625 milhões para 270 milhões de dólares. Note-se que a verba destinada ao financiamento da AP no período anterior – 1967-1968 – já fora de 469 milhões de dólares[101].

A Aliança para o Progresso deixou de ser tema de interesse em *Américas* em dezembro de 1968, quando foi publicada a última matéria a respeito do programa[102]. Um final um tanto melancólico para uma proposta que se pretendia revolucionária, capaz de realizar mudanças profundas no cenário econômico e social latino-americano.

O artigo reproduzia a apresentação feita pelo Secretário Geral Galo Plaza no Clube Nacional de Imprensa dos EUA, em Washington. Segundo ele, a incapacidade de realizar os objetivos da Aliança foi resultado do excessivo otimismo das metas traçadas em sua fase inicial; com a insuficiência da ajuda externa; com o reacionarismo de alguns setores das elites latino-americanas e, finalmente, com a incompreensão dos próprios latino-americanos sobre o significado da Aliança para o Progresso. Essa deficiência seria responsável por difundir uma opinião de que AP seria simplesmente mais um instrumento da política externa dos EUA para exercer sua dominação sobre os povos do sul. O autor também lamenta a postura norte-americana de reduzir os recursos para a AP, mencionando que isto pode significar a diminuição geral do interesse dos EUA pela América Latina, o que acabaria por se tornar mais um elemento para reforçar

[100] Declina o desenvolvimento, *Américas*, outubro, 1968, p.42.
[101] Sobre a Redução dos Fundos da Aliança, *Américas*, novembro, 1968, p.45.
[102] O estado do Hemisfério, *Américas*, dezembro, 1968, p.51-53.

o descontentamento da população e o antiamericanismo, aprofundando as instabilidades locais[103].

3.3 – A Guerra Fria chega a *Américas*

O ano de 1958 marcou uma reviravolta nas relações interamericanas. Além da fatídica viagem de Nixon à América Latina, outro acontecimento veio dar impulso ao processo de revisão da política norte-americana para a região. Na virada de 1958 para 1959, um grupo de guerrilheiros avançou sobre Havana e depôs o governo ditatorial de Fulgêncio Batista. A princípio, a mudança no governo cubano não figurou nas páginas de *Américas* – da mesma forma que outros processos de transição política também não foram noticiados em decorrência da linha editorial da publicação. Porém, é possível ver que paulatinamente, a Revolução Cubana ganhou um espaço cada vez maior nas páginas da revista, reflexo do crescente aumento das tensões do sistema interamericano.

A primeira referência ao governo revolucionário cubano surgiu na coluna "A OEA Em Ação[104]", na qual Cuba foi apontada como responsável, juntamente com a Venezuela, de oferecer apoio a um grupo de rebeldes que teria tentado depor o governo de Trujillo, ditador da República Dominicana. O país também foi acusado de oferecer apoio a uma segunda tentativa de golpe de estado, denunciada pelo Panamá em 27 de abril (neste segundo caso, não houve acusações formais contra o governo de Cuba, mas se afirmava que os invasores teriam partido de seu território).

Atendendo à solicitação do governo panamenho, o Conselho da OEA constituiu uma Comissão formada pelos embaixadores Fernando Lobo (Brasil), John Dreier (EUA), Juan Plate (Paraguai) e Jorge Hazera (Costa Rica), com a função de investigar

[103] Idem, p. 52. Muitas são as razões que podem ser aventadas para o fracasso da AP, havendo análises que culpam a incapacidade de gestão dos governos latino-americanos, como em HARRISON (op.cit.) e análises que procuram ponderar mais cuidadosamente os fatores que impediram o pleno desenvolvimento do projeto. Ver: Ayerbe (op. cit., p.118-126), Schlesinger Jr. (op.cit.), Smith (op.cit), Rabe (op.cit., Cap. VI e VII).
[104] *Américas*, setembro, 1959 p. 2 e 34.

as denúncias. Em 29 de abril a Comissão chega ao Panamá para negociar com os rebeldes; o detalhe é que entre os cerca de 80 rebelados, muitos eram de nacionalidade cubana, em razão do quê, o governo revolucionário enviou dois oficiais para ajudar a dissuadir dos guerrilheiros e um veículo para transportá-los de volta à ilha[105].

Meses depois, em julho, o governo da República Dominicana acusou os governos de Cuba e da Venezuela de auxiliar um grupo de exilados nos preparativos para a incursão ao território dominicano, o que levou o representante cubano, Ministro Raul Rôa, a afirmar que o verdadeiro agressor era o governo de Trujillo, sob o qual "a falta de democracia originava um número cada vez maior de exilados."[106]

Um terceiro evento que contrapôs Costa Rica e Nicarágua, que acusava a primeira de patrocinar a mobilização de rebeldes contrários ao seu governo. Embora a comissão designada para investigar o caso tenha apurado que se tratava de um grupo de exilados nicaragüenses que atuava secretamente nos territórios da Costa Rica e de Honduras e que os três governos já haviam estabelecido um consenso mínimo sobre como limitar a atividade dos militantes, o Conselho da OEA, contra os votos das delegações de Cuba e da Venezuela, manteve a convocação da Reunião de Ministros de Relações Exteriores para avaliar a questão[107].

Entre os dias 12 e 18 de agosto de 1959, ocorreu a V Reunião de Consulta, na cidade de Santiago do Chile. Nela, refletiram-se as tensões políticas originadas da vitória da Revolução Cubana e das incertezas sobre o caráter o novo regime; se por um

[105] Idem, p. 2.
[106] Idem, p.34.
[107] A Reunião de Ministros de Relações Exteriores é um dos mecanismos de ação que a Carta da OEA estabeleceu para a entidade. Sua função é proporcionar, o mais rapidamente possível, um encontro representativo dos governos dos estados-membros, à qual é confiada a formulação da política no campo dos assuntos internacionais, quando se tratar de assuntos urgentes. Nesse caso, o encontro é qualificado como órgão de consulta, pois dele irão emanar as decisões políticas que serão implementadas pelo Conselho do organismo internacional. As reuniões de consulta são anteriores ao surgimento da OEA (a primeira foi realizada em 1939, no Panamá) e acabaram por ser incorporadas à estrutura de funcionamento da entidade, segundo as condições previstas na carta da OEA e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Ver Anais da OEA, nºI, vol.I, 1949. Washington, D.C.: União Pan-Americana. Para uma análise dos aspectos jurídicos, ver Thomas & Thomas Jr, op. cit., p.101-119.

lado existiam governos que viam a queda de Batista como um sinal de que a existência de ditaduras no continente estava caminhando para o final, havia também outros que consideravam Cuba como uma ameaça à estabilidade do sistema interamericano, como no caso do governo Eisenhower, no interior do qual crescia a desconfiança sobre o caráter socialista do governo cubano e iniciava-se o exame das medidas possíveis para lidar com a presença de um regime de governo contrário aos valores que, a seu ver, definiam o sistema interamericano.

A pauta da V Reunião de Consulta versou sobre quatro temas: a tensão internacional na área do Mar das Antilhas; os meios de assegurar a observância dos princípios da não-intervenção e não-agressão; o exercício efetivo da democracia representativa e o respeito aos direitos humanos. De fato, os debates giraram em torno de um único tema, os efeitos da Revolução Cubana para a estabilidade do sistema[108].

É possível observar a pressão por parte da delegação norte-americana para que a OEA tivesse uma ação mais direta junto ao governo cubano, no sentido de enquadrá-lo nos moldes do sistema interamericano. Contudo, também se nota a relutância da maioria dos países latino-americanos em admitir a hipótese de qualquer atitude da OEA que possa ser qualificada como intervenção[109]. É o que vemos nas palavras do presidente chileno, Jorge Alessandri[110],

> "A par da idéia fundamental da democracia, devemos (...) colocar o princípio da não-intervenção. (...) Devemos proceder nesse particular com a maior cautela, desde que exceções poderiam levar a novos argumentos, que certamente determinariam o fim da soberania, o que é tanto mais grave quanto menor for a nação".

[108] A OEA Em Ação, *Américas*, novembro, 1959, p.2.
[109] Que há sobre intervenção?, *Américas*, dezembro, 1959, p.6-9.
[110] Idem, p.6.

A defesa da não-intervenção era um princípio básico das relações internacionais para o conjunto das nações latino-americanas (Cervo, 2001), cuja história repleta de ocorrências de intervenções estrangeiras fizera-os perceber o perigo de se permitir exceções à soberania dos estados. Mesmo com a mudança no caráter das justificativas para a intervenção – durante o século XIX e início do século XX, as intervenções sofridas pelos países latino-americanos ocorreram, em geral, por questões econômicas – pois estas agora ganhavam caráter político, não havia ainda um consenso sobre como e em que condições a intervenção poderia ser utilizada.

Um complicador para o problema era o próprio TIAR, cujo conteúdo poderia ser interpretado de maneira a permitir que a OEA interviesse em qualquer país sob a justificativa de repelir ameaças ao sistema interamericano, no caso, caracterizando uma intervenção coletiva, e não de um estado sobre outro. O Ministro Julio Cesar Turbay Ayala – da Colômbia – recrimina essa visão, pois considera que "a intervenção não perde suas características próprias e não tem suas conseqüências atenuadas, e sim agravadas, com o fato de ser exercida em grupo[111]." Da mesma forma o representante mexicano, Ministro Manuel Tello afirma que "acreditamos na não-intervenção, não como um ideal abstrato, mas como uma necessidade imperiosa que é, provavelmente a melhor garantia de paz" e adverte: "Não arremessemos aos ventos do futuro um bumerangue que poderá mais tarde voltar-se contra os nossos próprios povos[112]."

O Secretário de Estado norte-americano Christian A. Herter reafirmou o apoio norte-americano à doutrina, porém, deu destaque a que os eventos ocorridos na região dos Caraíbas constituiriam uma forte pressão a esse princípio, pois, "algumas dessas expedições foram organizadas em outros países com o conhecimento e o consentimento de autoridades cujos governos tinham obrigação de impedir tal ação". Embora o

[111] Idem, p. 7.
[112] Ibidem.

Secretário de Estado não cite diretamente nenhum país envolvido, pode-se facilmente imaginar que o governo cubano era o seu alvo, pois mais adiante, o representante norte-americano finalmente deixa clara a sua avaliação do problema.

> "O princípio da não-intervenção e o princípio paralelo da segurança coletiva são importantes para a democracia porque asseguram a cada país a oportunidade de desenvolver a sua vida política livre de interferência externa. Essa oportunidade e essa liberdade são as primeiras condições necessárias para o desenvolvimento da democracia. É essa uma razão capital para a nossa firme oposição ao comunismo internacional ou a qualquer outra forma de governo que procure impor aos outros o seu regime político[113]."

A vinculação feita pelo Secretário Herter entre não-intervenção e segurança coletiva leva a pensar sobre as conseqüências dessa interpretação para o funcionamento do sistema. Suas palavras levam a crer que a questão não está em saber *o quê* é feito, mas *quem* está fazendo.

Cuba figuraria novamente no centro dos debates políticos interamericanos dentro de poucos meses.

No início de 1960, Cuba recebeu um carregamento de armas e munições adquiridas ao governo da Bélgica no ano anterior. Em março, quando o cargueiro *La Coubre* estava ancorado no porto de Havana, duas explosões destruíram o navio e mataram mais de uma centena de pessoas, ferindo outras quinhentas. O ato foi denunciado pelos cubanos como sabotagem norte-americana para desestabilizar o regime revolucionário (Máo Jr, 2005). A partir desse momento, as tensões entre os países não pararam de crescer: os EUA fizeram pressão sobre seus aliados para que não vendessem petróleo a Cuba, que acabou por comprá-lo da URSS. Em represália, as refinarias estrangeiras situadas na ilha recusaram-se a beneficiar o produto, obrigando o

[113] Idem, p.8

governo a nacionalizar essas empresas no final de junho. Em resposta, o governo norte-americano reduziu a cota de importação do açúcar cubano em 95%, suspendendo imediatamente a importação da safra de 1960 (Ayerbe, op.cit., p.132-134).

Vendo-se acuado pela possível bancarrota da economia nacional, Fidel Castro – então na condição de Primeiro-Ministro – decide pela nacionalização das empresas estrangeiras e suas propriedades rurais na ilha; dois meses depois, passa as empresas privadas nacionais para o controle do Estado, assumindo então a maior parte da atividade econômica cubana (idem).

Ainda durante o mês de junho de 1960, o governo cubano denunciou as retaliações econômicas dos EUA como agressão e solicitou ao Conselho de Segurança da ONU que avaliasse e determinasse medidas para lidar com a questão, a que o Conselho respondeu que, tendo em vista que o caso estava sob exame da OEA, este somente se posicionaria sobre as queixas cubanas após receber um relatório do organismo regional.[114]

Em 13 de julho, o representante do Peru apresentou ao Conselho da OEA uma solicitação para que se convocasse o Órgão de Consulta[115], com base no artigo 39 da Carta da OEA[116], para considerar "as exigências da solidariedade hemisférica, a defesa do sistema regional e a defesa dos princípios democráticos americanos em face das ameaças que poderiam afetá-los[117]". Embora a petição peruana não pudesse ser mais inespecífica, o Conselho acatou o requerimento e convocou o órgão de consulta com base em uma resolução não menos vaga, para "examinar vários aspectos e repercussões

[114] A OEA em Ação, *Américas*, setembro, 1960, p.2.
[115] Idem.
[116] "A Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores deverá ser realizada com o fim de considerar problemas de caráter urgente e de interesse comum para os Estados Americanos e para servir de Órgão de Consulta". Anais da Organização dos Estados Americanos, nº1, vol.I, Washington, D.C.: União Pan-Americana, 1949.
[117] A OEA em Ação, *Américas*, setembro, 1960, p.2.

dos mencionados acontecimentos, à luz dos princípios, dos padrões e das obrigações vigentes no sistema interamericano[118]".

A construção da imagem de Cuba como uma ameaça à estabilidade e à paz continental fora iniciada. A resolução do Conselho da OEA não mencionava países ou conflitos específicos – muito embora a queixa cubana de agressão econômica da parte dos EUA tivesse sido referida à OEA pelo Conselho de Segurança da ONU – contudo, não restam dúvidas de que a ameaça era o governo supostamente socialista da ilha.

A 16 de agosto inicia-se a VII Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, em São José, capital da Costa Rica, cuja pauta deveria examinar ameaças de intervenção extracontinental que poderiam afetar a solidariedade continental e o sistema interamericano; a cooperação interamericana contra atividades subversivas; os fatores econômicos e sociais que poderiam gerar instabilidade política; a intensificação da ação coletiva para promover padrões de vida mais altos nas regiões subdesenvolvidas e, finalmente, as tensões internacionais existentes na região caraíba[119].

As divergências entre Cuba e Estados Unidos dominaram a pauta do encontro de Ministros, com declarações exaltadas contra o governo cubano (Peru, Guatemala) e análises que embora mostrassem o desagrado com a paulatina aproximação entre Cuba e a URSS, procuravam o caminho da solução negociada entre os dois países (México, Brasil). O Secretário de Estado Christian Herter não poupou críticas ao governo cubano, declarando abertamente que se tratava de um país dominado pelo comunismo. Acusou o governo de Fidel Castro de servir como instrumento para a intervenção sino-soviética nos assuntos do continente e de base para exportação do comunismo para os países da região.[120] As declarações do Secretário de Estado deixavam muito claro que Cuba já era vista então como inimiga declarada do sistema interamericano, por não respeitar as suas

[118] Idem.
[119]Consulta em San José, *Américas*, novembro, 1960, p.4.
[120] Idem, p.6-7

instâncias – o país buscava a intermediação da ONU para a crise com os EUA. Porém o que parece ter sido o dado mais incômodo para os líderes continentais foram as declarações do Premiê Soviético em apoio a Cuba durante a Assembléia das Nações Unidas pouco antes da Conferência em San Jose.[121]

O posicionamento da delegação cubana seguiu a linha da denúncia das agressões econômicas feitas pelos EUA contra o país, destacando que embora o governo da ilha tivesse apresentado queixa formal contra as medidas econômicas impostas pelo governo norte-americano e contra os bombardeios e sabotagens ocorridos na ilha sob a proteção deste último, nenhuma das acusações passou pelo exame do organismo regional, ao contrário, tratava-se de imputar-lhe toda a culpa pela instabilidade da política latino-americana.[122]

Ao final dos debates na Reunião de São José não foram deliberadas medidas punitivas contra o governo cubano, mas instalou-se uma comissão especial formada pelos representantes da Venezuela, México, Brasil, Colômbia e Chile para auxiliar no entendimento entre os dois países. Como é possível observar, tal grupo não teve grande sucesso em sua empreitada, pois as tensões entre Cuba e EUA chegariam muito brevemente ao seu ponto crítico. A outra medida mais expressiva do encontro foi a chamada "Declaração de San José da Costa Rica", documento no qual estão reafirmados os princípios tidos como basilares para o funcionamento do sistema interamericano e que, embora ratifique o princípio da não-intervenção como base das relações continentais, também abre a possibilidade para uma maior interferência da OEA nos assuntos internos dos estados-membros ao estabelecer que "todos os países integrantes

[121] Segundo Máo Jr, (op.cit, p.230), durante a Assembléia das Nações Unidas Nikita Kruschev fez um vivo esforço de aproximação para com o governo cubano e, ao ser questionado por jornalistas sobre a crise entre EUA e Cuba, o premiê declarou seu apoio ao governo da ilha, oferecendo inclusive ajuda militar ao governo de Castro em caso de guerra entre os dois países.
[122] Consulta em San José, *Américas*, novembro, 1960, p.8

da organização regional têm a obrigação de submeter-se à disciplina do sistema interamericano."

Durante o início de 1961 a "questão cubana" deixou de figurar nas páginas de *Américas*, ocupadas agora com o recente lançamento da Aliança para o Progresso. Somente em junho daquele ano a coluna "A OEA em Ação" publicou uma pequena nota sobre o agravamento da crise entre os dois países. Na revista não se fazia menção direta aos fatos, mas tratava-se do desembarque de forças paramilitares formadas por exilados cubanos realizado na Baía dos Porcos, em 17 de abril. A ação, planejada com o apoio norte-americano, foi resposta imediata dos EUA à proclamação do caráter socialista da revolução, feita por Fidel Castro no dia anterior durante uma manifestação em Havana. Os planos para derrubada de Castro já vinham sendo desenvolvidos desde o último ano da administração Eisenhower.[123] Em 19 de abril, o Presidente Kennedy admite a participação norte-americana na tentativa de golpe (Smith, op.cit., p.166-168; Ayerbe, op.cit., p.133).

A cobertura do caso – ou falta dela – feita por *Américas* demonstra claramente que a partir daquele momento não havia mais espaço para imparcialidade, pois vê-se que, embora não se tenha dado notícias sobre a ocorrência da invasão e de outras agressões sofridas pela ilha, as acusações de que Castro estaria desrespeitando os acordos regionais sobre direitos humanos estavam presentes na publicação. O texto reproduzia inclusive um documento no qual o Secretário Geral da OEA apelava ao governo cubano para que "o tratamento de presos e feridos em conseqüência dos

[123] Segundo Smith (op.cit., p.166-169), o Presidente Eisenhower deu seu aval para o "Programa de Ação Encoberta contra o Regime de Castro" em março de 1960. O plano era constituído por quatro pontos: fortalecimento da oposição política fora de Cuba, o lançamento de uma poderosa ofensiva de propaganda contra o regime, operações de espionagem e a promoção do desenvolvimento de uma força paramilitar fora de Cuba para uma futura ação de guerrilha.

acontecimentos verificados se ajuste às normas humanitárias consignadas nos acordos e convenções vigentes[124]". A informação era que,

> [...] sobre os fatos relativos ao desembarque realizado pelos exilados em Cuba e as declarações oficiais ao mesmo referentes, Cuba não pediu ao Conselho da Organização dos Estados Americanos que adotasse medidas relativamente ao desembarque armado no seu território. Entretanto, o representante de Cuba, numa nota que circulou entre os membros do Conselho, fez longa referência a esses fatos e à alegada participação dos Estados Unidos nos mesmos. A nota aludia primordialmente à decisão da Junta Interamericana de Defesa de excluir o representante cubano das suas sessões secretas e do acesso aos documentos confidenciais.

Em resposta, o então presidente cubano Dr. Osvaldo Dorticós Torrado enviou a seguinte mensagem à OEA,

> [...] Aproveito a oportunidade dessa resposta para fazer um apelo aos seus sentimentos humanitários e às suas responsabilidades como Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos para transferir a sua preocupação para o fato da criminosa agressão armada contra o nosso país, pelo qual é responsável máximo um Estado-membro dessa Organização, na certeza de que esses sentimentos humanitários devem estar vivos não apenas em favor dos prisioneiros de guerra invasores da nossa pátria, mas também das centenas de cubanos feridos e mortos para defender a soberania de Cuba e da pátria.
>
> [...] Tenho certeza de que não crê que se ajustam às normas humanitárias os bombardeios ao nosso país realizados por aviões norte-americanos e espero que se dirija também ao Presidente Kennedy, como o fez a mim, num pedido ao governo dos Estados Unidos, para que não se organizem novas invasões de Cuba.

[124] A OEA em Ação, Cuba, *Américas*, junho, 1961, p.19

Nota-se que o processo de excluir Cuba dos ambientes de decisão sobre o sistema interamericano já havia sido iniciado. Ao ser proibida de participar da Junta Interamericana de Defesa, a ilha ficou impedida de interferir nos debates sobre a defesa do continente, mas, sobretudo, de opinar nos casos de tentativas de intervenção alegada ou concreta, de cujas acusações passaria a ser o alvo preferencial, o que também demonstra que a entidade regional foi definindo uma postura mais receptiva à forma pela qual os EUA pretendia tratar do problema cubano. Um governo comunista não poderia ser tolerado, e, uma vez que o país já estava fora das previsões de investimento no quadro da Aliança para o Progresso, era uma questão de tempo até que novas ações contra o regime da ilha fossem adotadas.

Nos meses que se seguiram, o regime cubano foi alvo de um número crescente de acusações de violação dos direitos humanos apresentadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Não havia dados sobre a apuração das denúncias, mas sua presença estampada todos os meses nas páginas de uma revista de grande circulação certamente teve o seu efeito na construção da "ameaça cubana".

Finalmente, em 04 de novembro de 1961, o governo colombiano solicitou a convocação do Órgão de Consulta de acordo com os artigos 6º e 11º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)[125], com o objetivo de "considerar as

[125] O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) estabelecia essencialmente o princípio da defesa mútua dos Estados signatários contra possíveis agressões de potências extracontinentais. Previa ainda a colaboração entre as Forças Armadas dos países signatários, através inclusive de exercícios conjuntos e intercâmbio de informações. Criado um ano antes da OEA, no contexto da Guerra Fria, fazia parte da estratégia de combate à ação do comunismo internacional no continente americano. Ver Fenwick, C. G., *A Organização dos Estados Americanos.* Ed. GRD, Rio de Janeiro, 1965.
Artigo 6º: Se a inviolabilidade ou integridade do território ou a soberania ou independência política de qualquer estado americano for atingida por uma agressão que não seja um ataque armado, ou por um conflito extracontinental ou intracontinental, ou por qualquer outro fato ou situação que possa por em perigo a paz da América, o Órgão de Consulta reunir-se-á imediatamente a fim de acordar as medidas que, em caso de agressão, devam ser tomadas em auxílio do agredido ou, em qualquer caso, convenha tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança no continente.
Artigo 11º : As consultas a que se refere o presente Tratado serão realizadas mediante a Reunião de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas que tenham ratificado o Tratado, ou na forma ou pelo órgão que futuramente forem ajustados. *Anais da Organização dos Estados Americanos*, op.cit. p.88.

ameaças à paz e à independência política dos estados americanos que poderiam surgir da intervenção de poderes extracontinentais, dirigidos a romper com a solidariedade continental [126]". Novamente, a ameaça era o governo de Cuba, pois, segundo o argumento colombiano, agora que este fora oficialmente declarado como socialista, ficava caracterizada sua incompatibilidade com os princípios do sistema interamericano, e que se tornaria definitivamente um satélite a expansão sino-soviética.

Entre os dias 22 e 31 de janeiro de 1962, os Ministros de Relações Exteriores do continente estiveram reunidos em Punta Del Este para deliberar sobre as medidas cabíveis no caso de Cuba. O encontro foi iniciado com a apresentação do relatório da Comissão Interamericana de Paz no qual o governo da ilha foi mais uma vez acusado de violação sistemática dos direitos humanos e de atuar para promover a subversão no continente[127]. Partia-se do pressuposto de que havia uma ofensiva comunista em curso no continente – bem como no mundo inteiro – e que o governo cubano ao assumir o caráter socialista da revolução passara a fazer parte dela, como um estado teleguiado da URSS. Importante notar que tais avaliações não partiam de atos do governo cubano ou dos governos da China e da URSS, mas de declarações individuais ou documentos produzidos pelos partidos dirigentes daquelas nações,

> "O objetivo dessa ofensiva é a destruição das instituições democráticas e o estabelecimento de ditaduras totalitárias a serviço de poderes extracontinentais. Os fatos notáveis da intensificação dessa ofensiva são as declarações existentes em documentos oficiais dos corpos dirigentes do movimento comunista internacional, de que um de seus principais objetivos é o estabelecimento de regimes comunistas nos países subdesenvolvidos e na América Latina; e a existência de um governo que

[126] Organização dos Estados Americanos. *Ata Final da Oitava Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, Servindo como Órgão de Consulta em Aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.* Washington D.C., União Pan-Americana, 1962. Disponível em: http://www.oas.org/columbus/archives.asp. Acesso em 16/04/2005.
[127] Oitava Reunião de Consulta. *Américas*, abril, 1962, p.2-7.

> é publicamente alinhado com a doutrina e a política exterior dos poderes comunistas"[128].

Mais adiante, o documento reafirmava a defesa dos princípios da auto-determinação e da não-intervenção, que seriam "as guias para o padrão de relacionamento entre as nações americanas"[129] e reiterava a defesa da democracia representativa como a única forma possível para a livre expressão da vontade do povo. Entretanto, não se pode ignorar a evidente contradição entre a reiteração desses princípios e a ostensiva ação da OEA e o governo norte-americano contra Cuba.

Nas declarações de duas das três Reuniões de Consulta anteriores (Santiago 1958; San José 1960) também era estabelecido que cada país seria livre para determinar os rumos de sua política interna, não cabendo a intervenção externa nem mesmo para a promoção da democracia representativa, princípio tão caro ao sistema interamericano. Foi o caso da decisão da V Reunião de Consulta em San Tiago, que ao avaliar a possibilidade de uso de tal instrumento contra os governos ditatoriais de Duvalier (instalado no poder desde 1957 no Haiti), Somoza (Nicarágua) e Trujillo (República Dominicana), preferiu adotar uma postura moderada, recomendando a observação de eleições livres e a alternância de poder entre os partidos políticos[130]. Ao que tudo indica, nesse meio tempo houve o amadurecimento da idéia de que em alguns casos, a intervenção externa era não só possível como também desejável, desde que realizada dentro dos parâmetros da ação coletiva prevista na OEA.

---

[128] Organização dos Estados Americanos. *Ata Final da Oitava Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, Servindo como Órgão de Consulta em Aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.* P.5.
[129] Idem, p.10.
[130] "Reafirma o princípio da não-intervenção de qualquer Estado americano nos assuntos internos ou externos dos outros Estados americanos, e reitera que cada Estado tem o direito de desenvolver a sua vida cultural, política e econômica livre e naturalmente, respeitando os direitos do indivíduo e os princípios da moral universal, e que, em conseqüência, nenhum Estado americano pode intervir com o objetivo de impor a outro Estado americano as suas ideologias ou os seus princípios políticos, econômicos ou sociais". Declaração de San José da Costa Rica. *Américas*, novembro, 1960, p.9

Com base nas ligações entre Cuba e a URSS, a VIII Reunião de Consulta decidiu pela exclusão do país dos quadros do sistema interamericano com a aprovação da maioria das delegações presentes. A resolução da reunião estabelecia que a sanção era dirigida não ao país, mas a seu atual governo, que optara por retirar-se voluntariamente do sistema interamericano ao declarar-se socialista. Embora essa distinção não tenha efeito prático, ela foi utilizada como parte da propaganda recorrente em *Américas* contra o governo cubano a partir daquele momento.

O posicionamento majoritário pela exclusão de Cuba foi questionado por apenas seis países, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México que, a despeito de pequenas divergências sobre qual a melhor maneira de se tratar a questão cubana, concordavam que sua expulsão dos fóruns regionais era a pior opção possível. Suas argumentações tinham em comum o caráter profundamente legalista, em oposição aos argumentos das outras repúblicas, claramente baseados em opções políticas. Os ministros Miguel A. Cárcano, Francisco A. Yépez e Manuel Tello (representando respectivamente Argentina, Equador e México), pautaram suas intervenções durante a reunião na falta de autoridade da Reunião de Consulta para deliberar sobre a suspensão ou exclusão de um estado-membro da OEA, posicionamento reiterado nas declarações de voto feitas após a aprovação das resoluções contra Cuba. Já os ministros Carlos M. Sotomayor, José F. Velarde e San Tiago Dantas (respectivamente representando Chile, Bolívia e Brasil) acrescentaram em suas falas a inadequação das medidas de repressão e isolamento do governo cubano, cujo efeito poderia vir a ser mais prejudicial que o imaginado, "por conferir uma dimensão desproporcionada diante de sua verdadeira situação atual[131]".

[131] Ministro Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Declaração do Brasil, In: Organização dos Estados Americanos. *Ata Final da Oitava Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, Servindo como Órgão de Consulta em Aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca,* p.19.

Além de proibir a participação cubana na OEA, a VIII Reunião de Consulta também criou uma comissão consultiva[132] para auxiliar o Conselho da entidade na elaboração de medidas para conter a expansão do comunismo no continente, a partir de estudos elaborados sobre a suposta atuação de forças sino-soviéticas nas várias repúblicas da região. *Américas* publicou passagens desses relatórios em quase todas as suas edições ao longo dos anos de 1962 e 1968, na esteira da Crise dos Mísseis e seus desdobramentos posteriores. Os excertos reproduzidos na revista traziam afirmações bastante alarmantes sobre a situação da política continental,

> "Os partidos comunistas existem em todas as nações do Hemisfério, variando de tamanho e de condição legal, sendo que são formados em cada nação principalmente de cidadãos do país. Tais partidos professam publicamente ideais aceitos por muita gente, mas se trata de uma impostura, pois, na realidade, são dirigidos de Moscou e se acham inteiramente subordinados às ordens que recebem dos centros comunistas internacionais[133]".

Na avaliação da Comissão Consultiva o continente americano estava prestes a cair sob o controle dos comunistas infiltrados em todas as nações da América. Em sua avaliação, parte do problema era a "atitude adotada por algumas pessoas no mundo livre em relação às intenções, aos métodos e aos perigos do comunismo[134]". A Comissão considerou incoerente que "cidadãos de países livres deste Hemisfério tolerem ou mostrem tendência a tolerar e apoiar comunistas notórios e que pessoas eminentes subestimem o perigo comunista, afirmando que é fácil dominá-lo, desde que o número de comunistas no Hemisfério é pequeno[135] ". Partia-se de uma percepção que transformava a crescente agitação popular em muitos dos países latino-americanos

[132] Idem, p.8.
[133] A OEA Em Ação. *Américas*, julho, 1962, p.2.
[134] Idem.
[135] Idem.

como efeito puro e simples da agitação dos comunistas locais, insuflados pelas ordens da URSS – e de Cuba – sem que as contradições e problemas econômicos e sociais internos fossem levados em consideração.

Em outubro de 1962 as relações entre Cuba e EUA atingem novamente um ponto crítico. Com a instalação de mísseis soviéticos em território cubano, o Presidente Kennedy impôs um bloqueio naval à ilha novamente sob a alegação de que Cuba estaria servindo de base para a intervenção de forças extracontinentais, o que não deixou de figurar nas páginas de *Américas*, que mostrou não o desenvolvimento da crise, desde as disputas entre EUA e Cuba chegarem à beira do confronto aberto entre EUA e URSS, mas que preferiu apresentar a Crise dos Mísseis como um acontecimento fortuito, inesperado, fruto da capacidade dos comunistas de se utilizarem de todos os meios possíveis para atingir seus objetivos, mesmo aqueles considerados "mais detestáveis, tais como a intimidação, a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a traição[136]".

Entre 1964 e 1968, duas Reuniões de Consulta foram convocadas para tratar especificamente do envolvimento de cubano em atividades subversivas. A IX Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores ocorreu entre 21 e 26 de junho de 1964 em Washington e foi convocada a pedido da Venezuela, que acusara Cuba de patrocinar uma tentativa de insurreição ocorrida no ano anterior.

As deliberações foram realizadas com base no relatório apresentado pela Comissão Consultiva Especial de Segurança, cujo teor imputava a responsabilidade pela tentativa de golpe diretamente sobre o governo de Cuba e afirmava que "as atividades subversivas do comunismo internacional continuam de forma tão alarmante que exigem a imediata adoção de medidas destinas a eliminar o perigo que representam para a paz e a segurança do continente[137]".

[136] Relatório da Comissão Consultiva Especial de Segurança, apud *Américas*, janeiro, 1963, p.2.
[137] A OEA Em Ação, *Américas*, janeiro, 1964, p.46.

Nas palavras da Comissão de Segurança, o governo da ilha havia assumido abertamente uma política de agressão contra as instituições e o governo democrático da Venezuela, manifestada no que chamavam de propaganda sistemática e hostil, na incitação do povo venezuelano à rebelião contra o governo e no apoio político e material a movimentos subversivos. Ainda segundo o relatório, Cuba estaria treinando e doutrinando cidadãos venezuelanos que deveriam participar de toda sorte de movimentos subversivos[138].

O texto concluiu que a derrubada do governo da Venezuela seria o objetivo primário da política de expansão e penetração ideológica de Cuba no hemisfério, embora não expusesse as razões que levaram a tal conclusão. Não obstante, após a análise das "provas" apresentadas pelo governo venezuelano – fotos de um carregamento de armas encontrado em uma praia e um plano de operações chamado "Plano Caracas", ambos supostamente fornecidos por Cuba para a derrubada do governo do país – a IX Reunião de Consulta aprovou uma série de sanções contra o governo da ilha.

A reportagem de *Américas* sobre o assunto foi largamente ilustrada com fotos dos armamentos apreendidos e das sessões da reunião ministerial, destacando que as medidas aprovadas não constituíam intervenção nos assuntos internos de Cuba, mas sim, a legítima utilização do mecanismo de defesa coletiva consagrado no Direito Interamericano, no caso, o TIAR e a Carta da OEA[139].

Ao que tudo indica os debates foram acalorados. A revista deu maior destaque aos pontos de concordância entre os chanceleres, entretanto, observando-se as declarações que foram reproduzidas, vê-se que não existia unanimidade quanto ao caso.

[138] A OEA Em Ação, *Américas*, maio, 1964, p.44.
[139] Nona Reunião de Consulta: Os ministros de Relações Exteriores votam sanções contra Cuba, Américas, outubro, 1964, p.1-10.

O delegado especial do México, Dr. Vicente S. Gavito, chegou mesmo a questionar a denúncia feita pela Venezuela[140],

> O exame que fizemos deste documento [o relatório da Comissão Consultiva] nos levou à conclusão de que não foi demonstrado que a inviolabilidade ou a integridade do território ou a soberania ou a independência política da Venezuela tenham sido afetadas de alguma das maneiras descritas no Artigo 6º do Tratado do Rio. [...] A paz da Venezuela não se alterou e a situação que ali ocorrera seis meses antes e que seu governo pôde dominar – tal como primordialmente lhe cabia – em nenhum momento representou uma ameaça para a paz continental.

Claro que o representante mexicano não pôs em dúvida a veracidade das informações apresentadas pelo governo venezuelano, mas sim a dimensão real da ameaça representada pela suposta intervenção cubana na Venezuela para a paz e a segurança do continente, uma vez que não fora capaz de perturbar a normalidade de um único país. Sua fala também apresenta um questionamento de ordem jurídica quanto à aplicabilidade dos termos do Artigo 6º do TIAR para a situação em debate, uma vez que não se tratava de uma ação coletiva em apoio ao país agredido e nem para a defesa comum e manutenção da paz e da segurança do continente, conforme previsto no naquele tratado.

Também houve vozes discordantes em relação às sanções que seriam aplicadas ao governo cubano. Os ministros de Bolívia, Chile, México e Uruguai deram voto contrário à primeira parte da Resolução I[141] por considerarem seu conteúdo inadequado

[140] Idem, p.10.

[141] "Declarar que os atos comprovados pela Comissão de Investigação constituem uma agressão e uma intervenção por parte do governo de Cuba nos assuntos internos da Venezuela, a qual afeta a todos os Estados-membros.
"Condenar energicamente ao atual governo de Cuba por seus atos de agressão e intervenção contra a inviolabilidade territorial, a soberania e a independência política da Venezuela.
"Aplicar, de conformidade com o disposto nos artigos 6º e 8º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, as seguintes medidas:

e contraproducente e por acreditarem que o órgão de consulta não poderia deliberar sobre sanções de natureza econômica e política contra qualquer um dos estados-membros. Não obstante, após o final da reunião, apenas o México não suspendeu relações diplomáticas e comerciais com Cuba; os demais o fizeram em questão de dias (Chile e Bolívia, ainda no mês de agosto) ou meses (Uruguai, em 8 de setembro), aprofundando ainda mais o isolamento cubano na região e abrindo caminho para sua aproximação com o bloco socialista.

Passado algum tempo, um novo lance agitou novamente o cenário político interamericano. Em janeiro de 1966, o governo cubano promoveu a Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina – também conhecida como Conferência Tricontinental – ao final da qual, duas organizações foram criadas, a OSPAAAL (Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina) e a OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade).

Segundo Moniz Bandeira, a realização da Conferência da OSPAAAL em Havana era reflexo da opção cubana por impulsionar a revolução social no chamado Terceiro Mundo, numa tentativa de reduzir seu isolamento ao mesmo tempo em que diminuía a sua dependência em relação à URSS (Moniz Bandeira, 1998, p.562-564). Denise Rollemberg acrescenta que a Conferência Tricontinental pode ser considerada como uma ampliação do movimento de solidariedade afro-asiática, desenvolvido desde

---

a) Que os governos dos Estados americanos não mantenham relações diplomáticas nem consulares com o Governo de Cuba;
b) Que os governos dos Estados americanos interrompam todo o seu intercâmbio comercial, direto ou indireto, com Cuba, a exceção dos alimentos, medicamentos e equipamento médico que por razões humanitárias possam ser enviados a Cuba, e
c) Que os governos dos Estados americanos interrompam todo transporte marítimo entre seus países e Cuba, exceto o transporte necessário por razões de caráter humanitário.

Fonte: Nona Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores Para Servir de Órgão de Consulta em Aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. *Ata Final*. Washington D.C., União Pan-Americana, 1964, p.6 e 12.

1957 por militantes de diversas organizações e partidos envolvidos nos movimentos de descolonização[142].

Em *Américas*, a reunião terceiro-mundista foi transformada na principal ameaça de intervenção extracontinental daquele período. Suas declarações de total apoio aos movimentos de libertação nacional, de intensificação tanto das lutas armadas quanto das pacíficas nos três continentes, de apoio à Revolução Cubana, defesa da supressão das bases militares estrangeiras, de apoio ao desarmamento nuclear e de oposição à segregação racial foram lidos pelos dirigentes americanos como atos contrários à paz e a segurança do continente.

A Conferência Tricontinental repercutiu em *Américas* durante vários meses, com matérias sendo publicadas sobre o tema e seus desdobramentos em praticamente todas as edições da revista entre março de 1966 e dezembro de 1967. Não que existissem fatos novos ligados ao evento, pelo contrário, as reportagens reproduziam e repetiam as conclusões da Comissão Consultiva Especial de Segurança, segundo a qual, a reunião seria "a mais perigosa e grave ameaça que o comunismo internacional haja formulado, até o presente, contra o Sistema Interamericano"[143].

Em novembro de 1966, o Conselho da OEA aprovou uma resolução recomendando aos Estados-membros que adotassem "todas as medidas que considerassem necessárias para opor-se à política de intervenção e agressão emanadas da dita Conferência". Tais medidas envolviam o aumento da propaganda em favor da democracia – sem qualificativos – e a cooperação entre os governos americanos nas atividades de inteligência e segurança[144].

---

[142] Rollemberg, D. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*, p.5-7. Disponível em http://www.historia.uff.br/artigos/rollemberg_apoio.pdf. Acesso em 18/06/2008.
[143] A OEA Em Ação. *Américas*, março, 1966, p.42
[144] A OEA Em Ação. *Américas*, fevereiro, 1967, p.42

Com relação às recomendações feitas aos Estados-membros não havia muitas inovações. No entanto, pela primeira vez tomava-se a iniciativa de envolver a ONU, já que as ações propostas na Conferência da OSPAAAL se dirigiam "contra numerosos países livres de todos os continentes e contra muitas organizações internacionais". A resolução ainda denunciava a participação de delegações representantes de países do mundo livre, o que constituiria "flagrante violação dos princípios da Carta das Nações Unidas e, em especial, do princípio da não-intervenção[145]".

Em virtude da reunião terceiro-mundista uma nova reunião do órgão de consulta foi convocada a pedido da Venezuela, com base nos artigos 39 e 40 da Carta da OEA. A XII Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores iniciou seus trabalhos em 19 de junho de 1967 na cidade de Washington. O governo venezuelano fez referência ao desembarque, em seu território, de uma expedição de guerrilheiros treinados e apoiados pelo governo de Cuba para justificar a necessidade da reunião ministerial.

Após uma primeira sessão, definiu-se que a Comissão Consultiva deveria fazer um relatório sobre a situação no país requerente para servir de base para os debates. A 22 de agosto, a Reunião de Consulta foi retomada já com o resultado das investigações, que concluíam que a Venezuela havia sido vítima de um ataque guerrilheiro apoiado por Cuba, parte de sua política de expansão do comunismo posta em prática a partir da OSPAAAL e da OLAS[146]. Além desse caso, o relatório também denunciava a intervenção cubana na Bolívia, e em outros Estados americanos, que não foram citados nominalmente[147].

As discussões sobre o problema cubano não foram muito além das constatações sobre o apoio oferecido pelo país a movimentos revolucionários em atividade ao redor do continente americano e fora dele, e das recomendações para a coordenação das ações

[145] Idem, p. 42-43.
[146] A OEA Em Ação. Américas, novembro, 1967, p.46.
[147] A OEA Em Ação. Américas, dezembro, 1967, p.39.

de combate à subversão e do endurecimento das sanções comerciais adotadas contra Cuba na IX Reunião de Consulta. Uma vez que o rompimento das relações diplomáticas e consulares e a interrupção total ou parcial do comércio e das comunicações com a ilha já haviam sido adotadas por praticamente todos os países-membros da OEA, não restavam muitas alternativas além da utilização da força armada.

O caminho escolhido foi procurar sensibilizar os países de fora do sistema interamericano a restringir igualmente suas relações com a ilha, entre os quais, Marrocos, Egito, Japão, Canadá e muitos dos países da Europa ocidental.

Por fim, uma manifestação do representante do Panamá, resumiu a compreensão geral dos ministros sobre qual deveria ser a estratégia para lidar com a conjuntura daquele momento. Ao assumir a presidência da sessão inicial em junho, o embaixador Ritter Aislán afirmou:

> "Chega a ser tarefa ociosa, desanimadora e contrária à razão pretender que possa haver progresso econômico na América Latina sem enfrentar-se o problema da subversão de que sofrem os nossos povos[148]".

Tal afirmação ajuda a entender mais claramente a razão das resoluções da XII Reunião de Consulta darem tanto destaque às ações de contra-insurgência e à coordenação sub-regional do combate às guerrilhas. A era do combate à subversão com desenvolvimento econômico havia terminado.

Também chegava ao fim a era da presença da política continental em *Américas*. Em julho de 1968, o ex-presidente equatoriano Galo Plaza assume como novo Secretário Geral da OEA e começa a pôr em prática parte do plano de reformas que

[148] A OEA Em Ação. *Américas*, setembro, 1967, p.45.

vinha sendo discutido desde a II Conferência Interamericana Extraordinária, realizada em novembro de 1965, na cidade do Rio de Janeiro[149].

A revista, até então publicada pelo Departamento de Informação Pública, vinculado diretamente à Secretaria Geral da entidade, ficou a cargo da recém criada Divisão de Relações Culturais, vinculada ao também novo Departamento de Assuntos Culturais. Em junho de 1968 a coluna *A OEA Em Ação* foi publicada pela última vez, informando sobre a suposta conivência do governo do Chile para com um grupo de guerrilheiros que atuavam na Bolívia. No mês seguinte ocorreu a estréia de *Hemisfério*, seção que passaria a trazer informações sobre assuntos de interesse geral da OEA e acerca de acontecimentos culturais dos países membros[150]. A partir de então, não seriam mais abordados temas de caráter econômico, social ou político, com exceção da Aliança para o Progresso, que ainda ocuparia as páginas de *Américas* até a edição de dezembro daquele ano, marcando o retorno da revista ao formato adotado inicialmente quando do seu lançamento, voltando a ser uma publicação de variedades sobre as Américas.

[149] Novas Projeções da OEA: A Segunda Conferência Extraordinária Interamericana. *Américas*, fevereiro, 1966, p. 1-9.
[150] Hemisfério. *Américas*, julho, 1968, p.42.

Considerações finais

Neste trabalho, procurou-se demonstrar como uma das publicações da OEA, a revista *Américas*, foi utilizada para construir uma imagem sobre o sistema interamericano para seus leitores.

Ao longo do estudo das duas décadas iniciais do periódico foram abordadas as características que o definiam, seus temas e sua posição relativa no mercado editorial para que fosse possível observar o alcance da publicação entre o público.

O foco de análise esteve voltado, sobretudo, para apontar as continuidades e rupturas havidas na revista ao longo do período estudado, como forma de verificar de que maneira as mudanças do contexto político do continente se refletiam nesta.

Américas não foi um veículo para discussão do pan-americanismo. Nela, o ideal pan-americano já estava consolidado como um projeto de união do continente americano em torno de ideais universais de justiça, liberdade e democracia. A revista estava pautada por um suposto consenso em torno desses princípios e não havia espaço para manifestação de divergências a esse respeito. O sistema interamericano consubstanciado na Organização dos Estados Americanos e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca era então, uma conquista obtida após mais de um século de vida independente das repúblicas americanas.

Em *Américas*, o continente era o lugar da prosperidade e da paz, onde o diálogo e a cooperação haviam superado as antigas disputas que tinham levado a velha Europa a mais uma guerra que acabara por tomar proporções mundiais.

De início, os temas políticos e econômicos estiveram fora das páginas da revista, que se manteve como um instrumento de divulgação cultural, mostrando a variedade

das manifestações artísticas e os eventos históricos mais marcantes de cada um dos países da região. Esse perfil sofreu modificações graduais ao longo dos anos 50 do século passado, incorporando o debate sobre o desenvolvimento econômico que ganhara relevo após o fim da II Guerra Mundial e progressivamente ocupou o centro das preocupações latino-americanas.

As duas décadas anteriores haviam criado muitas expectativas entre os países latino-americanos. Com a Política da Boa-Vizinhança implantada durante o governo Franklin D. Roosevelt, houve uma reaproximação entre os Estados Unidos e seus vizinhos do sul, que, após terem oferecido seu apoio durante o esforço de guerra, esperavam que os Estados Unidos auxiliassem seu desenvolvimento econômico com o mesmo empenho que vinham mostrando na reconstrução da Europa e do Japão. Infelizmente, essas expectativas de apoio foram frustradas, ao passo que a situação econômica latino-americana sofria uma deterioração cada vez maior.

A leitura de *Américas* permite observar o crescimento da preocupação dos países do sul para com o desempenho cada vez pior de suas economias. Permite também que se acompanhe o tom cada vez mais elevado da pressão das nações pobres sobre o vizinho rico do norte. Embora não rejeitassem totalmente os investimentos de capital estrangeiro privado, os dirigentes sulistas reivindicavam mais investimento de capitais de fundos públicos com prazos maiores para pagamento e juros reduzidos com os quais poderiam ampliar e/ou desenvolver aqueles setores da economia considerados menos lucrativos ou com retorno de mais longo prazo e, portanto, menos atraentes para os investidores privados, mas ao mesmo tempo, de importância fundamental para essas nações.

O ambiente político e social conflituoso não é claramente percebido em suas páginas, pois as matérias publicadas o deixam deliberadamente de fora. Mesmo os

editoriais e os artigos escritos por alguns de seus mais eminentes colaboradores passam ao largo dos problemas e agitações sociais do período. Somente no final dos anos 50, quando a situação atinge um patamar considerado crítico, uma nova modificação do perfil da revista é efetuada.

Como foi visto anteriormente, o episódio da visita do vice-presidente norte-americano Richard Nixon à América Latina no início de 1958 não foi noticiado diretamente em *Américas* (apenas um pequeno comentário alusivo ao fato foi incluído em um artigo sobre a OPA), mas se o evento em si pode até ser considerado menor, ele foi percebido pelos dirigentes políticos latino-americanos como uma oportunidade de convencer o governo dos EUA a ampliar seus investimentos na região, dando início à articulação da Operação Pan-Americana. Por seu turno, os Estados Unidos entenderam que havia chegado o momento de ceder – ainda que parcialmente – aos apelos de seus vizinhos. A revista nos faz crer, entretanto, que a mudança na orientação da política norte-americana ocorreu sem nenhuma relação com a agitação social no continente. A aprovação do governo dos EUA para a criação do BID, por exemplo, foi anunciada como um fato inesperado.

Com a vitória da Revolução Cubana essa mudança de perfil se aprofunda. A revista ampliou o espaço para o debate da política continental e, nesse momento, delineia-se a marca principal da publicação no período seguinte: o anti-comunismo.

De 1959 a 1968 *Américas* assumiu o papel de defensora do modo de vida ocidental, baseado em princípios cristãos e valorização do indivíduo contra o comunismo ateu, que pretendia transformar o homem em escravo do Estado. Se até então a expansão do comunismo era apenas um risco que o sistema interamericano precisava manter afastado, agora ele tinha assumido forma material no novo governo cubano.

Mês a mês, as matérias publicadas sobre Cuba tornavam-se mais alarmantes. A apreensão existente nos governos do continente quanto aos rumos da revolução crescia em proporção direta à ampliação das reformas econômicas e sociais efetuadas no país e se refletia na revista, que reproduzia denúncias contra o governo cubano sem que estas tivessem sido minimamente esclarecidas, como no caso de violações de direitos humanos.

Fica muito evidente também a diferença no tratamento dado aos protagonistas daqueles dias turbulentos. Após a tentativa de invasão da Baía dos Porcos – que *Américas* não noticiou – as tensões entre EUA e Cuba não pararam de crescer, com medidas de retaliação executadas de parte a parte. Contudo, apenas as medidas cubanas eram mostradas, criando a impressão de que se tratavam de iniciativas unilaterais e não-provocadas. Quando a revista denuncia que o governo cubano resolvera vender seu açúcar para a URSS, não informa que tal decisão fora motivada devido à redução da quota de importação do açúcar cubano efetuada pelos Estados Unidos, até então o principal comprador do produto.

Américas deu uma importante contribuição para a construção da idéia do "perigo vermelho". Cuba foi alvo freqüente de acusações de intervenção por parte de diversos países americanos que a consideravam como um instrumento voluntário à disposição do chamado bloco sino-soviético. Segundo a visão propagada na publicação, o governo cubano não passava de um mero preposto por meio do qual a URSS poderia interferir nos assuntos do continente americano. Está claro que as divergências existentes no interior do bloco socialista não eram levadas em conta, bem como o próprio fato de o governo cubano não ter sido declarado socialista até dezembro de 1961.

O destaque dado à Revolução Cubana só rivaliza com o espaço que teve a Aliança para o Progresso. Importante destacar que as duas campanhas (a pró-Aliança e a

contra-Cuba) foram desenvolvidas paralelamente, num momento em que a promoção do desenvolvimento econômico havia ganho importância estratégica para prevenir insurreições.

A Aliança era mostrada como a melhor forma de impedir que os comunistas e sua propaganda pudessem convencer os povos latino-americanos a voltar-se contra seus governos. Os avanços do programa eram mostrados com entusiasmo, ressaltando-se sempre que a partir de então, a unidade continental em torno dos ideais políticos do pan-americanismo havia finalmente chegado ao patamar econômico e, portanto, à vida do cidadão comum, para a qual a Aliança levaria a tão almejada prosperidade no presente, tornando inúteis as promessas dos comunistas de bem-estar num futuro distante.

Embora a revista ainda seja publicada, em sua fase atual já não há traços, ainda que residuais, dessa antiga linha editorial. Atualmente, o conteúdo de *Américas* está restrito a temas de caráter estritamente cultural, sem qualquer menção a temas de outras naturezas. No período estudado, não restam dúvidas de que a revista foi uma produção típica da guerra fria, muito embora esse caráter só tenha ficado mais evidente na segunda fase do estudo. De suas páginas foram suprimidos todos os conflitos políticos, golpes militares e crimes conhecidos das ditaduras continentais. Foram suprimidos também os atos de intervenção norte-americana e as manifestações de revolta contra esses e outros atos da política norte-americana para a América Latina. Os únicos atos de intervenção relatados eram aqueles supostamente promovidos pelo movimento comunista internacional dirigido por Moscou.

Apesar de sua postura abertamente anti-comunista, não se pode afirmar que *Américas* fosse um instrumento da política norte-americana. Ainda que os posicionamentos explicitados nela estivessem muito próximos e, em muitos momentos, até identificados com a orientação daquele país, é inegável que houve espaço para a

manifestação de posições antagônicas, em especial no que diz respeito à economia continental. A esse respeito, os artigos de grande parte dos colaboradores latino-americanos mostraram muito claramente a diferença entre a sua própria postura e a do governo dos Estados Unidos. Mesmo em questões políticas, nas quais havia menor margem de manobra, a presença de posicionamentos divergentes em dois momentos decisivos – a IX e a XII Reuniões de Consulta – mostram ao analista que existe muito mais a ser visto no sistema interamericano para além do que as coloridas páginas de *Américas* revelam.

Referências Documentais

Américas, União Pan-Americana, Washington D.C., Vol. I, nº1-12, 1949; Vol. II, nº1-12, 1950; Vol. III, nº1-12, 1951; Vol. IV, nº1-12, 1952; Vol. V, nº1-12, 1953; Vol. VI, nº1-12, 1954; Vol. VII, nº1-12, 1955; Vol. VIII, nº1-12, 1956; Vol. IX, nº1-12, 1957; Vol. X, nº1-12, 1958; Vol. XI, nº1-12, 1959; Vol. XII, nº1-12, 1960; Vol. XIII, nº1-12, 1961; Vol. XIV, nº1-12, 1962; Vol. XV, nº1-12, 1963; Vol. XVI, nº1-12, 1964; Vol. XVII, nº1-12, 1965; Vol. XVIII, nº1-12, 1966; Vol. XIX, nº1-12, 1967; Vol. XX, nº1-12, 1968.

Anais da Organização dos Estados Americanos, União Pan-Americana, Washington D.C., Vol.I, nº1-4, 1949; Vol.II, nº1-4, 1950; Vol.III, nº1-4, 1951; Vol.IV, nº1-4, 1952; Vol.V, nº1-4, 1953; Vol.VI, nº1-4, 1954; Vol.VII, nº1-4, 1955; Vol.VIII, nº1-4, 1956; Vol.IX, nº1-4, 1957; Vol.X, nº1-2, 1958.

Ata Final da Oitava Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, Servindo como Órgão de Consulta em Aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Organização dos Estados Americanos. Washington D.C., União Pan-Americana, 1962. Disponível em: http://www.oas.org/columbus/archives.asp. Acesso em 16/04/2005.

Ata Final da Nona Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores Para Servir de Órgão de Consulta em Aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Organização dos Estados Americanos. Washington D.C., União Pan-Americana, 1964. Disponível em: http://www.oas.org/columbus/archives.asp. Acesso em 16/04/2005.

Referências Bibliográficas

ANTIÁSOV, M. V., Panamericanismo: Doctrina y Hechos, Moscou: Editorial Progreso, 1986.

AYERBE, L. F., Estados Unidos e América Latina, a Construção da Hegemonia. São Paulo, UNESP, 2002.

BAITZ, R. Um continente em foco: A imagem da América Latina nas revistas semanais brasileiras (1954-1964), São Paulo, Humanitas, 2003.

BEHMAN, G., The Most Noble Adventure: The Marshall Plan and the Time When America Helped Save Europe. Simon & Schuster Editors, 2007.

BERGER, T, Mark. Under Northern eyes. Latin American Studies and U.S hegemony in the Americas 1898-1990. Bloomington, Indiana University Press, 1995.

BRASIL, Presidência da República. *Resenha do Governo Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1960, Tomo I.

BOLÍVAR, S. Carta da Jamaica, Escritos Políticos, Ed. Unicamp, Campinas, 1992.

CASTRO. F. L. V., Pensando um continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul, Tese de Doutoramento, Rio de Janeiro, 2007. Mimeo.

CERVO, A. L., Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas, Brasília, IBRI, 2001.

_____ & BUENO, C. História da Política Exterior do Brasil. SP, Ática, 1992.

_____ & RAPOPORT, M. (orgs.), El Cono Sur, Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, 2001.

COX, M. & STOKES, D., U.S. Foreign Policy. London, Oxford University Press, 2008.

CZEMPIEL, E., ROSENAU, J. N. Governança sem Governo. São Paulo, Editora UNB, 2000.

DEUTSCH, K.W., Análise das Relações Internacionais, 2ª ed., Brasília, Unb, 1982.

DREIER, J. C. ,A Organização dos Estados Americanos e a crise do hemisfério, Rio de Janeiro Edições GRD, 1964.

EMERY, E., História da Imprensa nos Estados Unidos, Rio de Janeiro, Lidador, 1965.

FENWICK, C. G., Organização dos Estados Americanos: O Sistema Regional, Rio de Janeiro, GRD, 1965.

GALDIOLI, A. S., A Cultura Norte-americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança, Dissertação de Mestrado, Programa San Tiago Dantas Unesp/Unicamp/PUC-SP, São Paulo, 2008. Mimeo.

GLINKIN, A. N., El latinoamericanismo contra el panamericanismo: desde Simón Bolívar hasta nuestros días, Moscou, Editorial Progreso, 1984.

HARRISON, L. E. The Pan-American Dream, Boulder, Westview Press, 1997.

HARTZ, L. La Tradicion Liberal en los Estados Unidos: Una Interpretación del Pensamiento Político Estadunidense desde la Guerra de Independencia, México, Fondo de Cultura Economica, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSCA, Anuário Estatístico Brasileiro 1951, Rio de Janeiro, 1952.

_____, Anuário Estatístico Brasileiro 1957, Rio de Janeiro, 1958.

JERVIS, R. Perception and Misperception in International Politics, Princeton University Press, 1976.

JOSEFH, G. LEGRAND, C. SALVATORE, D. R. (Orgs). Close Encounters of Empire. Writing the cultural history of U.S – Latin American Relations. Durham. Duke University Press. 1998.

JUNQUEIRA, M. A., Ao Sul do Rio Grande, Bragança Paulista, EDUSF, 2000.

KAPLAN, A. & PEASE, D. E. Cultures of United States Imperialism. Durham. Duke University Press, 1993.

LAPID, Y., KRATOCHWIL, F. The return of culture and identity to IR theory. London, Lynne Rienner, 1996.

LIMA, O., Pan-americanismo, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1990.

LOWENTHAL, A. Exporting Democracy: The United States and Latin America, Themes and Issues. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1991.

MÁO JÚNIOR, J. R., A Revolução Cubana e a QuestãoNacional (1868-1963). Tese de Doutoramento. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Mimeo.

MARTINS, E. C. R., Relações Internacionais: Cultura e Poder, Brasília, FUNAG/IBRI, 2002.

MONIZ BANDEIRA, L. A., De Martí a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

_____, Estado Nacional e Política Internacional da América Latina. Brasília, Edunb, 1993.

_____, Presença dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª Ed. 1978.

MOURA, G. O Tio Sam Chega ao Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1984.

PECEQUILO, C. S., A Política Externa dos Estados Unidos, Porto Alegre, UFRGS Editora, 2005, 2ª Ed.

PRADO, M. L. C., América Latina no Século: XIX Tramas, Telas e Textos. Bauru, Edusc/Edusp, 1999.

RABE, S. G., The most dangerous area in the world: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America. Chapel Hill and London, University of North Carolina Press, 1999.

ROLLEMBERG, D., O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em http://www.historia.uff.br/artigos/rollemberg_apoio.pdf. Acesso em 18/06/2008.

SADER, E., A Revolução Cubana, São Paulo, Moderna, 1985.

SALVATORE, D. R., The enterprise of knowledge, In JOSEFH, G. LEGRAND, C. SALVATORE, D. R. (Orgs). Close Encounters of Empire. Writing the cultural history of U.S – Latin American Relations. Durham. Duke University Press. 1998, p. 69-104

SANTOS, L. C. V. G., O Brasil entre a América e a Europa, São Paulo, Editora UNESP, 2003.

SCHOULTZ, L., Estados Unidos Poder e Submissão. Bauru/SP, EDUSC/EDUSP, 1999.

SHEININ, D., Beyond the Ideal: Pan Americanism in Inter-American Affairs, Connecticut. Praeger Publishers, 2000.

STREETER, S. The Myth of Pan Americanism: U.S. Policy toward Latin America during the Cold War, 1954-1963, In Sheinin, D. Beyond the Ideal: Pan Americanism in Inter-American Affairs, Connecticut. Praeger, 2000, p.169.

SMITH, P. H., Talons of the eagle: Dynamics of U.S.-Latin American relations, New York, Oxford University Press, 2000.

SMITH, T. 1991. The Alliance for Progress : the 1960s. In : LOWENTHAL, A.,Exporting Democracy. The United States and Latin America. Themes and Issues. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1991.

SODRÉ, N. W., História da imprensa no Brasil, 4ª ed., Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

THOMAS, A. V. W. & THOMAS JR, A. J., Organizacion de los Estados Americanos, Ciudad de Mexico, Editorial Uteha, 1968.

TURNER, F. J., The Frontier in American History, Nova York, Robert E. Krieger Publishing Company, 1976.

VALDÉS, E. D., Del *Ariel* de Rodó a la CEPAL (1900-1950), Buenos Aires, Editorial Biblos, 2000.

VIZENTINI, P. G. F., Relações Internacionais e Desenvolvimento, Petrópolis, Editora Vozes, 1995.